

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de História, Arqueologia e Património



O retábulo no concelho de Mafra. Expressão artística nos séculos XVII e XVIII

Ana Isabel Pratas

Mestrado em História da Arte

2011

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de História, Arqueologia e Património



O retábulo no concelho de Mafra. Expressão artística nos séculos XVII e XVIII

Ana Isabel Pratas

Mestrado em História da Arte

Orientador: Professor Doutor Francisco Lameira

2011



Resumo - Ao longo dos séculos XVII e XVIII, presenciamos uma intensa actividade construtiva e de renovação no âmbito da arquitectura religiosa, que vai prosseguir, com algumas excepções, até finais de Setecentos, presa a uma linguagem barroca.

A presente dissertação tem por finalidade fazer um *corpus* da arte retabulística, no concelho de Mafra, nos séculos XVII e XVIII, permitindo a sua contextualização em termos histórico-espacial e artístico. Isto possibilitará convertê-lo num elemento de informação singular, para a compreensão do estudo da importância que a liturgia e a estética tiveram na actividade religiosa da nossa sociedade.

Nesse sentido o trabalho incidirá em quatro partes distintas. Na primeira parte expõem-se os principais fundamentos sobre o posicionamento histórico-espacial da área de estudo. Para a segunda parte relegaram-se as leituras efectuadas sobre o tema em questão, modelos de influência e a sua marca como matrizes de um intencionado gosto artístico, aplicadas aos exemplares retabulísticos identificados no concelho de Mafra. A terceira parte é dedicada à análise das várias obras de retabulística identificadas (suas características compósitas e plásticas). Por último, ambiciona-se inserir o estudo destas obras de talha no amplo contexto da produção artística barroca nacional e, conseqüentemente, ter algum conhecimento das suas áreas de difusão.

Palavras-chave: Barroco, Concelho de Mafra, Arte Retabulística.

Abstract - Throughout the seventeenth and eighteenth centuries, one witnesses an intense activity in construction and renovation in what religious architecture is concerned, which will continue, with some exceptions, until the end of the eighteenth century, attached to a Baroque language.

This dissertation aims to make a *corpus* of retabular carving in the municipality of Mafra, from the seventeenth and eighteenth centuries, allowing its historical and artistic space contextualization. This will enable to convert a piece of information unique to understand the importance that the study of liturgy and aesthetics had in the religious activity of our society.

In this sense the work will focus on four distinct parts. The first part sets out the main foundations of the historical and spatial positioning of the study area. In the second part of this study one can find the readings carried out on the topic, models of influence and their brand as matrices of an artistic taste, applied to the examples of retabular carving identified in Mafra. The third part intends to analyse some cases of identified retable carving (their plastic and composite characteristics). Finally, it aims to enter the study of

these works carved in the broad context of national and Baroque artistic production, and therefore try to understand the scope of diffusion centres.

Key-words: Baroque, Municipality of Mafra, Retabular Carving.

Índice

Nota Prévia	9
Introdução	11
1. Objectivos do estudo	12
2. Estado da questão	12
3. Metodologia	13
Capítulo I - O concelho de Mafra	14
I.1. Sinopse histórica do concelho de Mafra	15
Capítulo II - Análise dos retábulos recenseados do concelho de Mafra	33
II.1. A retabulística no concelho de Mafra	34
II.2. Localização e Encomenda	34
II.3. Usos e Funções	36
II.4. Técnicas, Materiais e Interação das Artes	38
II.5. Produção Artística	40
II.6. Periodização / Caracterização	42
II.7. Tipologias formais e exemplares únicos	45
II.8. Conservação.....	46
II. 9. Filiação artística.....	46
Capítulo III - Catálogo dos retábulos recenseados	49
III.1. Protobarroco	50
· Sobral da Abelheira. Retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira	51
· Milharado. Retábulo principal da Igreja Paroquial de São Miguel.....	54

III.2. Barroco Pleno	57
· Santo Isidoro. Retábulo principal da Igreja Paroquial.....	58
· Santo Isidoro. Retábulos colaterais da Igreja Paroquial.....	61
· Milharado. Retábulo lateral da Igreja Paroquial de São Miguel	63
· Azueira. Retábulo principal da Ermida de Santa Cristina e Cruzeiro	66
· Carvoeira. Retábulos colaterais da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Ó	69
III.3. Barroco Final	72
· Mafra. Retábulo mor da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António.....	73
· Mafra. Retábulos das capelas do transepto da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António	76
· Mafra. Retábulos colaterais e laterais da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António	78
· Encarnação. Retábulo principal da Igreja da Nossa Senhora da Encarnação	81
· Milharado. Retábulo lateral da Igreja Paroquial de São Miguel	85
· Encarnação. Retábulo principal da Ermida de São Lourenço	88
· Enxara do Bispo. Retábulo principal da Ermida de Nossa Senhora do Socorro	91
III.4. Tardobarroco	94
· Ericeira. Retábulo mor da Igreja Paroquial de São Pedro	95
· Ericeira. Retábulo da Nossa Senhora do Rosário da Igreja Paroquial de São Pedro	98
· Ericeira. Retábulo principal da Igreja da Misericórdia	100
· Ericeira. Retábulos colaterais da Igreja da Misericórdia	103
· Mafra. Retábulos de São José e de Nossa Senhora do Livramento do Palácio e Convento	105

· Mafra. Retábulo da Sacristia do Palácio e Convento	108
· Mafra. Retábulo da Enfermaria dos Frades/Enfermaria dos Doentes Graves do Palácio e Convento	110
· Mafra. Retábulo do Campo Santo do Palácio e Convento	112
· Azueira. Retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora do Livramento	114
· Azueira. Retábulo principal da Igreja Paroquial de São Pedro de Grilhões	117
· Carvoeira. Retábulo principal de Nossa Senhora da Expectação do Porto da Ermida de Santo António	120
· Carvoeira. Retábulos colaterais da Ermida de Santo António	123
· Ericeira. Retábulo principal da Ermida de Santa Marta	125
· Ericeira. Retábulo principal da Ermida de Santo António e de Nossa Senhora da Boa Viagem	128
· Milharado. Retábulos colaterais da Igreja Paroquial de São Miguel	131
· Gradil. Retábulo lateral da Igreja Matriz de São Silvestre	134
· Encarnação. Retábulo lateral da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação	137
 Considerações finais	 140
 Bibliografia	 144
 Anexo de documentos.....	 154
1. Apêndice fotográfico	155
2. Apêndice documental	192

Nota Prévia

A presente tese de Mestrado subordina-se ao tema: O retábulo no concelho de Mafra. Expressão artística nos séculos XVII e XVIII. A escolha deste tema encontra-se, evidentemente, relacionada com os precedentes estudos na área da história da arte, no curso de Licenciatura em Património Cultural. Nesse âmbito, foi feito o estudo da arte retabular em três freguesias relativas ao concelho de Mafra, sendo elas: Mafra, Ericeira e Carvoeira.¹

Tendo assim a aspiração de alargar essa investigação a todas as freguesias do concelho, mas restringindo-o aos séculos XVII e XVIII, propus dirigir este trabalho de Mestrado para o tema acima supracitado. A opção por esta cronologia proposta baseou-se, fundamentalmente, pela forte presença de obras em talha de carácter excepcionalmente marcantes, capazes de absorver e propagar conhecimentos artísticos, com fortes referências históricas para o panorama artístico português.

Em Portugal, a partir da segunda metade do século XVII, a arte da talha demonstra um desenvolvimento admirável, passando a exercer um papel mais relevante no interior dos espaços sagrados, permitindo quer o seu enriquecimento, quer uma melhor definição do espaço sacro. A Igreja aparece assim como elemento instigador da produção artística, cingindo-se porém às directrizes tridentinas. As obras de talha são assim resultado de uma vontade que abarca quer o cliente, quer o artista.

A arte da retabulística é, sem dúvida alguma, uma das grandes manifestações sacras, a qual vai dar origem a notáveis igrejas distribuídas por todo o país. Dela advém, igualmente, a imensa proliferação de oficinas regionais, afirmando-se Lisboa como o principal centro difusor das inovações artísticas.

Este estudo pretende ser somente mais um contributo para o conhecimento do património retabulístico português, permitindo a sua divulgação enquanto presente objecto artístico, conjuntamente com o seu suporte denunciador de uma conjuntura histórica da qual sobressaem as suas influências.

Contudo, acresce assinalar que sem a ajuda, cooperação e amizade de muitos, este trabalho não teria sido possível, sendo mais que obrigatória a minha presente gratidão a todos aqueles que se disponibilizaram nessa ajuda.

¹ Seminário intitulado: *O concelho de Mafra: a retabulística das freguesias de Mafra, Ericeira e Carvoeira*, Dissertação de Licenciatura em Património Cultural apresentada à Universidade do Algarve, 2009.

Posto isto, não poderia terminar sem deixar aqui uma série de agradecimentos sentidos a todos aqueles que com a sua pronta colaboração e amizade, tornaram possível a concretização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Francisco Ildefonso Lameira, pelo seu apoio incondicional, disponibilidade e amizade demonstrada, bem como, pelas sempre oportunas sugestões e transmissão de conhecimentos imprescindíveis à elaboração deste estudo.

Agracio igualmente a cooperação das várias entidades e pessoas que permitiram o acesso às respectivas igrejas, bem como o seu registo fotográfico, nomeadamente, Sr. Artur Soares (por parte da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira), Sr. Amadeu (Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira), Dr. Mário Pereira (Director do Palácio de Mafra), P.e Armindo Marques Garcia (que exerce o múnus de Pároco de São Pedro da Ericeira e de Nossa Senhora do Ó do Porto da Carvoeira, e Capelão da Misericórdia da Ericeira), P.e Jorge Sobreiro (que exerce o múnus de Pároco da Igreja Paroquial de Enxara do Bispo e da Paróquia de São Pedro dos Grilhões da Azueira), P.e Aníbal Mota (que exerce o múnus de Pároco da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação), P.e Paulo Serra (que exerce o múnus de Pároco da Igreja Paroquial de São Miguel do Milharado, da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Vila Franca do Rosário e da Igreja Paroquial de São Silvestre do Gradil), P.e José Alcobia (que exerce o múnus de Pároco da Igreja Paroquial de Santo Isidoro e da Igreja Paróquia de Nossa Senhora da Oliveira do Sobral da Abelheira). Agradeço ainda à Dr.^a Irina Lopes (responsável pelo Arquivo Histórico de Mafra), à instituição Biblioteca Municipal de Mafra (respectivos técnicos que aí trabalham), e à Biblioteca Municipal da Ericeira (respectivos técnicos que aí trabalham).

Uma vez mais, agradeço à minha Amiga e colega de trabalho Sílvia Assis por toda a perseverança e incentivo, à Alexandra Marques, querida e eterna Amiga, que esteve sempre “aqui”, ao meu lado, amparando e motivando sempre que necessário, ao mein liebe freund Andreas Nehen pela sua leal e desprendida amizade, e aos meus queridos Pais, que estiveram incessantemente prontos para ajudar e que todas as palavras são poucas para regradar. Por fim, deixo a minha perdurável gratidão àquela pessoa que sabe muito bem quem é, pelo seu insuperável afecto e paciência ao longo de mais uma etapa da minha vida.

Introdução



1. *Objectivos do estudo*

Ao longo da centúria de seiscentos e de setecentos desenvolve-se em Portugal um gosto italianizante que teve forte manifestação nas artes decorativas, de uma maneira geral. Dentro deste contexto encontramos os retábulos, os quais vão adquirir através de um conjunto de elementos arquitectónicos, escultóricos e pictóricos, um carácter profundamente nacional, sem contudo deixar para trás a influência italiana.

Assim, o Barroco, cujas raízes se encontram a partir da segunda década de Seiscentos, tem o seu apogeu a partir do último quartel do século XVII. Finalmente, no reinado de D. João V, adquire um cunho mais erudito próximo da realidade e do modelo italiano.

Nesta linha de raciocínio, os objectivos deste estudo basearam-se na inventariação e na análise das obras retabulísticas pertencentes ao concelho de Mafra, dentro da baliza cronológica dos séculos XVII e XVIII, tentando inseridas no contexto barroco português.

2. *Estado da questão*

Para além das diversas investigações feitas em torno da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, um dos marcos históricos da arquitectura barroca em Portugal durante o reinado de D. João V, o município de Mafra apresenta poucos estudos efectuados na área da retabulística. Sobre esta ocorrem, esporadicamente, uma ou outra análise, como é o caso do retábulo principal da Igreja Paroquial de São Pedro, da Ericeira.

O concelho não detém um *corpus* da retabulística presente nos variados espaços religiosos, bem como, uma organização documental exclusiva para este género específico da história da arte. As informações existentes concentram-se sobretudo à volta de alguns organismos públicos (ex. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Municipal de Mafra).

Uma primeira tentativa foi feita com a dissertação de licenciatura em Património Cultural: *O concelho de Mafra: a retabulística das freguesias de Mafra, Ericeira e Carvoeira*, apresentada à Universidade do Algarve, em 2009.

3. Metodologia

No que concerne à metodologia usada no tratamento desta matéria, foi inicialmente realizada uma investigação de campo, quer sobre a identificação dos exemplares, quer no seu registo fotográfico. Procedeu-se de seguida à pesquisa da documentação, bem como, dos elementos iconográficos disponíveis. Todavia, foram detectadas algumas dificuldades no prosseguimento desta pesquisa, sobretudo relacionadas com a escassez de informações.

Posto isto, a estrutura da presente tese de Mestrado, encontra-se organizada da seguinte maneira:

- No primeiro capítulo encontra-se feita uma sinopse histórica do concelho de Mafra, onde se procurou descrever, da maneira mais sintética possível, os aspectos históricos, socioeconómicos e religiosos que levaram ao desenvolvimento desta região;
- O segundo capítulo é dedicado à abordagem do acervo retabulístico deste concelho, conforme os aspectos que a seguir se mencionam: *encomenda, usos e funções, técnicas, materiais e interacção das artes, produção artística, periodização, tipologias formais e os exemplares ímpares* e, por fim, a *conservação*;
- O terceiro capítulo ficou reservado à catalogação e análise dos respectivos retábulos recenseados, apoiado nos critérios anteriormente citados;
- Encontram-se ainda, uma parte dedicada às considerações finais, seguido pela bibliografia;
- Por último, acham-se os anexos relativos aos apêndice fotográfico e documental.

Capítulo I
O concelho de Mafra



1.1. Sinopse histórica do concelho de Mafra

Situado na orla ocidental do país, o Concelho de Mafra implanta-se na periferia da área Metropolitana de Lisboa, na Província da Estremadura. Durante um vasto período, pelo menos até ao século XVI, a orla costeira que ia do Rio Tejo até quase ao Rio Douro era denominada de Estremadura, talvez pelas características que então tinham em comum. Depois do século XVIII, devido às imensas modificações que se foram fazendo nos limites das diversas províncias portuguesas, a Estremadura acabou por integrar a região de Lisboa e todo o território, directamente controlado pela capital. Hoje em dia, e segundo José Mattoso, esta região “ [...] é um mundo de colinas e vilas, geralmente amenas, mas nem sempre férteis, agrupados em numerosas unidades originais, umas adormecidas e estáticas, já esquecidas do passado florescente, outras vivamente animadas pela sua actual prosperidade.”².

Mafra é formada por dois núcleos habitacionais, a Vila Velha, constituída ao redor do antigo castelo, e a Vila Nova, desenvolvida à sombra do Convento. Defronta-se com os Concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Aguiar, Arruda dos Vinhos, Loures e Sintra, encontrando-se distribuída por uma área geográfica com 291 Km².

Actualmente, o concelho de Mafra conta com um total de dezassete freguesias, a saber: Azueira, Carvoeira, Cheleiros, Encarnação, Enxara do Bispo, Ericeira, Gradil, Igreja Nova, Mafra, Malveira, Milharado, Santo Estevão das Galés, Santo Isidoro, São Miguel de Alcainça, Sobral da Abelheira, Vila Franca do Rosário e Venda do Pinheiro.³

Mas, outrora, todo este território integrara seis concelhos. Apresenta-se de seguida, por ordem cronológica, um breve historial de cada um deles.

A primeira fonte documental conhecida reportando-se a **Mafra** (“Villam que dicitur Mafara”), aparece em 1189⁴, numa carta de doação de D. Sancho I ao Bispo de Silves, D. Nicolau. Nela advém a entrega, por parte deste bispo, da sua primeira Carta de Foral⁵, quarenta e dois anos após a sua tomada aos mouros.

² Cf. José Mattoso, Suzanne Daveau, “Estremadura”, Lisboa, Circulo de Leitores, 1997, s.p, citado in *Mafra: Memórias, Identidades e Inovação...*, Héstia Editores, 2008, p.8.

³ Ver figura 1 do apêndice documental.

⁴ José Mattoso, Suzanne Daveau, “Estremadura”, Lisboa, Circulo de Leitores, 1997, s.p, citado in *Mafra: Memórias, Identidades e Inovação...*, Héstia Editores, 2008, p.8., p.29.

⁵ *Idem, Ibidem*, p.39; Irina Alexandra Lopes e Maria de Lurdes Rodrigues, “O Concelho de Mafra e os seus forais 1189 e 1513 transcrição paleográfica e leitura actualizada”, in *Boletim Cultural 2002, A Arca do Concelho de Mafra: Documentos constitutivos: Postura Municipal de 1775*, Câmara Municipal de Mafra, Mafra, 2003, pp.520 – 547; ANTT: *Tombo da Terra da Estremadura - Caderno em que estão lançados todos os bens e propriedades que Fernão Martins Coutinho e Dona Leonor de Sousa sua mulher tinham em Mafra, Ericeira, Abrantes, Estremadura, na qual está o foral antigo da vila de Mafra*, Gav. 13, Mç. 1, N.º 21.

A 9 de Janeiro de 1289, a filha de João Peres de Aboim⁶, D. Maria Anes de Aboim, detentora de Portel por herança de sua tia nas partilhas feitas em 1287, realiza um escambo⁷ com D. Dinis, através do qual troca o castelo de Portel e respectivo aglomerado urbano por outras vilas - Mafra, Évoramonte e Aguiar de Neiva, nesta doação conhecida por “Escambo de Portel”, surge escrito que D. Dinis doava “para todo o sempre [...] mha vila, e de Mafara cu todos seos dereytos, e cu todos sãs pertunças e con o padroadigo da Igreja desta vila, e a colheyta que a my davam”⁸.

Em 1302, D. Dinis doa o lugar do Gradil ao seu tesoureiro Pero Salgado, com a ressalva de reverter de novo para a coroa quando da sua morte. Dois anos mais tarde, em 1304, D. Dinis vai coutar as vilas e lugares que doava de juro e herdade, ficando a recente delimitação do novo termo estabelecida por cerca de cinquenta marcos, padrões e pedras nadeveis, ou seja, correspondente ao actual território compreendido entre as Ribeiras de Cheleiros (que outrora havia recebido o foral a 15 de Fevereiro de 1195) e do Safarujo, indo desde a zona costeira até um pouco a nascente da Vila de Mafra, abrangendo as actuais freguesias de Mafra, Santo Isidoro e Ericeira. Por falta de descendência, D. Maria Anes de Aboim acabou por doar em testamento⁹ o senhorio de Mafra ao seu sobrinho D. Diogo Afonso de Sousa¹⁰.

Em 1357, D. Violante Lopes Pacheco, mulher de D. Diogo Afonso de Sousa e irmã de um dos presumíveis responsáveis pela morte de Inês de Castro, sofre uma das consequências das medidas reais de D. Pedro I, que foi punir todos aqueles que considerava responsáveis pelo assassinio de Inês de Castro, sendo-lhe confiscado o senhorio de Mafra e Ericeira, que apenas foi devolvido em 1362¹¹. Aquando do falecimento de D. Violante Lopes Pacheco, o senhorio de Mafra ficou em usufruto de sua filha, D. Branca Dias de Sousa, pois os seus outros dois filhos, Álvaro Dias de Sousa e Lopo Dias de Sousa, achavam-se exilados em Castela.

Entre 7 e 8 de Setembro de 1385, D. João I integra Sintra, Torres Vedras, Alenquer, Colares, Ericeira, Mafra e Vila Verde no termo de Lisboa.

Através de dote por casamento com D. Leonor Lopes de Sousa, filha legítima de D. Lopo Dias de Sousa, em 1393, D. Fernando Martins Coutinho (2º senhor de juro e

⁶ D. João Peres de Aboim (Aboim da Nóbrega, Minho, Portugal —?), também chamado D. João de Portel foi um nobre português era filho de Pedro Ouriques, senescal de D. Sancho II. Desempenhou os cargos de governador do Algarve e de mordomo-mor.

⁷ Cf. Manuel J. Gandra, *Mafra, da reconquista ao foral de 1513*, Câmara Municipal de Mafra, Euro-Dois, Lda., 1989, p.31 [TT: Registo na Chancelaria de D. Dinis, I, fols. 253v-254v (actuais 448r-449v)].

⁸ Manuel J. Gandra, *Mafra, da reconquista ao foral de 1513*, Câmara Municipal de Mafra, Euro-Dois, Lda., 1989, p.31.

⁹ ANTT: *Livros do Convento de S. Domingos*, nº9, fols.376-380.

¹⁰ Diogo Afonso de Sousa (n. 1303 – f.18 de Novembro de 1344), foi um dos filhos de Afonso Dinis e de Maria Pais de Sousa, sendo, por via paterna, neto do rei Afonso III de Portugal.

¹¹ Manuel J. Gandra, *Mafra, da reconquista ao foral de 1513*, Câmara Municipal de Mafra, Euro-Dois, Lda., 1989, p.35.

herdade de Aregos e Crestuma), recebe o senhorio de Mafra¹². Deste casamento resultam duas filhas D. Beatriz Coutinho e D. Filipa Coutinho.

D. Leonor faz umas segundas bodas, depois da morte do seu primeiro marido, com Afonso Vasques de Sousa, o qual permanecerá encarregado do senhorio de Mafra a partir de 1421, ano da morte de D. Leonor. Opondo-se a esta decisão, D. Beatriz¹³ e D. Filipa¹⁴, passaram a estar em contendo com o padraço pela posse dos proveitos deixados por sua mãe, terminando esta discórdia onze anos depois, com a sequente desagregação do antigo termo de Mafra, ficando confirmada em 1436 a distribuição dos bens por parte de D. Duarte I, de que D. Filipa adquiriria a Vila da Ericeira e D. Beatriz a Vila de Mafra, Enxara dos Cavaleiros e o Ulmeirinho. Posteriormente ao óbito desta, estes senhorios ficaram na posse de D. Isabel Coutinho, sua filha.

A 27 de Outubro de 1495, D. Manuel I é aclamado rei de Portugal, provando ser um sucessor à altura, apoiando os descobrimentos portugueses e o desenvolvimento dos monopólios comerciais. Verifica-se durante o seu reinado a criação de instrumentos unificadores de carácter estatal, como sejam a publicação de Forais Novos¹⁵, reformando os antigos, a Leitura Nova (1504-1522), o compêndio e verificação da legislação, ratificada pelas Ordenações Manuelinas (1521) que vieram substituir as Ordenações Afonsinas, a reorganização da Fazenda Pública e a estruturação administrativa daí decorrente. Nestas reestruturações, D. Manuel I abrangeu diversas localidades, presentemente pertencentes ao concelho de Mafra, sendo este o próprio foral da Vila de Mafra, em 1513; o da Ericeira, igualmente, em 1513; o foral de Cheleiros, em 1516; e o foral do Gradil e de Enxara do Bispo, em 1519.

O Foral Novo de Mafra, trata-se de um códice em pergaminho, datado de 1 de Junho de 1513, composto por 11 fólios, mais a “Tavoada”, com capitular inicial iluminada, no qual se encontram descritos aspectos relacionados com a Jugada, do Relego (venda do vinho que ocorria apenas nos primeiros três meses do ano), a Dízima das Setenças, ao Gado do vento, à Colheita, à Pena de arma, aos Montados, aos Maninhos, Coisas livres do foro do foral, Telha e tijolo, Tabeliães, Portagem, Coisas de que não se paga portagem, Casa movida, Passagem, Novidades dos bens para fora, Sacada carga por

¹² *Idem, Ibidem*, p.37.

¹³ Veio a casar em 1426 com D. Pedro de Menezes, 1º conde de Vila Real, 3º senhor de juro e herdade de Vila Real, 2º conde de Viana do Alentejo, almirante-mor e alferes-mor de Portugal, 1º governador de Ceuta.

¹⁴ Casou em 1428 com Luiz Álvares de Souza, 3º senhor de juro e herdade de Baião, fidalgo do Conselho, ouvidor da fazenda régia da cidade do Porto, etc.

¹⁵ Uma Carta de Foral, ou Foral, é o documento real de concessão de aforamento ou foro jurídico próprio que servia para melhor compreender e reger a vida quotidiana e qualquer Vila, Cidade ou Concelho. As cartas régias de foral concederam-se em Portugal desde o século XII ao XVI. As concessões de foral podiam também ser colectivas, copiando-se os forais de umas terras para as outras.

carga, e do Arrecadar da portagem, Entrada por terra, Saída por terra, Privilegiados, Pena do Foral e a Tavoada.

Com a reforma manuelina, os concelhos que adquiriram foral foram obrigados a construir um pelourinho e os que viram o foral comprovado, tiveram que reformar os seus pelourinhos símbolos do poder judicial, estes passaram a ostentar editais e ordens e notícias vindas da Corte.

Este foral de 1513 demarca a relativa importância que esta Vila de Mafra possuía nesta época. Contudo com o passar dos anos foi diminuindo, “[...] como nos confirma o Censo de 1527. Segundo este censo, Mafra detinha unicamente 191 vizinhos, dos quais apenas quatro viviam em casais localizados na vila.”¹⁶. William Beckford¹⁷ chega mesmo a mencionar, numa das suas estadias em Portugal, este ligeiro decadência “[...] É pouco interessante a perspectiva, que se goza do adro de Mafra: o que se vê são os telhados de uma aldeia insignificante e uns cabeços de areia, destacando sobre uma estreita faixa do oceano. Da esquerda a vista é limitada pelos escarpados montes de Sintra, e à direita, um pinhal, na quinta do visconde de Ponte de Lima, é que dá aos olhos algum pequeno refrigério.”¹⁸.

Foi ao longo do reinado de D. João IV, grande parte vivido sobre as constantes pressões de um reino em contendas por causa da Restauração, que se deu um certo desenvolvimento de um espírito de engrandecimento dos valores nacionais. Foi depois da paz atingida com Espanha e o reconhecimento da soberania de Portugal que o ambiente socioeconómico e cultural vai, pouco a pouco, melhorando no sentido de atingir essa mesma identidade lusa. Esse brio nacional e um forte vínculo do rei com os seus súbditos são atingidos no reinado de D. Pedro II, seu filho, e posteriormente, com D. João V. Foi durante o seu reinado que o Palácio e Convento de Mafra / Basílica de Nossa Senhora e de Santo António de Mafra foi construído, tratando-se neste caso de uma verdadeira arquitectura expressiva da arte do século XVIII.

No que concerne à sua fundação, ainda hoje se encontram justificações pouco plausíveis, sobre as quais assentam frugais documentos existentes da origem da construção deste edifício, estando no entanto, incontestavelmente, relacionada com um

¹⁶ Cf. *Mafra: Memórias, Identidades e Inovação...*, Héstia Editores, 2008, p.124.

¹⁷ William Beckford (n. 1760 – f. 1844). Escritor, antiquário e crítico de arte viveu em Portugal entre 1787-88, 1791-96, 1798-99. Tendo visitado Mafra pela primeira vez em 1787.

¹⁸ Manuel J. Gandra, *O Monumento de Mafra: visto por estrangeiros seen by foreigners vu par desétrangers visto por extranjeros (1716-1908)*, Coleção de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2005, p.116.

voto formulado por D. João V, pois deste existe prova numa inscrição lapidar¹⁹ no alicerce da capela-mor da Basílica, que foi colocada a 17 de Novembro de 1717, “[...] perante toda a corte [...], abençoada pelo Patriarca de Lisboa, em cerimónia sumptuosa que custou ao erário público a quantidade de 200.000 cruzados.”²⁰. Agora, em relação à explicação deste voto, também aí surgem dúvidas, existindo duas grandes vertentes a considerar: uma está relacionada com a descendência que punha em causa a sucessão dinástica, “D. João V havia-se desposado em 1708, e dois annos depois ordenava elle a Fr. António de S. José, frade de reconhecida virtude, rogasse a Deus pela sucessão ao throno, que elle promettia fazer em Mafra um convento á sua corporação”²¹, por outro lado o súbito estado de saúde do rei, que se encontrava adoentado desde 1708 e que havia se agravado, justamente, nesse ano de 1711.

O *risco* desta imponente construção tem gerado, como no caso da origem da sua fundação, algumas controvérsias, uma vez que o único dado certo é que o primeiro é atribuível a Ludovice²², architecto régio, “[...] commetteu o desenho d'elle a diíferentes, ficando aprovado o de João Frederico Ludovice, architecto allemão educado em Roma, e que então se achava em Lisboa dirigindo trabalhos dos padres da Companhia [...]”²³, em 1715, “sendo mestres de alvenús e de canteiros Carlos e António Garvo, milanezes.”²⁴ e estando o trabalho de “carpintaria entregue ao mestre italiano Tadeu Luís”²⁵. Outras hipóteses há, pois durante o século XVIII já Vieira Lusitano²⁶ havia culpado Ludovice de usurpação do título de architecto, como também, António Rebelo da Fonseca firmava em nome do Rei numa carta enviada para Roma, em que dizia: “[...] e outros sim fica S. Magestade certo de que a planta de Thomaso Matey se aprefeioará muito com as direcções de VE. Sobretudo deseja muito S. Magestade ver a VE restituído a esta Corte”²⁷, chegando mesmo a estar a autoria da

¹⁹ Epigrafe: *DEO ÓPTIMO MÁXIMO DIVO QUE ANTÓNIO LUSITANO TEMPLUM HOC DICATUM JOANNES V LUSITANORUM, REX VOTI COMPÓS OB SUSCEPTOS LIBEROS, PRIMUM QUE FUNDAVIT LAPIDEM THOMAZ I PATRIARCHA OLYSSIP. OCCID. SOLEMNI RÍTU SACRAVIT POSUIT QUE: ANNO DOMINI C^MCCXXVII XIV KAL. DECEMBRIS.*

²⁰ Maria Margarida Montenegro, *Património Nacional de Mafra*, IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Colares Editora, 1995, p.8.

²¹ Cardozo Gonçalves, *O Convento de Mafra* – (Brevíssima noticia histórica e descritiva na excursão de 12 de Agosto de 1906), Annaes da Academia de Estudos Livres, XIII, Lisboa, 1906, p.8.

²² Johann Friedrich Ludwig conhecido em Portugal como João Frederico Ludovice (n.1673 - f.1752), architecto e ourives alemão. Natural da Suábia, emigrou para a Itália, onde se converteu ao Catolicismo. Veio depois para Portugal, projectando entre outras obras o Palácio Nacional de Mafra. Naturalizou-se, mais tarde, cidadão português.

²³ Cardozo Gonçalves, *O Convento de Mafra* – (Brevíssima noticia histórica e descritiva na excursão de 12 de Agosto de 1906), Annaes da Academia de Estudos Livres, XIII, Lisboa, 1906, p.11.

²⁴ *Idem, ibidem*, p.13.

²⁵ Luís Filipe Marques Gama, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, p.15.

²⁶ Francisco de Matos Vieira (n.1699 — f.1783), mais conhecido por Vieira Lusitano, foi pintor, ilustrador e académico de mérito da Academia de São Lucas, de Roma. Cavaleiro professo na Ordem de Santiago da Espada, pintor histórico da Casa Real Portuguesa e ilustrador de múltiplas obras coevas.

²⁷ BN: cod. 157 da Pombalina, fl. 214, citado in Manuel J. Gandra (ideia, concepção geral e argumento), www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual/ludovice-arquitecto-ou-capataz.

concludente Real Obra de Mafra atribuída a um plano traçado em Roma, sob as orientações do Marquês de Fontes²⁸, com a cooperação dos arquitectos italianos “Carlos Gimac, Carlos Fontana, Tomazzo Matthey, Filipe Juvara e de Antonio Canevari”²⁹. Em Setembro de 1728, o soberano altera novamente o projecto e as medidas do edifício, desta feita para albergar 300 frades (e não os 13 ou os 80), como tinha sido planeado, transformando definitivamente o Convento.

O monumento de Mafra é formado por dois corpos de secção rectangular, adjacentes mas de grandezas diferentes: o corpo maior é constituído pela Basílica, dois torreões (elementos de exaltação à arquitetura militar em Portugal), o Palácio, o Refeitório, a Sala dos Actos, as Enfermarias, a Capela do Campo Santo e a Casa do Capítulo; o corpo menor é composto pelo Convento e suas oficinas, a Biblioteca, as Cozinhas, um jardim de estilo clássico (Jardim do Buxo) e uma parte do Palácio, à altura do último piso.

Robert Smith fala desta articulação entre igreja e palácio na fachada principal, como sendo um distanciar das dependências monásticas para a retaguarda, preponderância alemã transmitida por Ludovice. Sobre o cruzeiro, apoiado em quatro arcos ergue-se o magnífico zimbório, com 65m de altura e 13 de diâmetro, que referencia sem dúvida a arquitetura romana, em especial S. Pedro. Num plano superior ao corpo da Igreja está situada a capela-mor, “primitivamente vedada por meio cancelo de ferro”³⁰, tendo um comprimento total desde a porta principal de 58,5m e de largura máxima, 43 m. A ladear encontram-se duas capelas colaterais, do lado do evangelho São Pedro de Alcântara, e do lado da epístola Nossa Senhora da Conceição. No cruzeiro, demarcando os braços da cruz latina, estão duas capelas laterais, respectivamente, do lado do evangelho a capela da Coroação de Nossa Senhora ou Santíssimo Sacramento, e do lado da epístola a capela da Sagrada Família, “ Tem a dita igreja seis naves, a saber: três por cada banda, e duas irmandades: uma do Santíssimo Sacramento, outra das Almas, ambas com compromissos aprovados e confirmados pelo ordinário e, além das ditas irmandades, tem as confrarias seguintes: a de Santo André, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, do Santíssimo Nome de Jesus, São José, São Sebastião, Santo António, Santa Luzia, Nossa Senhora da Graça novamente junta e festejada pelos estudantes do Colégio do Real Convento, que fica junto a esta vila.”³¹

²⁸ D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (n.1676 – f.1733). Descendente do conde de Penaguião, 7º conde de Abrantes, 1º Marquês de Abrantes, 3º Marquês de Fontes, tornando-se o 1º Marquês de Abrantes, em 1718, quando D. João V mudou o título.

²⁹ Luís Filipe Marques Gama, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, p.15.

³⁰ Júlio Ivo, *A Arte em Portugal – Monumento de Mafra*, nº9, Edição Marques Abreu, Porto, 1930, p.10.

³¹ Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Santo André de Mafra”, in *Boletim Cultural '96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 333.

Na publicação “Mafra – Efemérides do Concelho”, podemos verificar que o concelho de Mafra, no ano de 1712, tinha na própria freguesia, um total de 200 fogos e, em 1757, 589.³²

Nas *Memórias Paroquias de 1758*, a Vila de Mafra acha-se geograficamente situada na Estremadura de Lisboa, patriarcado de Lisboa, comarca de Torres Vedras e termo de si própria, estendendo-se “ [...] uma légua para Norte e Poente, para o Nascente meia e menos de um quarto para Sul, confinando por esta parte com o termo da vila de Sintra e também do Nascente, do Norte com o termo de Torres Vedras e, do Poente, com o termo da vila de Cheleiros, Reguengo da Carvoeira, mar e termo da vila da Ericeira [...]”³³, distando da capital do Reino “cinco para seis léguas”³⁴. O Padre Francisco Gonçalves, vigário da Igreja colegiada de Santo André desta mesma Vila de Mafra, descreve que a população está repartida por 292 vizinhos, nas diversas povoações existentes, “além destes, os cento e noventa vizinhos na dita vila, Bairro da Boa-Vista, distrito da real obra e seus subúrbios [...]”³⁵, nove anos passados denota-se já um aumento significativo do número de habitantes na região “ [...] quinhentos e oitenta e nove fogos.”³⁶, sendo a subsistência económica baseada na colheita das suas fazendas de “pão de toda a espécie, legumes, vinho e algum azeite e, da mesma sorte, colhem com abundância frutas de todas as castas os que têm pomares.”³⁷. Desta Vila de Mafra faz ainda parte a freguesia de Santo Isidoro, nela “consta de duzentos e vinte e novos fogos”³⁸. O orago da dita freguesia é Santo Isidoro arcebispo, e compreende “três altares: o altar-mor é onde está o Santo e o Sacrário, o altar colateral da parte do Evangelho é o do Divino Espírito Santo e o da parte da Epístola é da Virgem Nossa Senhora do Rosário”³⁹. Existe nesta Igreja uma Irmandade das Almas e outra do Santíssimo Sacramento. Faz ainda parte deste sítio quatro ermidas, a saber: São Sebastião (no lugar de Paço d’Ilhas), Nossa Senhora da Conceição (lugar de Monte Bom), São Sebastião Baptista (lugar Ribamar de Baixo) e a de Santo António (lugar da Picanceira).

³² Guilherme José Ferreira de Assunção e Rogério Miranda Batalha, *Mafra – Efemérides do Concelho*, Câmara Municipal de Mafra, 1998, p.42.

³³ Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Santo André de Mafra”, in *Boletim Cultural’96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 332.

³⁴ *Idem, Ibidem*, p.334.

³⁵ *Idem, Ibidem*, p.332.

³⁶ Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano, ou Catálogo Alfabético de de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve das Igrejas com feus Oragos: do titulo dos Párcos, e annual rendimento de cada hurta : dos Padroeiros, que apresentão s juntamente com as léguas de diitancia da METROPOLI DO REINO, e da Cidade principal e cabeça do Bifpado, com o numero dos fogos*, Parte I, Lisboa, Impressor do Santo Officio, 1767, p.7.

³⁷ Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Santo André de Mafra”, in *Boletim Cultural’96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p.332.

³⁸ *Idem, Ibidem*, “Memórias Paroquiais de Santo Isidoro”, in *Boletim Cultural’96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p.340.

³⁹ *Idem, Ibidem*, p.340.

Nas *Memórias Paroquiais de 1758*, aparece ainda referenciado pelo vigário de Mafra, o Padre Francisco Gonçalves, a existência de cinco ermidas na sua freguesia: “ [...] uma do Divino Espírito Santo desta dita vila nela situada (...); outra de Nossa Senhora do Socorro, situada na Quinta do Arquitecto (...); outra de Santo António, na quinta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Vila Nova de Cerveira, (...); outra também da mesma invocação de Santo António no lugar da Perra (...); e, outra, no lugar da Murgeira, da invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo e de Santo António [...] ”⁴⁰.

Assente numa organização política e institucional muito própria do regime Absolutista, o território nacional no século XIX, apresentava uma malha geográfica amplamente complexa e desarticulada. Tornava-se então imperativo uma reorganização do território em espaços administrativos estruturados, na qual a promulgação da Constituição de 1822, acrescida da Carta Constitucional de 1826 e da Constituição de 1838, veio a proporcionar a sua grande contribuição.

Mouzinho da Silveira, estadista e político português e uma das personalidades maiores da revolução liberal, ajudou em muito nesta extraordinária tarefa de alteração, com a Lei de 16 de Maio de 1832, desta nova estrutura administrativa, na qual existiam 800 Concelhos⁴¹, distribuídos por 45 Comarcas⁴², numa malha muito descentralizada pelo território nacional. São então constituídas Províncias, Comarcas e Concelhos como circunscrições administrativas.

Contudo, devido à forte instabilidade, esta nova reestruturação não foi tão bem sucedida, mas mantendo-se em vigor até à Carta de Lei de 25 de Abril de 1835 (regulamentada pelo Decreto de 18 de Julho de 1835), na qual era aprovada uma nova organização administrativa. Este diploma decreta, igualmente, uma renovada Divisão Judicial do território nacional, onde são dissolvidas as Províncias e constituídos os Distritos, os Concelhos e as Freguesias, tendo como autoridades a Junta Geral do Distrito, o Governador Civil⁴³, a Câmara Municipal e o Administrador do Concelho. Resultam então 17 Distritos.

No período compreendido entre 1836⁴⁴ e 1842, são extintos e criados novos Concelhos, perfazendo um total de 355. A estes juntaram-se mais 27 Concelhos até 1855.

⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p.334.

⁴¹ Maria Alexandre Lousada, *As Divisões Administrativas do Portugal do Antigo Regime ao Liberalismo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988, p.306.

⁴² *Idem, Ibidem*, p.312.

⁴³ Decreto de 20 Agosto de 1835 - Juramento dos Governadores Civis.

⁴⁴ No Decreto de 6 de Novembro de 1836, são abolidos os concelhos de Cheleiros, Carvoeira e Gradil.

A Província da Estremadura, passa a ser constituída por três Distritos - Santarém, Leiria e Lisboa - neste último estava incluído o Concelho de Mafra dependente da Comarca de Torres Vedras. Entre o Código Administrativo de 1836 e o de 1842, o Distrito de Lisboa passa dos 52 para os 35 Concelhos. É nesta altura, 1842, que o Concelho de Mafra é transferido da Comarca de Torres Vedras para a de Sintra.

A última mudança dá-se com a promulgação do Decreto – Lei de 24 de Outubro de 1855, onde se suprime 132 Concelhos, dos 382, estabelecendo-se um total de 250 Concelhos. O Distrito Administrativo de Lisboa passa a comportar 25 Concelhos, passando Mafra a Comarca Judicial.

É neste ano de 1855, de reforma administrativa do Governo Regenerador, que o Concelho de Mafra integra 13 das 17 freguesias actuais, a saber: Mafra (era concelho), Ericeira (era concelho), Carvoeira (pertencia ao da Ericeira), Azueira (era concelho), Igreja Nova (Santa Maria de Sintra), Milharado (Enxara dos Cavaleiros), Cheleiros (Sintra), Encarnação (desagregada da freguesia de São Tiago de Torres Vedras), Enxara do Bispo (Azueira), Santo Estevão das Galés (Olivais), Sobral da Abelheira (Azueira), Gradil (Azueira) e Santo Isidoro (Mafra).⁴⁵

Só depois, em 1923, é que o concelho de Mafra sofre alterações a este decreto de Outubro de 1855, ascendendo a freguesia a Malveira; e, em 1939, Vila Franca do Rosário. Em 1985, o município atinge a totalidade das suas povoações, com a elevação da Venda do Pinheiro e de São Miguel de Alcainça a freguesias.

No caso do Reguengo de **Cheleiros** este recebe a sua primeira Carta de Foro, a 15 de Fevereiro de 1195⁴⁶, outorgada por Dom Sancho I, a qual, infelizmente, não se conhece o seu diploma original (em latim), mas somente o seu traslado integrado na Confirmação Régia auferida, a 4 de Maio de 1305⁴⁷, lavrada em Santarém, por D. Dinis. A 25 de Novembro de 1516⁴⁸, em Lisboa, é dada nova Carta de Foro, então assinada por D. Manuel I, aos moradores do Concelho de Cheleiros.

Entre os anos de 1712 e 1757, Cheleiros passa de 120, para 80 fogos, verificando-se deste modo um decréscimo no desenvolvimento populacional local.⁴⁹

⁴⁵ Cf. *Guia do Concelho de Mafra*, Câmara Municipal de Mafra, 2000, p.12.

⁴⁶ Cf. Francisco Nunes Franklin, *Memória para servir de índice dos forais das terras do reino de Portugal e seus domínios*, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1825, p.97.

⁴⁷ Cf. *Idem, Ibidem*, p.97.

⁴⁸ Cf. *Idem, Ibidem*, p.97; Traslado parcial existente em ANTT: *Livro dos Forais Novos da Comarca da Estremadura*, fl.237v., col.2 a fl.239v., col.1.

⁴⁹ Guilherme José Ferreira de Assunção e Rogério Miranda Batalha, *Mafra – Efemérides do Concelho*, Câmara Municipal de Mafra, 1998, p.42 e 67.

Nas *Memórias Paroquiais de 1758*, acha-se a “dita vila e igreja, em uma baixa encostada a montes da parte Norte, sem que se veja dele outra povoação”⁵⁰. Dela fazem parte sete povoações: a vila de Cheleiros, lugar do Carvalho, dos Cerrados, do Pobral, do Urzal, do Montesouros e do Valverde. Tem como Orago a Senhora da Assunção (designado trivialmente por Reclamador), a qual é de especial devoção da população local. Esta igreja é composta por “três altares e [é] de um só corpo a igreja: altar-mor e dois altares colaterais (um da Senhora do Rosário e, outro, de Santa Catarina)”⁵¹, tendo como Confraria apenas a do Santíssimo. Para além desta igreja, a freguesia de Cheleiros compreende ainda mais três ermidas, “ao presente, sem culto algum por estarem arruinadas e caídas”⁵². Uma considerada ao Divino Espírito Santo, outra a São Bento (na inerente vila) e outra a Nossa Senhora do Ó (lugar do Carvalho).

Em 29 de Novembro de 1836, este concelho seria extinto e integrado, como freguesia, no Concelho de Sintra e, mais tarde, transferida para o Concelho de Mafra, em Outubro de 1855.

Cheleiros comemora, presentemente, a Assunção da Virgem sob a invocação de Nossa Senhora de Rocamador ou do Reclamador, a 15 de Agosto. Na localidade do Carvalho, o dia da Nossa Senhora do Ó e o dia de São Simão são consagrados, respectivamente, a 18 de Dezembro e a 24 de Março.

No que concerne à **Ericeira**, esta encontra-se situada na Estremadura, a 50 km noroeste de Lisboa, 25 km de Sintra e a 10 km de Mafra. É delimitada pelas freguesias de Santo Isidoro a Norte, pela Carvoeira a Sul, por Mafra a Nascente e pelo Oceano Atlântico a Poente, auferindo através do seu porto de mar natural, a possibilidade de um enorme incremento a nível económico, conforme podemos constatar. Em 1843, quando a jurisdição da Alfândega da Ericeira, circunscreveu uma área que ia desde Cascais até à Figueira da Foz, fez com que este porto fosse considerado, à época, o 4º porto do Reino, sendo apenas ultrapassado pelos portos de Lisboa, Porto e Setúbal⁵³.

É a partir do século XIII,⁵⁴ época em que lhe é conferida, em 1229, pelo Mestre da Ordem de Avis a Dom Frei Fernão Rodrigues, a primeira Carta de Foral⁵⁵, que a vila vai

⁵⁰ Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Assunção de Cheleiros”, in *Boletim Cultural’96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 319.

⁵¹ Cf. *Idem, Ibidem*, p.319.

⁵² Cf. *Idem, Ibidem*, p.319.

⁵³ Jaime d’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Gandra, Manuel J.), Coleção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.87.

⁵⁴ “[...] Mas se é possível que a povoação já existisse pelo menos no período muçulmano, o certo é que só nos inícios do século XII, com a concessão de foral, começamos a ter notícias concretas sobre a Ericeira [...]” – Cf. *Idem, Ibidem*, p.24.

⁵⁵ Jaime d’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Gandra, Manuel J.), Coleção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.17.

prosperar, sendo então descrita como “povoação com próspero centro piscatório”⁵⁶, instituindo o seu concelho. Desenvolvendo sempre a sua economia em torno do seu porto, é na própria Carta de Foral, de 1229, que se constata esta vertente económica e as primeiras alusões aos pescadores (homens do mar) que, aparecem justamente, neste primeiro foro, “[...] Quanto aos pescadores, dêem a vigésima parte do pescado que matarem no mar. De doze peixes, levem um para conduto antes de darem a vigésima parte, comam-no. Do pescado que encontrarem morto, não paguem foro. De baleia, dêem a vigésima parte. De toninhas e delfins sem impedimento, em ocasiões de fome [...]”⁵⁷, e só depois é que aparece o relato de outros factos correspondentes aos assuntos da comunidade em geral, às leis e aos usos e costumes da população.

A 31 de Agosto de 1531, El-Rei D. Manuel I, assina o novo foral para a Vila da Ericeira.

É possível verificar na publicação “Mafra – Efemérides do Concelho”⁵⁸, que este concelho, no ano de 1712, era constituído por 250 fogos, e no ano de 1757, por 353.

As *Memória Paroquiais de 1758*⁵⁹ fornecem-nos a informação à época da localização geográfica da Vila da Ericeira, do seu patriarcado (Lisboa), da sua comarca (Torres Vedras) e do seu senhorio, o Marquês do Lourçal, nesse presente ano. O Pároco Lucas Palhano Cordovil, descreve ainda que a população é constituída por “trezentos e cinquenta e três vizinhos, pessoas de comunhão mil cento e oito, menores cento e quarenta e sete”⁶⁰.

Em termos de religiosidade, a vila tinha a sua paróquia localizada, numa das suas extremidades, “compreendendo nessa freguesia o lugar de Fonte Boa dos Nabos”⁶¹. “O seu Orago S. Pedro e tem cinco altares”⁶². Apesar de não existir qualquer informação sobre a origem da Igreja de São Pedro, há dados que nos dizem que esta foi remodelada e ampliada, no ano de 1648 até 1693, sofrendo uma reedificação em 1740 encontrando-se, actualmente, com planta longitudinal constituída pela sobreposição axial de dois rectângulos: nave única e capela-mor, abrigada por dois telhados a duas águas.

⁵⁶ Margarida Garcez Ventura (coord.), *O Foral da Ericeira no Arquivo – Museu*, Edições Colibri, 1993, p.23.

⁵⁷ *Guia do Concelho de Mafra*, Câmara Municipal de Mafra, 2000, p. 34.

⁵⁸ Guilherme José Ferreira de Assunção e Rogério Miranda Batalha, *Mafra – Efemérides do Concelho*, Câmara Municipal de Mafra, 1998, p.42 e p.67.

⁵⁹ ANTT: Memórias Paroquiais, 1758, v. 13, maço 28, p. 229 – 230.

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.229; Sérgio Gorjão, *Arte Sacra*, Arquivo Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Vila da Ericeira, 1994, p.12.

⁶¹ ANTT: Memórias Paroquiais, 1758, v. 13, maço 28, p. 229 – 230; Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de São Pedro da Ericeira”, in *Boletim Cultural '96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 328.

⁶² ANTT: Memórias Paroquiais, 1758, v. 13, maço 28, p. 229 – 230; Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de São Pedro da Ericeira”, in *Boletim Cultural '96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 328.

Em 21 de Outubro de 1745⁶³, é contratado Matias José de Faria, mestre entalhador com oficina aberta em Lisboa, como responsável pelo *risco* do retábulo principal, e em 1763, é concluído o douramento e a pintura, pelo mestre Manuel António de Góis⁶⁴. No altarmor “está o Santíssimo Sacramento”⁶⁵, e fora do cruzeiro podemos observar ainda vestígios de outros quatro altares, mandados erigir por confrarias e irmandades, como é o caso da Irmandade das Almas (do lado da Epístola) e a Irmandade de S. Sebastião (do lado do Evangelho). Adossada ao alçado lateral Sul da nave, encontra-se a torre sineira, cuja cobertura é feita de azulejos policromos do século XVII.

Segundo as *Visitações e Pastorais da Paróquia de São Pedro da Ericeira (1609-1752)*⁶⁶, existia já no ano de 1610, na Ericeira, uma Ermida do Espírito Santo, a qual pertencia aos moradores, com rendimentos próprios administrados pela respectiva confraria, desconhecendo-se a data da sua instituição e o seu compromisso. A 22 de Junho de 1695⁶⁷, dá-se a fundação da Casa da Misericórdia da Ericeira, edificada sobre a antiga Capela do Espírito Santo, estando o antigo corpo da ermida onde hoje se encontra a sacristia e os altares da igreja. Em 1723, sofre novas alterações na zona da sacristia⁶⁸. De planta rectangular, nave única e com telhados de duas e quatro águas, tem no seu interior tecto de madeira de três panos, decorados com caixotões pintados e tem cobertura sobre o coro. A capela-mor encontra-se ligeiramente elevada, através do lanço de seis degraus. No ano de 1755⁶⁹, é contratado José de Oliveira Lobo e Silva, mestre entalhador com oficina aberta em Melroeira, no termo de Torres Vedras, e em 1761⁷⁰, é feito o douramento e pintura, pelos mestres Manuel António de Góis e Sebastião de Carvalho. Ambos os trabalhos foram mandados fazer pela confraria da Nossa Senhora da Misericórdia. A relevância das Misericórdias no quadro artístico e cultural do país, e o seu envolvimento em actividades de ordem religiosa e social, deixaram grandes marcas a nível cultural. Uma dessas consequências dá-se, em 1937, com a criação do

⁶³ Clara Moura Soares, Paula Figueiredo, *A Igreja de São Pedro da Ericeira – Memória histórica e artística*, Mar de Letras, 2002, p.53.

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p.55.

⁶⁵ Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de São Pedro da Ericeira”, in *Boletim Cultural*’96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 328.

⁶⁶ João Paulo Liberata Machado, *Visitações e Pastorais da Paróquia de S. Pedro da Ericeira (1609-1752)* (fotocópia da transcrição oferecida à Biblioteca de Mafra), *Boletim Cultural*’92, Mafra, 1993, pp.27-42.

⁶⁷ Jaime d’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira*, (coord. Gandra, Manuel J.), Coleção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.47.

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p. 49.

⁶⁹ Jaime d’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Gandra, Manuel J.), Coleção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p. 52; Sérgio Gorjão, *Arte Sacra*, Arquivo Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Vila da Ericeira, 1994, p.20; Manuel Batoró (coord.), *A pintura e os pintores da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*, Mar de Letras, 1998, p.28; Guilherme José Ferreira de Assunção e Rogério Miranda Batalha, *Mafra – Efemérides do Concelho*, Câmara Municipal de Mafra, 1998, p.6.

⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p.53; *Idem, Ibidem*, p.20; *Idem, Ibidem*, p.28; *Idem, Ibidem*, p.69.

Museu da Ericeira, hoje denominado Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, no espaço físico, ocupado por duas salas, da área total da Igreja.

Nas *Memórias Paroquiais*, aparece escrito pelo Pároco Cordovil a existência de mais três ermidas na Vila da Ericeira. “Tem três ermidas: uma no meio da vila e junto ao mar, de Nossa Senhora da Boa Viagem (vocação do forte que há, o qual está mui arruinado) e, fora da vila da parte Sul junto ao mar, a de Santa Marta, que são administrados pelo povo: [e] outra da parte Norte, de S. Sebastião, que é administrada pela sua irmandade”⁷¹.

Conhecida como Ermida de Santo António ou Nossa Senhora da Boa Viagem, o actual edifício está inscrito no século XVII, se bem que alguns dados apontem, que esta poderia ser coeva à Igreja Paroquial (século XIV ou XV), mas disso só restam os vestígios dos azulejos colocados sobre o arco triunfal, no qual ainda se consegue ver a data de 1634. Foi sede da confraria de Nossa Senhora da Boa Viagem dos Homens do Mar, em 1609. Nos Anais da Vila da Ericeira, surge uma menção à data de 1645⁷², onde consta que a Ermida de Santo António foi azulejada neste ano e, faz também alusão à antiga “ [...] invocação da Senhora da Boa Viagem, e sede da Corporação dos Homens do Mar, que nela faziam reuniões [...] ”⁷³. Esta ermida tem duplo orago, os dois com a mesma grandeza. Localizada na zona Sul da Vila, há notícias de ter existido perto deste local uma outra ermida com o mesmo nome de orago no ano de 1484. Em 1760⁷⁴, dá-se início à construção da actual ermida, devido em parte à crença em Senhora das Necessidades. Como verificamos, também esta ermida tem dois Oragos, mesmo que o título de Santa Marta esteja desde sempre mais patente.

A Ermida de São Sebastião parece ter a sua origem nos séculos XV ou XVI. De planta hexagonal e de cúpula em gomos, o seu interior é totalmente revestido por azulejos policromos, com desenhos de motivos florais e geométricos (ver figura 19). É em 1678⁷⁵, mais propriamente a 16 de Abril, que o Arcebispo de Lisboa, concede licença para as obras de ampliação da estrutura existente, sendo então acrescentado o espaço que corresponde ao altar e à sacristia. Aos dias santos, eram feitos bailes e banquetes pelos membros da confraria de S. Sebastião.

⁷¹ ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 13, maço 28, p.230.

⁷² Guilherme José Ferreira de Assunção e Rogério Miranda Batalha, *Mafra – Efemérides do Concelho*, Câmara Municipal de Mafra, 1998, p.33.

⁷³ Cf. Jaime d’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Gandra, Manuel J.), Colecção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.37.

⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p.53.

⁷⁵ Jaime d’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Gandra, Manuel J.), Colecção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.42.

Em 1758, o pároco Lucas Cordovil dá-nos a informação nas Memórias Paroquiais desta dita vila, que todas as casas que sofreram muito com o terramoto de 1755, já se encontram praticamente restauradas.

No ano de 1527, Jorge Fernandes, escrivão da Chancelaria da Comarca da Estremadura, dirigiu-se à Ericeira, por mandato de D. João III, juntamente com os da Câmara, a fim de fazer o recenseamento da população, constatando que “[...] Na vila da Eryceira há 75 visinhos no corpo da vila dos quaes sam 2 escudeiros e 2 clérigos e 17 viugas e o mais he povo [...]”⁷⁶. A 31 de Agosto de 1531, El-Rei D. Manuel I, assina o novo foral para a Vila da Ericeira.

Devido à sua situação geográfica, é evidente que a pesca teve sempre um peso significativo, mas não podemos esquecer que, quer a agricultura, quer a pecuária, operam também como actividades secundárias, podendo ainda associar-se ao dinamismo piscatório alguma manufactura, como por exemplo: a construção naval, a tecelagem de velas, confecção de redes, cordoaria, etc. Em 1758, uma das grandes produções e colheitas é a da uva, para fazer vinho⁷⁷.

Com o ordenamento típico do território, em finais do século XVII e inícios do seguinte, passam a existir comarcas que agrupavam concelhos, governados por câmaras municipais, sendo que nos principais, haveria um juiz de fora em delegacia do poder real e que assistia às reuniões camarárias. O Decreto de 18 de Julho de 1835⁷⁸, da criação de Rodrigo da Fonseca Magalhães, veio dar origem a uma nova organização espaço administrativa, dividida por distritos, concelhos e freguesias, fazendo desaparecer as ditas comarcas e as províncias.

É então, a 24 de Outubro de 1855⁷⁹, e com a renovada medida legislativa no distrito administrativo de Lisboa, que a subsistência do município da Ericeira ficou, indubitavelmente, em risco, fazendo com que a 4 de Dezembro⁸⁰ desse mesmo ano, o Concelho da Ericeira fosse abolido, permanecendo na dependência de Mafra até aos dias de hoje.

Foi à volta do seu porto de pesca dotado de alfândega, que ao longo do século XIX a vila da Ericeira teve a sua época áurea, confirmando ser a grande base de sustentação

⁷⁶ Jaime d'Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Manuel J. Gandra), Colecção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.29.

⁷⁷ Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de São Pedro da Ericeira”, in *Boletim Cultural '96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 328.

⁷⁸ Diário do Governo, nº169, 20 – VII – 1835.

⁷⁹ Jaime d'Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Gandra, Manuel J.), Colecção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.93.

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.93.

económica da povoação residente, apenas perdendo um pouco desta actividade comercial quando se deu o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e dos restantes meios de transportes terrestre ao longo de toda a costa Oeste.

A ela está também arrolada outro marco histórico, o embarque da Família Real Portuguesa (D. Manuel II, sua mãe rainha D. Amélia e sua avó, a rainha D. Maria Pia), para o exílio, a 5 de Outubro de 1910, marcando assim o fim do Regime Monárquico Nacional.

Em relação ao **Gradil**, o seu território, que, actualmente, ascende aos cerca de 829 hectares, está rodeado pelas freguesias de Azueira, Vila Franca do Rosário, Sobral da Abelheira, Enxara do Bispo, Malveira e Mafra. A primeira referência escrita reporta ao ano de 1320, através de um documento, assinado por D. Dinis, em que estava indicada a doação de uma extensa área ao tesoureiro da coroa, Pedro Salgado, no qual está expressamente referida a herdade de Gradil. Este antigo reguengo, após a morte deste referido tesoureiro, revertia novamente para a coroa, auferindo do seu primeiro foral, concedido por D. Afonso IV, em 1327 e, depois, confirmado em 1490, por D. João II. A 1 de Outubro de 1519⁸¹, em Évora, recebe nova Carta de Foral, certificada por D. Manuel I, atestando o título de vila e os seus privilégios. Esta carta régia contribuiu assim, de forma decisiva, para a ascensão de Gradil a vila.

Em 1758, a vila do Gradil ficava estabelecida “na província da Estremadura, no termo da Vila de Torres Vedras da mesma Comarca e Patriarcado de Lisboa, de que dista cinco léguas. É reguengo pertencente às capelas que instituiu o senhor Rei Dom Afonso IV”⁸², e tinha segundo as *Memórias Paroquias de São Silvestre do Gradil* desse mesmo ano, “[...] cento e doze vizinhos e trezentas e sessenta e quatro pessoas [...]”⁸³ e ficando situada na “encosta ou falda de um monte, por que passa a estrada que vem da Vila de Mafra para a de Torres Vedras”⁸⁴. Compreendia ainda os lugares da “Carapiteiras, uma de cima que tem seis vizinhos, e outra de baixo que tem dezassete vizinhos; e outro mais, chamado Monte do touro, que tem oito vizinhos”⁸⁵. Tratava-se de uma região principalmente agrícola, os “frutos desta terra que os moradores recolhem em maior abundância são: vinhos, também algum pão, mas é em pouca

⁸¹ Cf. Francisco Nunes Franklin, *Memória para servir de índice dos forais das terras do reino de Portugal e seus domínios*, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1825, p.116; Traslado incompleto que pode ser visto em ANTT: *Livro dos Forais Novos da Comarca da Estremadura*, fl.246, col.1 a fl.246v., col.2.

⁸² Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de São Pedro da Ericeira”, in *Boletim Cultural* '96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 329.

⁸³ *Idem, Ibidem*, p.329.

⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p.329.

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p.329.

quantidade e não chega para a sustentação dos moradores”⁸⁶. Com o terramoto de 1755 a freguesia do Gradil sofre enorme abalo, “caindo a maior parte das casas, das quais algumas se tem reparado e outras ainda se conservam destruídas pela grande pobreza dos seus moradores”⁸⁷.

Em termos eclesiásticos, esta povoação foi curato de apresentação do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, tendo passado, mais tarde, para a posse da Universidade de Coimbra. Pertenceu ainda ao concelho de Azueira até, sensivelmente, 1855 altura em que transitou para o de Mafra, dada a sua extinção.

Segundo o Foral de 20 de Novembro de 1519⁸⁸, outorgada, em Évora, por Dom Manuel I, a Vila de **Enxara dos Cavaleiros** era estabelecida como Concelho, organizando desta forma a sua administração, limites e privilégios. Este concelho é extinto, em 1855, por altura das reformas administrativas. Era seu donatário o visconde de Vila Nova de Cerveira. Sabe-se que, noutra época, a presente freguesia do Milharado fez parte deste concelho, entretanto abolido, incluindo nos seus limites a povoação da actual freguesia da Venda do Pinheiro (desanexa em 1985).⁸⁹

Relativamente à religiosidade da actual freguesia de Enxara do Bispo, esta tem como orago Nossa Senhora da Assunção da Serra (ver figura 17), pertencente à “irmandade do Santíssimo Sacramento, confraria de Nossa senhora da Assunção da Serra, de Nossa senhora do Rosário, de Santo António, de Santa Catarina, de São Sebastião, de São Pedro e do Nome de Jesus”⁹⁰. Dela também faziam parte: a Ermida do Divino Espírito Santo, administrada pela irmandade das Almas; duas ermidas particulares, uma que era de São Paulo e outra de São Miguel; na vila da Enxara dos Cavaleiros, uma outra ermida de invocação a Nossa Senhora do Pópulo (ver figura 13 e 14); no lugar de Vila Franca do Rosário (ver figura 32 e 33), havia outra ermida de devoção a Nossa Senhora do Rosário; no lugar Vila Pouca, uma ermida do povo, Santa Comba (ver figura 16); no lugar de São Sebastião, uma ermida deste santo (ver figura 15); no Monte Socorro, a ermida de Charnais, que ficou totalmente destruída com o terramoto de 1755, cujas imagens e figuras foram transferidas para a ermida do Divino Espírito Santo; e no alto

⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p.329.

⁸⁷ *Idem, Ibidem*, p.330.

⁸⁸ Cf. Francisco Nunes Franklin, *Memória para servir de índice dos forais das terras do reino de Portugal e seus domínios*, Tipografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1825, p.105; Traslado incompleto que pode ser visto em ANTT: *Livro dos Forais Novos da Comarca da Estremadura*, fl.237v., col.2 a fl.239v., col.1.

⁸⁹ *Guia do Concelho de Mafra*, Câmara Municipal de Mafra, 2000, p. 34.

⁹⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p.324

da Serra do Socorro, encontrava-se a ermida de Nossa Senhora, com veneração à Senhora do Socorro.⁹¹

A freguesia de Enxara do Bispo chegou a fazer parte do concelho da Azueira, quando este foi instituído entre os anos de 1837 e 1855, ano em que foi suprimido.

Por último, na ordem cronológica, encontra-se a **Carvoeira**. Igualmente situada na Estremadura, e com uma área de 8,32 km quadrados, está “ [...] distante da cidade de Lisboa, capital do reino, seis léguas.”⁹². Com ela faz fronteira a freguesia da Ericeira a Norte, a freguesia de São João das Lampas (Sintra) a sul, a freguesia de Cheleiros a Nascente e o Oceano Atlântico a Poente. Nela corre um rio chamado de Nossa Senhora do Porto, sendo o seu curso de “ [...] Nascente, do qual tráz seu nascimento, e finaliza no Poente”⁹³, “ [...] não é navegável nem hábil para embarcações em toda a distância dele.”⁹⁴. Recebe foro, a 29 de Outubro de 1514⁹⁵, por altura do outorgamento da Carta de Foral ao Concelho de Sintra, por D. Manuel I, no qual se encontra escrito as referentes cláusulas legais.

A Carvoeira encontra, nas *Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Expectação do Porto (antiga Nossa Senhora do Ó) do Reguengo da Carvoeira*⁹⁶, a confirmação de ter sido reguengo, “Esta terra fica na província de Lisboa, pertence ao Patriarcado de Lisboa, é comarca de Torres Vedras, reguengo da Carvoeira, freguesia de Nossa Senhora do Porto.”⁹⁷.

Foi concelho entre os anos de 1762 e 1820, no entanto esta situação sofre uma alteração, em 1836, quando perde esse estatuto e passa a ser apenas uma freguesia do então Concelho da Ericeira. Em 1855, com a reforma administrativa e as novas medidas legislativas que deliberavam a fundação de 24 concelhos, também a Ericeira perdeu o seu município, fazendo com que ambas as terras passassem a ser freguesias integrantes do Concelho de Mafra.

O Cura Luís António Cavado ao responder ao questionário do interrogatório de 1758, feito por ordem do Ministro do Reino, Sebastião José de Carvalho e Mello, fornece-nos a informação que a freguesia da Carvoeira tinha como donatário Joaquim Miguel Lopes

⁹¹ *Idem, Ibidem*, p.324-325.

⁹² *Idem*, “Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Expectação do Porto (antiga Nossa Senhora do Ó) do Reguengo da Carvoeira”, in *Boletim Cultural '96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 316.

⁹³ *Idem, Ibidem*, p.316.

⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p.316.

⁹⁵ ANTT: *Livro dos Forais Novos da Comarca da Estremadura*, fólhos 136, col.2 a 137v., col.2 – Vila de Sintra – fólho 137, col.2 – Reguengo da Carvoeira.

⁹⁶ ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 31, maço 54, p.307-310; Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Assunção de Cheleiros”, in *Boletim Cultural '96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 315.

⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p.315.

de Lavre⁹⁸, e é constituída por “ [...] nove lugares e o nome deles é o seguinte: um se chama o Urzal, outro chamado Carrascal, outro se chama os Casalinhos, outro se chama Fonte Boa da Brincosa, outro se chama Baleia, outro se chama Valbom, outro Barril de Baixo, outro Barril de Cima, outro Pobral [...] ”⁹⁹, perfazendo entre eles um total de trinta e seis fogos e cento e oitenta e dois vizinhos.

Construída junto do rio que banha as terras desta freguesia, está a Igreja de Nossa Senhora do Ó, de orago a Nossa Senhora da Expectação do Porto, a qual “contém em si três altares, em (que) se evoca São Sebastião, outro é chamado de São Mamede e, outro (altar mor) é de Nossa Senhora da Expectação do Porto e tem, dentro da mesma igreja duas colunas pequenas nas quais descansa o coro da mesma igreja.”¹⁰⁰ (ver figura 11). Mas esta terra da Carvoeira não tem somente este espaço religioso, possui ainda mais “duas ermidas, uma se chama Santo António e, outra, é chamada São Julião, esta está distante deste lugar da Carvoeira um quarto de légua, próxima do mar, aquela está junto a este lugar da Carvoeira, o qual, como já disse, se chama Santo António e, ambas, pertencem aos fregueses”¹⁰¹ (ver figura 10).

Em virtude da sua situação geográfica é evidente que a agricultura teve sempre um forte peso como actividade produtiva nesta comunidade, em 1758, damos conta que “Os frutos que os moradores desta terra recebem em mais abundância é vinho, e pão e algum milho, porém o vinho é em mais saturidade, também recolhem alguns legumes, mas poucos, e alguns melões e melancias, peras também, em pouca quantidade.”¹⁰²

Como muitas outras freguesias também a Carvoeira está, ainda hoje, ligada a certas festividades de índole espiritual, como é o caso da festa periódica o Círio de Pedrulhos ou Círio da Água-Pé, que acontece no lugar de S. Julião, no mês de Setembro.

⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p.315.

⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p.315.

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p.307-310; *Idem, Ibidem*, p.315.

¹⁰¹ *Idem, Ibidem*, p.307-310; *Idem, Ibidem*, p.315.

¹⁰² *Idem, Ibidem*, p.315.

Capítulo II

Análise dos retábulos recenseados do concelho de Mafra



II. 1. A retabulística no concelho de Mafra

Com o estudo dos oitenta e seis retábulos recenseados no concelho de Mafra, verificou-se que estes estão inseridos numa das mais marcantes expressões artístico - religiosas portuguesas, quer seja pela sua riqueza visual, quer por uma complexidade apresentada no seu fabrico material, comportando em geral múltiplas mensagens e significados, nem sempre perceptíveis à primeira vista. No entanto são todos análogos entre si no que concerne ao objectivo, o de ajudar os devotos a alcançar comunhão com um estado espiritual elevado e não mundano.

Da retabulística observada constou-se que estes se encontram, grande parte, no interior dos trinta e um espaços sagrados, distribuídos pelas dezassete freguesias que pertencem ao concelho de Mafra (Mafra, Alcainça, Sobral da Abelheira, Picanceira, Ribamar, Sobral da Abelheira, Vila Franca do Rosário, Milharado, Gradil, Malveira, Azueira, Santo Isidoro, Encarnação, Enxara do Bispo, Carvoeira e Ericeira).

O estudo pretendeu estabelecer, acima de tudo, determinadas características e correspondências entre os diversos exemplares catalogados, feitos através de critérios fundamentais à sua análise, sendo eles: *Localização e Encomenda, Usos e Funções, Técnicas, Materiais e Interacção das Artes, Produção Artística, Periodização* e a sua *Caracterização*, diversas *Tipologias* existentes e o estado de *Conservação*.

II.2. Localização e Encomenda

Em relação à *Localização* referente aos oitenta e seis retábulos estudados, situados nas dezassete freguesias, foi possível constatar que estes se encontram sediados nos seguintes espaços arquitectónicos:

- Basílica (Basílica de Nossa Senhora e de Santo António de Mafra);
- Palácio e Convento (Mafra);
- Igrejas (Paroquial de S. Pedro e Misericórdia na Ericeira; Paroquial de Nossa Senhora do Ó na Carvoeira; Nossa Senhora da Oliveira no Sobral da Abelheira; Paroquial de São Miguel no Milharado; Paroquial de Santo Isidoro em Santo Isidoro; Matriz de Nossa Senhora da Assunção na Enxara do Bispo; Nossa Senhora da Encarnação e São Lourenço na Encarnação, Nossa Senhora do Livramento e São Pedro de Grillhões na Azueira; Matriz de São Silvestre do

Gradil; Vila Franca do Rosário em Vila Franca do Rosário; e São Miguel em Alcainça).

- Ermidas (Santo António e São Julião na Carvoeira; Santa Marta, São Sebastião, Santo António e de Nossa Senhora da Boa Viagem na Ericeira; Santa Cristina e Cruzeiro na Azueira; Nossa Senhora do Monte Carmo em Mafra; Nossa Senhora dos Remédios na Malveira; Nossa Senhora do Codeçal/Nossa Senhora da Piedade no Sobral da Abelheira; Santo António (Picanceira), São João Baptista (Ribamar) em Santo Isidoro; Nossa Senhora do Socorro na Enxara do Bispo; Ermida de São Lourenço na Encarnação, Ermida de São Sebastião, Santa Comba e Nossa Senhora do Pópulo na Enxara do Bispo).

Verificou-se, igualmente, que a retabulística estava distribuída dentro dos templos sagrados do seguinte modo:

- Presbitério - 30 exemplares;
- Capelas colaterais - 32 exemplares;
- Capelas laterais ou nave - 17 exemplares;
- Transepto - 2 exemplares;
- Sacristia - 1 exemplar;
- Espaço dedicado à Enfermaria dos Doentes Graves – 1 exemplar;
- Oratórios Reais - 2 exemplares;
- Capela dentro do espaço do Palácio e Convento de Mafra (Capela do Campo Santo) – 1 exemplar.

Reconheceu-se, no total dos retábulos recenseados, um forte predomínio dos retábulos colaterais e laterais, que perfazem um total de quarenta e nove exemplares, em perda dos retábulos localizados no presbitério, com trinta exemplares.

Destes oitenta e seis retábulos, quarenta e um foram remetidos para apêndice fotográfico, pois o seu período é já subsequente à época que este estudo abarca, sendo do século XIX e dos princípios do XX. Apesar de desempenharem as funções religiosas prevista, testemunham já um período de decadência e declínio.

Assim, no que concerne à *encomenda* dos demais retábulos (quarenta e cinco), dispostos por dez das dezassete freguesias, apurou-se que uma grande parte é de atribuição régia, pois dezasseis deles estão inseridos na Basílica, Palácio e Convento de Mafra, estrutura arquitectónica mandada edificar por D. João V, no princípio do seu reinado. Há, igualmente, exemplares retabulísticos de *encomenda* atribuída às

Comissões Fabriqueiras, perfazendo um total de cinco: retábulo principal da Igreja da Nossa Senhora da Oliveira, Sobral da Abelheira (Protobarroco); retábulo principal da Igreja Paroquial de São Miguel, Milharado (Protobarroco); retábulo mor da Igreja Paroquial de Santo Isidoro (Barroco Pleno); retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação (Barroco Final); e o retábulo mor da Igreja da Nossa Senhora do Livramento, Azueira (Tardobarroco). Para além deste dois tipos de clientes, temos ainda o contributo da sociedade civil. Esta participava sobretudo através de Confrarias, Irmandades e Ordens Terceiras, tanto em templos próprios, como em capelas situadas no interior das igrejas matrizes, existindo no concelho de Mafra um conjunto de catorze exemplares, como é o caso do retábulo lateral da Ermida de São Miguel, no Milharado (Irmandade das Almas), ou da Ermida de Santa Marta, na Ericeira (Confraria de Santa Marta). Por fim constatou-se a presença de outros dez retábulos de *encomenda* desconhecida, como é o caso dos retábulos colaterais da Igreja Paroquial de São Miguel, no Milharado, e o retábulo principal da Ermida de Santa Cristina e Cruzeiro, na Azueira.

II.3. Usos e Funções

Dos quarenta e cinco retábulos recenseados para o catálogo, verificámos um forte predomínio dos retábulos *devocionais a um único tema*, com vinte e oito exemplares, repartidos pelas freguesias de Mafra, Milharado, Azueira, Santo Isidoro, Carvoeira e Ericeira (sendo que dezasseis acham-se na Basílica de Nossa Senhora e de Santo António). Com o acompanhar dos tempos, em que o comum da sociedade era constituída por indivíduos iletrados, tornava-se fundamental propiciar a reflexão dos fiéis na figuração de um único mote iconográfico, sendo compostos, em termos de estrutura, por uma composição de corpo único e um só tramo. Sabe-se que este género de retabulística portuguesa *devocional a um só tema* difundiu-se, principalmente, após o século XVII¹⁰³, quer em capelas-mores (retábulo mor da Igreja Paroquial de São Pedro, na Ericeira), colaterais (retábulos colaterais da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Ó, na Carvoeira), laterais (retábulo lateral do lado da epístola da Igreja de São Miguel, no Milharado), ou sacristias (retábulo da sacristia da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, em Mafra).

¹⁰³ Francisco Lameira, *O retábulo em Portugal. Das origens ao declínio*, Promontoria Monográfica, História da Arte 01, Universidade do Algarve, Faro, 2005, p.11.

Sobre este tipo de retábulo veio a surgir, embora em menor número, a variante da retabulística *devocional a três temas*, com igual expansão a partir do século XVII¹⁰⁴. No concelho de Mafra, este tipo de exemplares, tem a sua primeira manifestação no *Barroco Final*, prolongando-se pelo *Protobarroco* (perfazendo um total de dez retábulos). Baseada na exposição do orago, como elemento principal colocado no nicho central de maior dimensão, apresenta nos tramos laterais figuras de devoção de menor relevância e dimensão, sendo composto por uma estrutura tripartida determinada por corpo único e três tramos (exemplos: lateral da Igreja de São Miguel, no Milharado, e retábulo principal de Nossa Senhora da Expectação do Porto, na Carvoeira). Este género de retábulos estava destinado ao culto solene do Santíssimo Sacramento, situando-se na cabeceira ou em capelas de administração exclusiva das Confrarias ou das Irmandades do Santíssimo Sacramento.

Dos retábulos arrolados verificou-se, ainda, a existência de um exemplar devocional a vários temas: o retábulo lateral da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação.

De notar também, no século XVIII, a perda da identidade arquitectónica dos retábulos laterais (exemplo retábulo lateral da Igreja Matriz de São Silvestre, no Gradil), pois estes passam a ser executados segundo o mesmo *risco* (exemplo retábulos colaterais da Igreja de Nossa Senhora do Ó, na Carvoeira). No caso dos retábulos recenseados no concelho de Mafra, constatou-se dez exemplares com o mesmo *risco*, repartidos ao longo das freguesias de Santo Isidoro, Ericeira, Carvoeira e Milharado, em detrimento dos quatro exemplares com *risco* diferente, nas freguesias da Encarnação, Ericeira e Milharado.

Embora os retábulos *eucarísticos* tenham tido grande divulgação e reconhecimento desde o século XVII¹⁰⁵, aparecem, no entanto, apenas seis exemplares nas freguesias abordadas, sendo elas da Sobral da Abelheira (Igreja da Nossa Senhora da Oliveira), Milharado (Igreja Paroquial de São Miguel), Santo Isidoro (Igreja Paroquial), Encarnação (Igreja da Nossa Senhora), Ericeira (Igreja Paroquial de São Pedro), e Azueira (Igreja da Nossa Senhora do Livramento e Igreja Paroquial de São Pedro de Grilhões). Estes estavam limitados aos templos mais importantes, como é o caso das catedrais, igrejas matrizes, monásticas e as das Ordens Terceiras e de algumas

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p.12.

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem*, p.11.

Irmandades mais relevantes, atestando a relevância que este tipo de exemplares veio a ter principalmente na 2ª metade do século XVII¹⁰⁶.

II.4. Técnicas, Materiais e Interação das Artes

Qualquer retábulo ao ser executado requeria o cuidado artístico dos diferentes elementos que compunham este tipo de trabalho. Fazem parte dessas etapas a escolha de um projecto, chamado de *risco* ou *traça*, elaborado com tinta preta sobre papel, no qual existia por vezes uma listagem de exigências em termos de cores que deveriam ser aplicadas na sua execução. Por sua vez, esta também estava pendente de uma reflectida escolha sobre a proveniência dos diferentes materiais e da sua aplicação, sendo estes de origem local ou não. Quer a madeira, quer o ouro eram matérias-primas a ter em causa, sendo maioritariamente utilizado o castanho, depois o carvalho, ficando o pinho para as zonas menos nobres do retábulo e as madeiras exóticas objectos extra compositivos do altar, como gradeamentos ou peças de mobiliário. A juntar a estes materiais existiam também os diversos tipos de materiais pétreos como o mármore, calcários e alabastros.

A madeira que iria ser trabalhada teria que satisfazer certas qualidades, isto segundo as condições ajustadas conforme o contrato assinado entre o cliente e o artista, “assim, devia apresentar-se perfeitamente lisa, sem nós, defeitos ou rachaduras que pudessem vir futuramente a danificar a peça”¹⁰⁷. Também o ouro que era aplicado na face entalhada requeria igual cuidado, pois teria que existir uma delicada destreza por parte dos mestres pintores-douradores, na aplicação das finas mortalhas de ouro.

Procedia-se, depois do retábulo pronto, à sua colocação, sendo depois finalizado por uma ou mais actividades complementares. No entanto, há que ter atenção que a realização de todo e qualquer retábulo dependia directamente da escolha pessoal feita por cada encomendador, aliada ao seu poder económico.

A partir da segunda metade do século XVIII, generaliza-se pela primeira vez, em Portugal, uma preferência estética baseada no uso do mármore e da madeira fingindo a pedraria, na estrutura retabulística.

Na observação dos quarenta e cinco retábulos recenseados, ao longo do concelho de Mafra, apurou-se que existe uma prevalência dos retábulos construídos por madeira

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem*, p.12.

¹⁰⁷ Natália Marinho Ferreira-Alves, “Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal”, in Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I Série, Vol.2, Porto, 2003, p.740.

entalhada, dourada, policromada e, por vezes, pintada a imitar pedraria (vinte e oito exemplares), em detrimento dos retábulos produzidos por materiais pétreos, como é o caso do mármore (dezasseis exemplares, todos eles na Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, em Mafra, de *encomenda* régia). Como exemplo das obras em madeira entalhada, temos o retábulo mor da Igreja da Nossa Senhora da Encarnação. A preferência pelo uso deste tipo de material, estava ligado sobretudo ao custo acessível desta matéria-prima, às questões de opção estética, e à experiente e, relativa, barata mão-de-obra. Nestes retábulos encontram-se dois géneros de acabamentos: no primeiro, abrangendo os séculos XVI, XVII e a primeira metade de setecentos, sobressai o revestimento de ouro com uma certa policromia nos fundos e um peculiar tratamento dos elementos figurativos (exemplo – retábulo principal da Igreja Paroquial de São Miguel, no Milharado); o segundo, e a partir do setecentos, aparece o gosto por uma nova paleta cromática, onde os fundos são lisos a fingir pedraria policroma (exemplo – retábulo principal da Ermida de Santo António e Nossa Senhora da Boa Viagem).

No caso da freguesia de Mafra, a retabulística é constituída sobretudo por materiais pétreos, de tradição erudita italiana, como se apurou na Basílica de Nossa Senhora e de Santo António. O orago deste tipo de retábulos deixa, na sua generalidade, de ser constituído por madeira dourada e policroma e passa a ter como tendência o uso de pintura figurativa de painéis (que em relação à Basílica foram, mais tarde, substituídos por relevos escultóricos de mármore). O uso destes materiais pétreos, que tanto poderiam ser adquiridos em Portugal, como no estrangeiro, era contudo exíguo, muito em parte devido à fraca mão-de-obra especializada (uso muitas vezes de mestres estrangeiros) e ao alto custo final da obra.

Constatou-se, igualmente, um exemplar com uma especificidade: na Igreja da Nossa Senhora da Encarnação – a aplicação de mármore no embasamento, nos elementos arquitectónicos e no ático e, na parte central, a utilização de uma estrutura em talha dourada.

Na restante retabulística em apêndice, nota-se a continuidade do uso da madeira, mas deixando de ser entalhada e dourada, para passar a ser lisa e a fingir pedraria (ver figura 18 - retábulo colateral da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, na Enxara do Bispo, e a figura 32 - retábulo principal da Igreja Paroquial de Vila Franca do Rosário), em prol de outro tipo de matérias de menor qualidade, tipo, o uso de estuque, areias e materiais pétreos, desta feita em calcário, como é exemplo o Retábulo de Nossa Senhora do Monte Carmo e Santo António, na Murgeira (ver figura 27).

II.5. Produção Artística

De referir também, a preparação técnica dos artistas que se encontravam relacionados com a arte da talha. Estes, estabeleciam-se em oficinas, segundo um plano tradicional, que tinha à frente um *mestre*, alguém que respondia pelas empreitadas atribuídas, e que teria o encargo de estabelecer a que *oficial* competia as mais diversas tarefas, bem como, ensinar o ofício aos *aprendizes*. Estes *mestres* encontravam-se divididos em três ofícios distintos, (os pedreiros ou escultores, os marceneiros ou entalhadores e os pintores), organizadas em corporações de ofícios ou em artes mecânicas. Estes ofícios encontravam-se estabelecidos por regimentos aprovados pelos municípios, em que o de Lisboa servia de modelo para os remanescentes. O primeiro destes documentos foi o designado *Regimento dos Sambladores, Entalhadores e Imaginários de Lisboa*, de 1549, o qual foi sucessivamente modificado durante os séculos seguintes.¹⁰⁸

É contudo plausível dizer que se verificava uma polivalência das actividades dos artistas nos séculos XVII e XVIII.

Quando se pretendia encomendar a execução de um retábulo, tornava-se necessário que o encomendador estabelecesse contacto com um profissional que elaborasse o chamado *risco* ou *traça*. “A criação da *traça* ou do *risco* de cada retábulo exigia um conhecimento artístico especializado e só os profissionais mais competentes assumiam esta responsabilidade, independentemente de terem formação especializada, [...], de pertencerem às corporações de ofícios, [...], ou de serem *curiosos*.”¹⁰⁹. Depois de feita a selecção do *risco*, este era levado ao assentimento por parte do encarregado eclesiástico do templo em causa e colocados muitas vezes em editais, para posterior escolha da melhor proposta apresentada para a execução deste mesmo *risco*. O trabalho dos entalhadores era assim seguido pelo do ensamblador e, posteriormente, pelo dos douradores, provindo da sua acção conjunta o resultado da empreitada.

Posto isto, era feito frequentemente num notário o contrato inscrito no *Livro de Notas*, no qual estavam estipuladas as várias cláusulas de pagamento e as suas modalidades, bem como os prazos de realização do trabalho, entre outras coisas.

Após o retábulo ter sido efectuado na oficina escolhida e estar pronto a ser colocado, era transportado via terrestre ou marítima, sendo ensamblado no local a ele reservado. Era

¹⁰⁸ Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Lisboa, 1945.

¹⁰⁹ Francisco Lameira, *O Retábulo da Companhia de Jesus em Portugal 1619-1759*, Promontoria Monográfica, História da Arte 02, Universidade do Algarve, Faro, 2005, p.11.

então sujeito a uma vistoria e se tudo tivesse conforme o contrato ajustado, terminava-se o processo com um termo de quitação.

No que diz respeito à retabulística estudada pertencente ao concelho de Mafra, o estudo permitiu obter apenas algumas conclusões irrevogáveis em termos de produção artística. Sendo assim, na freguesia de Mafra, e abrangendo os períodos entre o *Barroco Final* e o *Tardobarroco*, evidencia-se a presença de artistas estrangeiros, partidários da estética italianizante, que trabalharam em Portugal no reinado de D. João V, quer para a corte, quer para a clientela mais esclarecida, como é o caso dos grandes mestres Frederico Ludovice, Francesco Trevisani, Corrado Giaquinto e Alessandro Giusti (sobre o qual impera o maior número de obras), e artífices portugueses, como André Gonçalves, Roberto da Silva Campos, Machado Castro, Lourenço Lopes e Inácio de Oliveira Bernardes. Aparece também informação em relação a alguns desbastadores que trabalharam com Giusti, de seus nomes Pedro António Luquez e Francisco Alves Canada.

Na freguesia da Ericeira, mais propriamente na Igreja de São Pedro, a obra retabulística do altar-mor integra-se nas oficinas do patriarcado de Lisboa, como prova o contrato feito a 21 de Outubro de 1745¹¹⁰, com Matias José de Faria (mestre entalhador com oficina aberta em Lisboa), e concluído, a 11 de Abril de 1763, o douramento e a pintura, pelo mestre Manuel António de Góis; e na Igreja da Misericórdia, o retábulo principal contextualiza-se nas oficinas da comarca do termo de Torres Vedras, comprovado pelo contrato no ano de 1755¹¹¹, com José de Oliveira Lobo e Silva (mestre entalhador com oficina aberta em Melroeira), finalizado em 1761¹¹², o douramento e pintura, pelos mestres Manuel António de Góis e Sebastião de Carvalho.

Mas devido às mudanças artísticas e o facto de se preferirem retábulos “*tão lisos de ornamentos como pede a boa arquitectura (...) para se poder imitar pedraria mas levando sempre os seus ornatos de talha dourada*”¹¹³, o recurso ao entalhador caiu em desuso pressagiando o seu desaparecimento.

¹¹⁰ ANTT: Memórias Paroquiais, 1758, v. 13, maço 28, p. 229 – 230; Clara Moura Soares, Paula Figueiredo, *A Igreja de São Pedro da Ericeira – Memória histórica e artística*, Mar de Letras, 2002, p.53

¹¹¹ Jaime d’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Ericeira* (coord. Gandra, Manuel J.), Coleção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p. 52; Sérgio Gorjão, *Arte Sacra*, Arquivo Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Vila da Ericeira, 1994, p.20; Manuel Batoré (coord.), *A pintura e os pintores da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*, Mar de Letras, 1998, p.28.

¹¹² *Idem, Ibidem*, p.53; *Idem, Ibidem*, p.20; *Idem, Ibidem*, p.28.

¹¹³ Francisco Lameira, *O Retábulo em Portugal. Das origens ao declínio*, Promontoria Monográfica, História da Arte 01, Universidade do Algarve, Faro, 2005, p.104.

II.6. Periodização/Caracterização

Também neste estudo foi feita uma cronologia para os quarenta e cinco exemplares recenseados, inserindo-se em quatro ciclos artísticos, de uma nova periodização proposta por Francisco Lameira¹¹⁴. Podemos assim afirmar que os retábulos recenseados foram executados nos séculos XVII e XVIII, nas conjunturas definidas como *Protobarroco*, *Barroco Pleno*, *Barroco Final* e o *Tardobarroco*.

Período compreendido entre a segunda década do século XVII e que se estende até cerca de 1668, o *Protobarroco* marca um novo conceito retabulístico que vai, pouco a pouco, transformar o já muito repetido formulário do Maneirismo. A Talha Portuguesa começa então a seguir, uma nova cultura artística com um estilo demarcadamente nacional. Presencia-se a actualização dos modelos formais e de morfologias compositivas dos retábulos. Aparece o culto a um único tema, a devoção às relíquias sagradas e a exposição solene do Santíssimo Sacramento.

“A partir de então, assiste-se a um processo de subjugação das estruturas compositivas [...] pelos ornatos escultóricos dourados, que invadem todos os espaços disponíveis, incluindo os elementos arquitectónicos”¹¹⁵. Exemplos disso são os retábulos eucarísticos da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, no Sobral da Abelheira, e da Igreja Paroquial de São Miguel, no Milharado. Uma das particularidades formais neste período é o predomínio das plantas planas, embora se possa constatar o aparecimento de plantas mais dinâmicas (retábulo principal da Igreja de São Miguel - planta em perspectiva côncava). Outras das características é nos retábulos eucarísticos irromper no tramo central um camarim ou tribuna, com um trono piramidal em degraus, destacando-se ao centro, no primeiro registo, um sacrário monumental (exemplo: os dois exemplares tardobarrocos identificados). Consolas, pilastras e colunas diferenciadas, bem como, um vocabulário decorativo cada vez mais naturalista, preenchendo a maioria dos espaços, são elementos análogos a esta época (retábulo principal da Igreja de São Miguel).

Vigorando de um modo geral entre c.1668 e c.1713, período de D. Pedro II como regente e, posteriormente, como monarca, o *Barroco Pleno* vai-se desenvolver num reinado que tinha como grande desígnio reconstruir o País abalado pelas lutas da Restauração. Em atmosfera de paz e de imenso desenvolvimento, a retabulística deste período vai surgir com um forte predomínio da madeira entalhada e dourada (gosto

¹¹⁴ *Idem, Ibidem*, p.66-119.

¹¹⁵ *Idem, Ibidem*, p.90.

emblemático dos países ibéricos), em detrimento dos produzidos em mármore com embutidos, ficando estes últimos restritos a algumas camadas da sociedade com maiores recursos financeiros. Embora tenha sido uma conjuntura artística com bastante aceitação em todo o país, no concelho de Mafra, apenas foram contabilizados sete exemplares (quatro dos quais colaterais, logo com o mesmo *risco*).

Algumas das particularidades deste ciclo artístico são: o “predomínio das plantas dinâmicas, nomeadamente em perspectiva côncava”¹¹⁶, se bem que no concelho de Mafra constatou-se, ainda, uma forte influência de plantas planas (todos os sete exemplares); corpo único e um só tramo (novamente todos os sete exemplares), ou três tramos; camarim ou tribuna associado a retábulos eucarísticos (retábulo principal da Igreja Paroquial de Santo Isidoro), retábulos relicários; e retábulos devocionais a um (restantes seis exemplares) ou mais temas. Surge, também, a exposição escultórica do Orago; pilastras compósitas chamadas de *quartelões ou quartelas* e colunas torsas com seis (retábulo lateral epístola da Igreja de São Miguel, no Milharado), ou sete espiras (retábulo principal e colaterais da Igreja Paroquial de Santo Isidoro); e, de proveniência puramente portuguesa, os arcos salomónicos (retábulo principal da Igreja Paroquial de Santo Isidoro, em Santo Isidoro e o retábulo do lado da epístola da Igreja de São Miguel, no Milharado).

No que se refere ao *Barroco Final*, este é um “período que vigora entre cerca de 1713 e os meados do século XVIII, correspondendo grosso modo ao longo reinado de D. João V (1707-1750)”¹¹⁷, e em que se denota as renovações vindas de Roma papal e de Paris, então designadas por *ao moderno*. De influência erudita, tanto francesa, como italiana, não teve todavia grande acolhimento popular. O concelho de Mafra registou neste período quinze exemplares, dos quais onze estão inseridos na Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, em Mafra, com o patrocínio do donatário D. João V e da Confraria de Santo André.

Apesar de durante esta época perdurarem os trabalhos feitos de madeira entalhada e dourada, como é exemplo o retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, a utilização dos mármore passa a ter grande acolhimento no meio artístico, sobretudo na zona da Estremadura e do Alentejo, veja-se o caso dos retábulos da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António de Mafra. Os materiais pétreos acabam assim por ser uma presença constante, quer na totalidade dos retábulos, quer em áreas

¹¹⁶ *Idem, Ibidem*, p.96.

¹¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.99.

mais restritas (embasamento, mesa de altar ou até mesmo como induto parietal complementar).

A retabulística deste período passa a ter como características formais a adopção de plantas cada vez mais dinâmicas (exemplo o retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, com planta mista), como também, a introdução de plantas de perspectiva convexa, como é o caso do retábulo principal da Ermida de Nossa Senhora do Socorro, na Enxara do Bispo; coluna torsas, com o tramo inferior diferenciado, sendo o resto da garganta de fuste percorrida por uma grinalda de flores, como ocorre por exemplo no retábulo principal da Ermida de São Lourenço, na Encarnação, e colunas compósitas; a *frons scenae* surge na face do retábulo, em vez do interior da tribuna (exemplares das cabeceiras e capelas laterais da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, de Mafra; elementos figurativos em alto-relevo distribuídos pelo embasamento, pelo ático (como testemunho retábulo da Igreja da Nossa Senhora da Encarnação, na Encarnação) e nas ordens arquitectónicas.

Em relação ao *Tardobarroco*, trata-se de um “período que decorre, grosso modo, entre os meados e os finais do século XVIII”¹¹⁸, onde apesar do contínuo uso do termo *ao moderno* por parte da clientela, é possível verificar-se dois tipos de linguagem: uma com origem no rococó francês, em que os ornatos entalhados e os dourados são mais enaltecidos, e outra, de proveniência italiana, onde prevalece o uso da pedraria ou da sua imitação, situação que expressa a sua origem ainda durante o reinado de D. João V. É durante este período que se assinala, no concelho de Mafra, o maior número de retábulos, perfazendo um total de vinte e um exemplares, demonstrando deste modo a forte influência que a vivência religiosa teve nesta região, após o terramoto de 1755.

Como características específicas temos, designadamente: a predominância de plantas mais dinâmicas, alternando superfícies côncavas (exemplar da Igreja Matriz de São Silvestre) com convexas (exemplares colaterais da Igreja paroquial de São Miguel, no Milharado); destruição do embasamento; difícil distinção entre elementos arquitectónicos e ornatos; diminuição do uso de tribunas, apesar de no caso do concelho de Mafra registar-se, ainda, um uso alargado de tribunas e camarins (oito retábulos); propensão para recorrer à pintura figurativa de painéis aplicados a retábulos de pedraria (como exemplo o retábulo da Enfermaria dos Frades/Enfermaria dos Doentes Graves) e nos de madeira entalhada; e imensa variedade de elementos arquitectónicos, tipo colunas de fuste torso ornamentadas por uma grinalda de flores, como é o caso da

¹¹⁸ *Idem, Ibidem*, p.104.

Ermida de Santo António, na Carvoeira, ou as colunas clássicas de fuste liso, como as que são usadas na Igreja da Nossa Senhora do Livramento.

Os restantes retábulos (ver apêndice fotográfico – figura 1 a 33) correspondem já a um período de declínio, entre a última década do século XVIII até à primeira metade do século XX¹¹⁹. A esta época foi atribuída a designação de *Revivalismos*, identificado com a manutenção tardia e cada vez com menos rigor dos cânones vigentes nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A construção deste tipo de retabulística faz-se ainda em grande número em madeira, como exemplo o retábulo principal da Igreja Paroquial, de Vila Franca do Rosário, para além do uso de pedraria, de argamassas de cal e areia ou de estuque serem também utilizados, constituindo um exemplar deste tipo de técnica o retábulo da Ermida de São Julião, na Carvoeira.

A decoração vai sendo menos usada. Podemos assim observar algumas particulares formais: o uso de plantas planas ou rectas (figura 27 – retábulo principal da Ermida de Nossa Senhora do Monte Carmo e Santo António, na Murgeira); a presença de alguns exemplares com princípios compositivos clássicos; estruturas retabulares lineares, com grande contenção e comedidas, permanecendo alguns vestígios artísticos anteriores como o uso das grandes tribunas centrais (figura 11 - retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora do Ó, na Carvoeira; elementos clássicos nos exemplares que adoptam o Neoclassicismo; persiste a utilização do *branco de leite* com algum emprego de ouro e também algum uso de pintura a fingir pedraria (figura 1 - retábulo mor da Igreja de São Miguel, em Alcainça).

II.7. Tipologias Formais e Exemplares Ímpares

O estudo dos elementos compositivos [embasamento, corpo (s), ático (s) e por vezes *arco*], deste conjunto de quarenta e cinco retábulos, permitiu chegar à conclusão de que em relação às *tipologias*, a retabulística do concelho de Mafra recorre às seguintes soluções:

- Tipologia de corpo único e um só tramo: vinte e sete – tendo como exemplo o retábulo mor da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, em Mafra;

¹¹⁹ *Idem, Ibidem*, p.110.

- Tipologia de corpo único e três tramos: dezassete casos – servindo como exemplar, o retábulo principal da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Ó, na Carvoeira;
- Retábulos com *arco*: um – Capela de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja Paroquial de São Pedro, com corpo único; esta tipologia foi pouco usada e tem como principal característica “o facto do retábulo propriamente dito se prolongar pelo intradorso e pelo frontispício da capela onde está inscrito”¹²⁰

Verificou-se assim, nas regiões estudadas, a predominância durante este contexto artístico de exemplares de corpo único e um só tramo, especialmente ao longo do *Barroco Final* (onze exemplares, todos eles na Basílica de Nossa Senhora e de Santo António) e, também, do *Tardobarroco* (nove exemplares), em detrimento dos exemplares de corpo único e três tramos, onde a maior expressão deste tipo de retábulos foi obtido durante o período do *Tardobarroco* (doze exemplares).

II.8. Conservação

Na presente investigação sobre o conjunto retabulístico do concelho de Mafra, constatou-se que a maioria dos exemplares encontra-se em razoável estado de conservação.

II.9. Filiação Artística

Dos quarenta e cinco retábulos estudados é possível reconhecer o seu enquadramento no contexto periódico abrangendo os séculos XVII e o XVIII. Neles estão inseridas as conjunturas artísticas, anteriormente, mencionadas: *Protobarroco*, *Barroco Pleno*, *Barroco Final* e o *Tardobarroco*.

Não é demais dizer que a cidade de Lisboa, era portadora de uma situação geográfica excepcional, permitindo por si só, ser um ponto fulcral para o desenvolvimento socioeconómico, cultural e artístico, do cômputo geral da sociedade portuguesa. Nela residia quer o rei, quer os mais altos membros da família real, a maioria dos nobres, bem como, quase todas as Ordens religiosas. Era daqui que partia, para as restantes regiões, a larga maioria das influências artísticas da época. No entanto, este predomínio

¹²⁰ *Idem, Retábulos das Misericórdias Portuguesas*, Promontoria Monográfica, História da Arte 4, Universidade do Algarve, Faro, 2009, p.24.

chegaria em diferentes períodos às diversas zonas do país, isto devido não só ao desejo pessoal de cada encomendador, como também, à influência profissional de cada *mestre* que fosse executar o trabalho.

Esta hegemonia chegaria, também, ao concelho de Mafra que dista de Lisboa, relativamente, pouca distância.

É o caso dos retábulos de São José e de Nossa Senhora do Livramento, que se encontram nos oratórios Real Norte e Sul, da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, em Mafra. Estes retábulos têm como provável responsável pelo *risco* João Frederico Ludovice e datam da 2ª metade do século XVIII. Neles reconhecem-se características morfológicas idênticas ao retábulo mor da capela da Quinta da Alfarrobeira (c.1722), em Lisboa (ver figura 37). Esta propriedade, que se tornou pertença do arquitecto Ludovice, no ano 1720, tinha uma capela privada dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Esta capela foi reformada, segundo um novo *risco* do arquitecto, antes de serem iniciadas as restantes obras do palácio.¹²¹

Mais uma vez é perceptível a difusão de um determinado gosto artístico por um período alargado que chega, inclusive, a transpor a fase estabelecida de uma conjuntura artística para a outra, ou seja, do *Barroco Final* para o *Tardobarroco*.

Se o concelho de Mafra “importava”, por assim dizer, diversos gostos artísticos, nele também subsistem exemplares em que esse gosto foi “exportado”.

A comprovar essa propagação de conhecimentos artísticos, está o retábulo mor do antigo Convento de Jesus/actual Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Mercês (c. década de 70 do século XVIII) (ver figura 36), em Lisboa, que tem como base os mesmos perfis morfológicos que o retábulo mor da Igreja de S. Pedro, da Ericeira. Este último retábulo, por contrato de 21 de Outubro de 1745¹²², apresenta como provável responsável pelo *risco*, Matias José de Faria, mestre entalhador com oficina aberta em Lisboa. Podemos assim alvitrar que passados cerca de vinte e cinco anos, o *risco* deste retábulo serviu, ainda, como modelo para a construção de um novo exemplar na cidade de Lisboa, provando desta maneira a subsistência de um gosto artístico vigente e o reconhecimento do trabalho especializado de um mestre entalhador.

Para além deste caso, o concelho de Mafra, tem na sua própria freguesia um outro exemplar que vai ser difundido, o das capelas colaterais e laterais da Basílica de Nossa

¹²¹ Teresa Vale e Carlos Gomes (1993), Paula Figueiredo e Teresa Câmara (2007), *Quinta da Alfarrobeira*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

¹²² ANTT: Memórias Paroquiais, 1758, v. 13, maço 28, p. 229 – 230; Clara Moura Soares, Paula Figueiredo, *A Igreja de São Pedro da Ericeira – Memória histórica e artística*, Mar de Letras, 2002, p.53.

Senhora e de Santo António, de Mafra. De *encomenda* régia e, com possível, *risco* de João Frederico Ludovice, estes retábulos que datam de pouco antes de 1730 (ano de consagração da Basílica), vão servir como arquétipo para os retábulos colaterais do Santuário do Senhor Jesus da Pedra, em Óbidos, datados de c.1746 (ver figura 34), e para os retábulos laterais da Sé de Braga, em Braga, com data de c.1779/1781 (ver figura 35). É de notar que apesar dos retábulos colaterais de Óbidos aparecerem nos fins do *Barroco Final*, princípios do *Tardobarroco*, e os retábulos laterais da Sé de Braga, aproximadamente, trinta e cinco anos depois, identifica-se em ambos o uso do mesmo tipo de *risco*, baseado nas mesmas características específicas. É exequível dizer que estes retábulos seguiram uma das duas preferências artísticas da altura – a da linguagem de proveniência italiana - onde predominava o uso da pedraria ou da sua imitação, a qual tem a sua origem ainda durante o reinado de D. João V, e se prolonga pela regência de D. José I. Também nestes exemplos se reconhece a existência, de um continuado gosto retabulístico, que chega a permanecer pelo período de duas conjunturas - a do *Barroco Final* e o *Tardobarroco*.

Torna-se assim possível atestar que, de uma forma ou de outra, o modelo retabulístico usado na Basílica de Mafra, serviu, sem dúvida alguma, como referência histórica para o panorama artístico português.

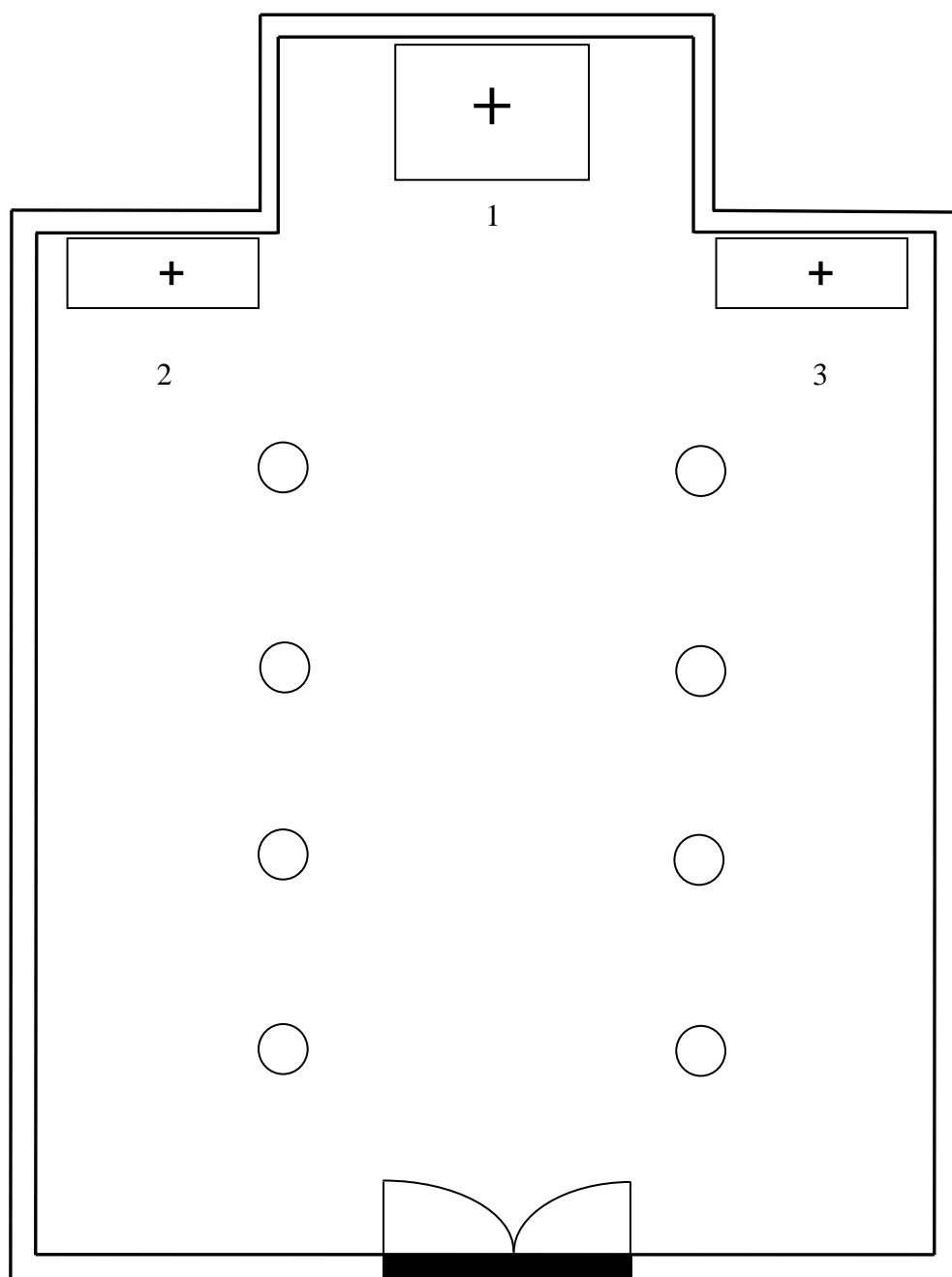
Capítulo III
Catálogo dos retábulos recenseados



III. 1. Protobarroco



Sobral da Abelheira. Igreja da Nossa Senhora da Oliveira



Legenda:

1. Retábulo mor

2 e 3. Retábulos colaterais



Sobral da Abelheira. Igreja da Nossa Senhora da Oliveira

Retábulo principal

Protobarroco

Exemplar eucarístico que preenche a totalidade da capela-mor. Adota a tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Comissão Fabriqueira.

De madeira entalhada e dourada, exhibe planta plana, compondo-se de embasamento com duplo registo, corpo único, três tramos e ático.

Apresenta dois pares de pedestais sobre os quais assentam as colunas coríntias, ornamentadas no terço inferior e fuste com caneluras helicoidais, intercolúnios com nichos ostentando imagens de vulto perfeito recentes. Centro com camarim, ostentando trono piramidal, no topo imagem do orago de Nossa Senhora da Oliveira. Mesa de altar com sacrário monumental posterior. Entablamento que se restringe aos tramos laterais.

O ático inscreve-se entre dois arcos plenos e concêntricos cortados transversalmente por quatro aduelas e uma cartela central.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada e policromada, achando-se em razoável estado de conservação.

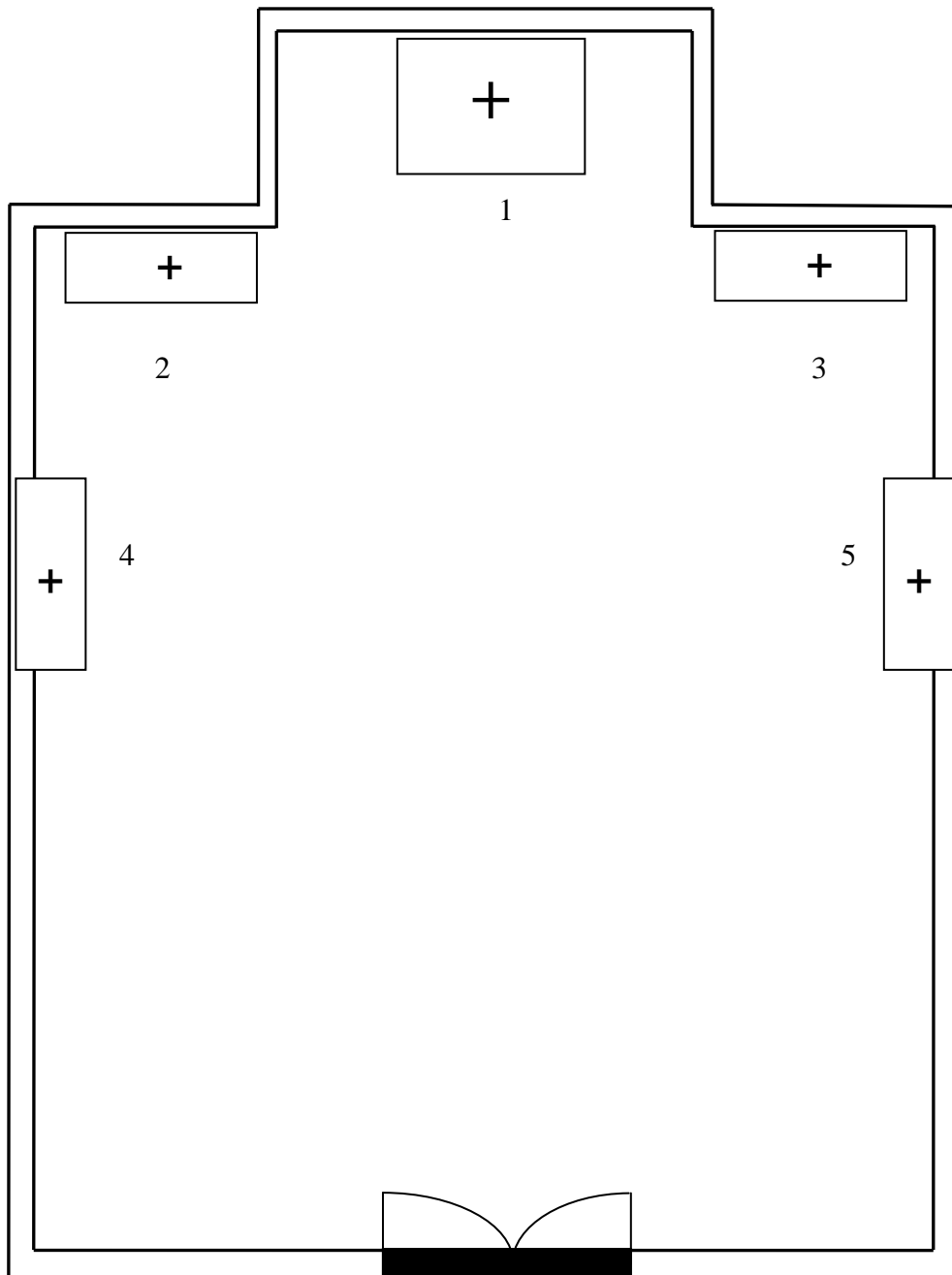
Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.82.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999), MARQUES, Lina (2001) – *Igreja Nossa Senhora da Oliveira*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 35, maço 189, p.1401-1406.

Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos colaterais
- 4 e 5. Retábulos laterais



Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel

Retábulo principal

Protobarroco

Exemplar eucarístico que preenche a totalidade da capela-mor. Adopta a tipologia de corpo único e um só tramo. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Comissão Fabriqueira.

De madeira entalhada e dourada, apresenta planta em perspectiva côncava, compondo-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático.

Banco com dois pares de mísulas. Tramo central com camarim preenchido com um trono piramidal envolvido no último degrau por uma glória de anjos e serafins. Ao centro do corpo no primeiro registo destaca-se um sacrário monumental. O corpo é delimitado por um par de pilastras e dois pares de colunas. Entablamento restringe-se aos elementos arquitectónicos. O ático é composto por arquivoltas plenas, cortados transversalmente por cinco aduelas.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada e dourada, achando-se em razoável estado de conservação.

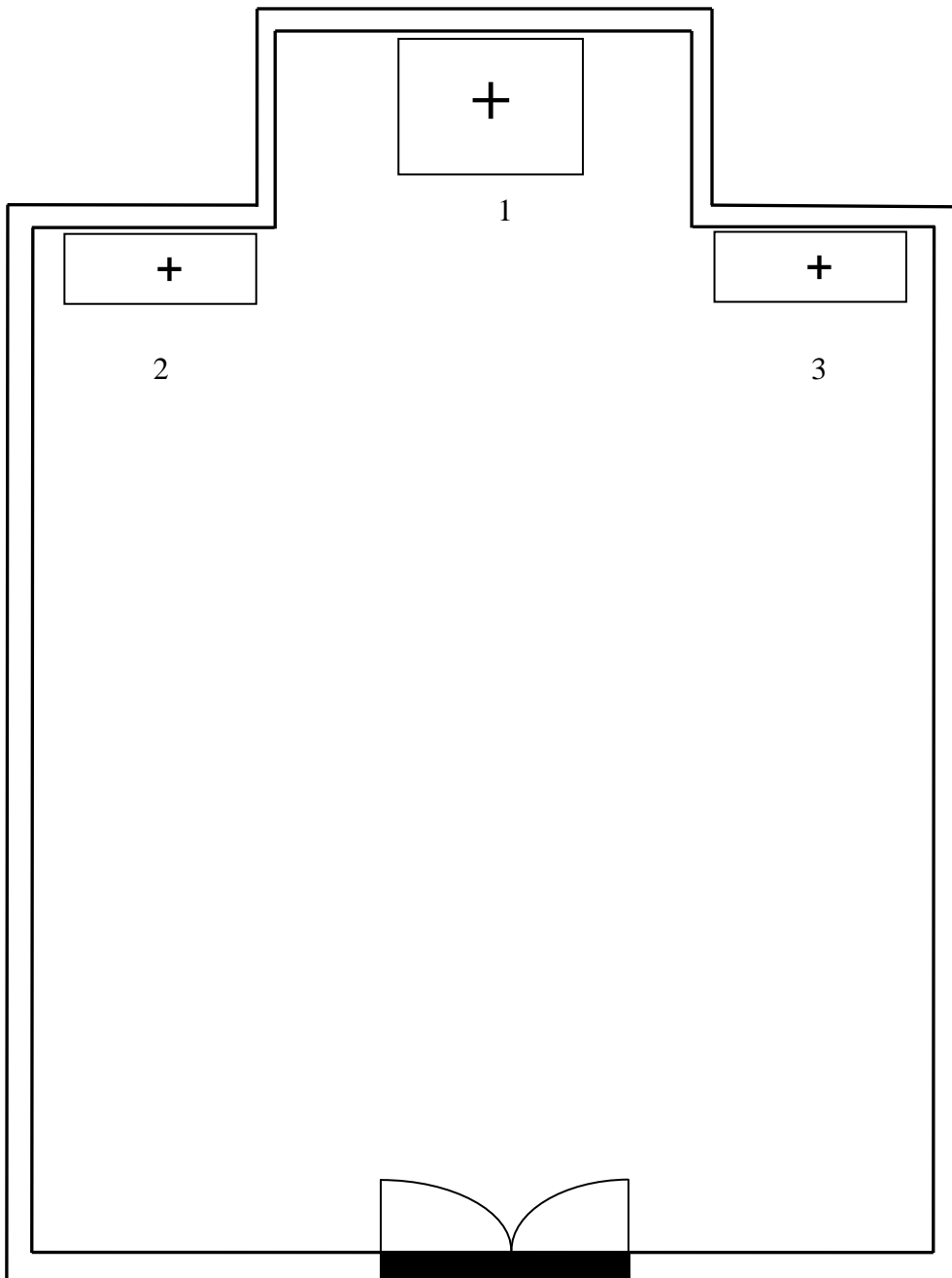
Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.78-79.

III. 2. Barroco Pleno



Santo Isidoro. Igreja Paroquial de Santo Isidoro



Legenda:

1. Retábulo mor

2 e 3. Retábulos colaterais



Santo Isidoro. Igreja Paroquial de Santo Isidoro

Retábulo principal

Finais do século XVII, princípios do XVIII - Barroco Pleno

Exemplar eucarístico que preenche a totalidade da capela-mor. Adota uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Comissão Fabriqueira.

Como especificidade refere-se a existência de dois nichos, um de cada lado, nas ilhargas do sacrário.

De madeira entalhada e dourada, apresenta planta plana, compondo-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. No banco há um par de mísulas que suportam respectivamente dois pares de colunas torsas com sete espiras com fuste revestido por parras, cachos de uvas e fénix. Ao centro há dois registos. No primeiro sobressai um sacrário monumental, tendo nas ilhargas dois nichos com imagens de vulto perfeito recente. No segundo registo destaca-se um camarim onde está a figura de Cristo crucificado e o anagrama INRI (Jesus Nazareno Rei dos Judeus). O entablamento restringe-se aos elementos arquitectónicos, sendo o ático composto por arquivolta e dois arcos plenos salomónicos, cortados transversalmente por quatro aduelas e uma cartela central.

Encontra-se envolvido nas ilhargas por portas emolduradas, achando-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.79-80.

NOÉ, Paula (1990), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), OLIVEIRA (2004) – *Igreja paroquial de Santo Isidoro/Igreja de santo Isidoro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 18, maço 54, p.349-358.



Santo Isidoro. Igreja Paroquial de Santo Isidoro

Retábulos colaterais

2ª Metade do século XVII - Barroco Pleno

Os retábulos encontram-se junto ao arco triunfal, o do lado da Evangelho é do Divino Espírito Santo e da Epístola da Virgem Nossa Senhora do Rosário. São devocionais a um tema inserindo-se na tipologia de corpo único e um tramo. A atribuição do *risco* é desconhecida, bem como a da encomenda.

De madeira entalhada, dourada e policromada, apresentam planta plana, compõem-se de embasamento, corpo único e um só tramo, faltando o ático. Existem duas colunas torsas com sete espiras, totalmente ornamentadas com cachos de uvas, parras e fénix, ao centro há uma tela pintada, remodelada posteriormente através da colocação de uma mísula a suportar uma imagem de vulto perfeito. Entablamento contínuo decorado.

Encontram-se em razoável estado de conservação.

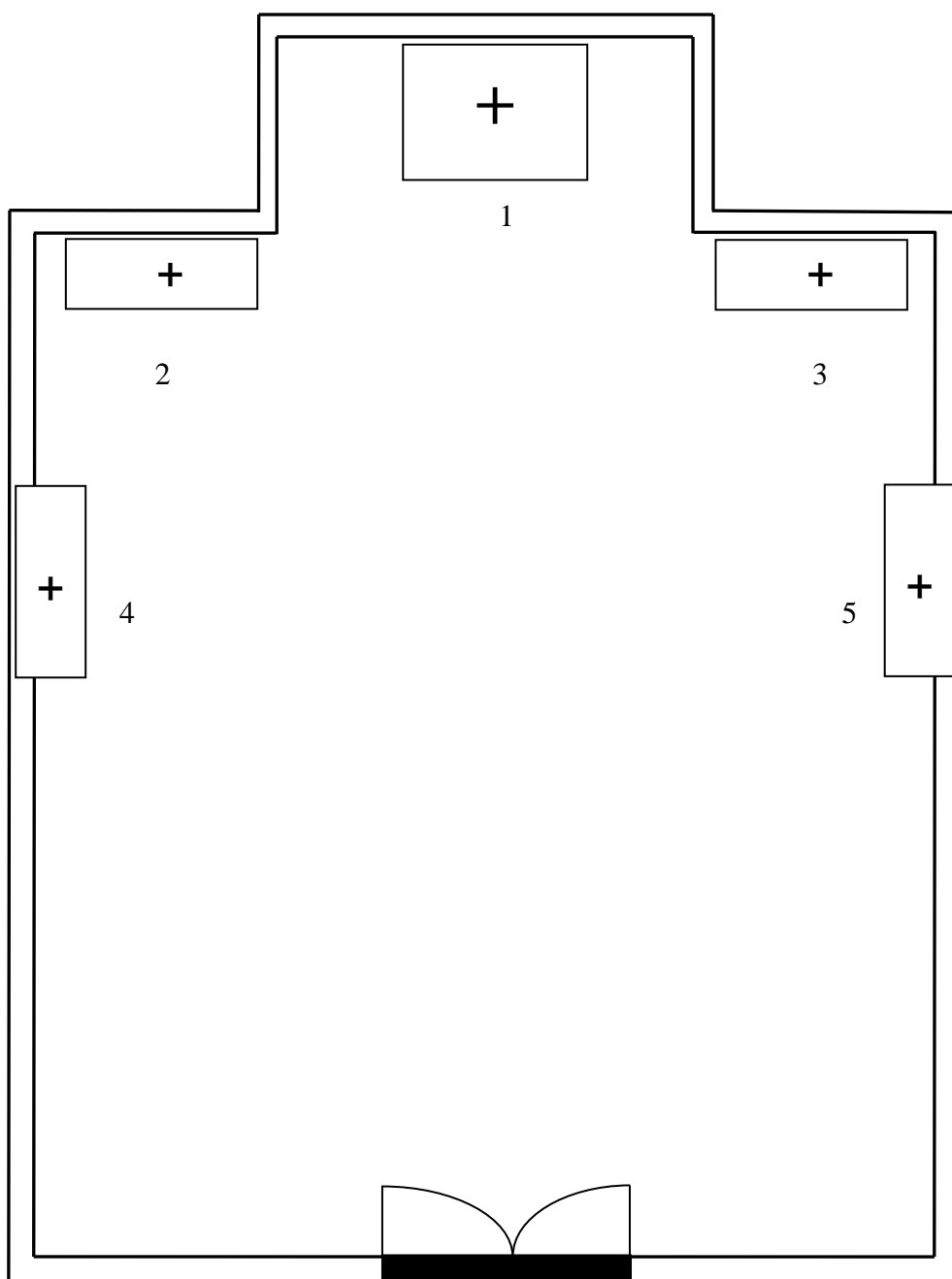
Bibliografia específica:

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 18, maço 54, p.349-358.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.79-80.

NOÉ, Paula (1990), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), OLIVEIRA, Lina (2004) – *Igreja paroquial de Santo Isidoro/Igreja de santo Isidoro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos colaterais
- 4 e 5. Retábulos laterais



Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel

Retábulo lateral

Finais do século XVII, princípios do XVIII - Barroco Pleno

O retábulo localiza-se na nave no lado da Epístola, é devocional a um tema inserindo-se na tipologia de corpo único e um só tramo. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição.

O retábulo apresenta perspectiva côncava, compõe-se de embasamento, corpo único e um só tramo. Zona do embasamento formada por uma mesa de altar com azulejos de padrão, com pequena banqueteta.

O banco é composto por um par de pedestais e dois pares de mísulas que suportam, respectivamente, um par de pilastras e um par de colunas torsas com seis espiras totalmente revestidas por cachos de uvas e parras, ao centro nicho de moldura recortado onde se expõe a imagem de Nossa Senhora da Conceição. O entablamento limita-se aos elementos arquitectónicos. No ático há uma arquivolta plena e dois arcos salomónicos, cortados transversalmente por cinco aduelas.

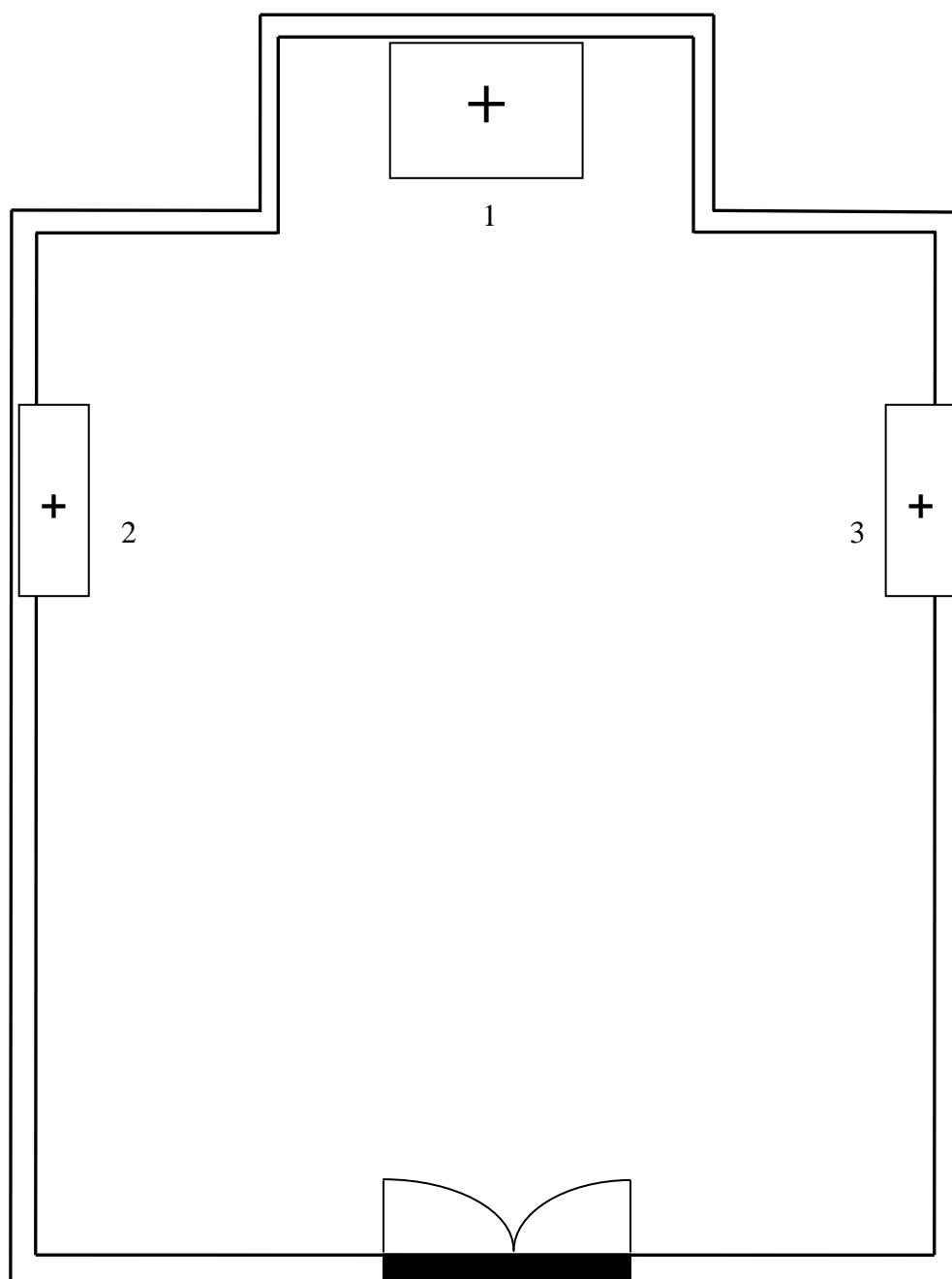
Os materiais aplicados são a madeira entalhada e dourada, achando-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.78.

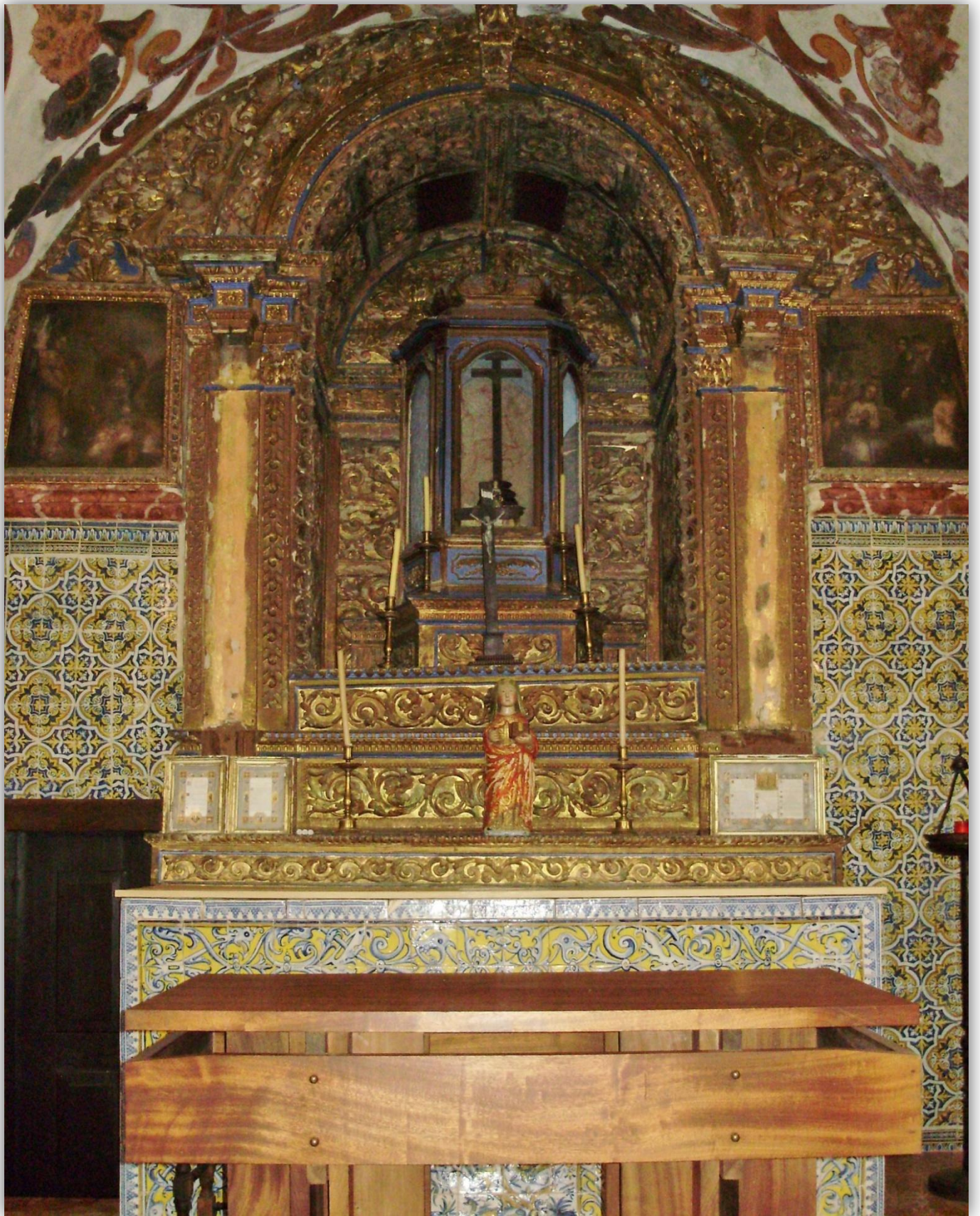
NOÉ, Paula (1991), GOMES, Teresa Vale e Carlos (1995) – *Igreja Paroquial de Milharado / Igreja de São Miguel e cruzeiro do Adro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Azueira. Ermida de Santa Cristina e Cruzeiro



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos laterais



Azueira. Ermida de Santa Cristina e Cruzeiro

Retábulo principal

Finais do século XVII, princípios do XVIII - Barroco Pleno

Exemplar devocional a um tema que preenche parte da parede testeira. Adota uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo. A atribuição do *risco* é desconhecida, bem como, a da encomenda.

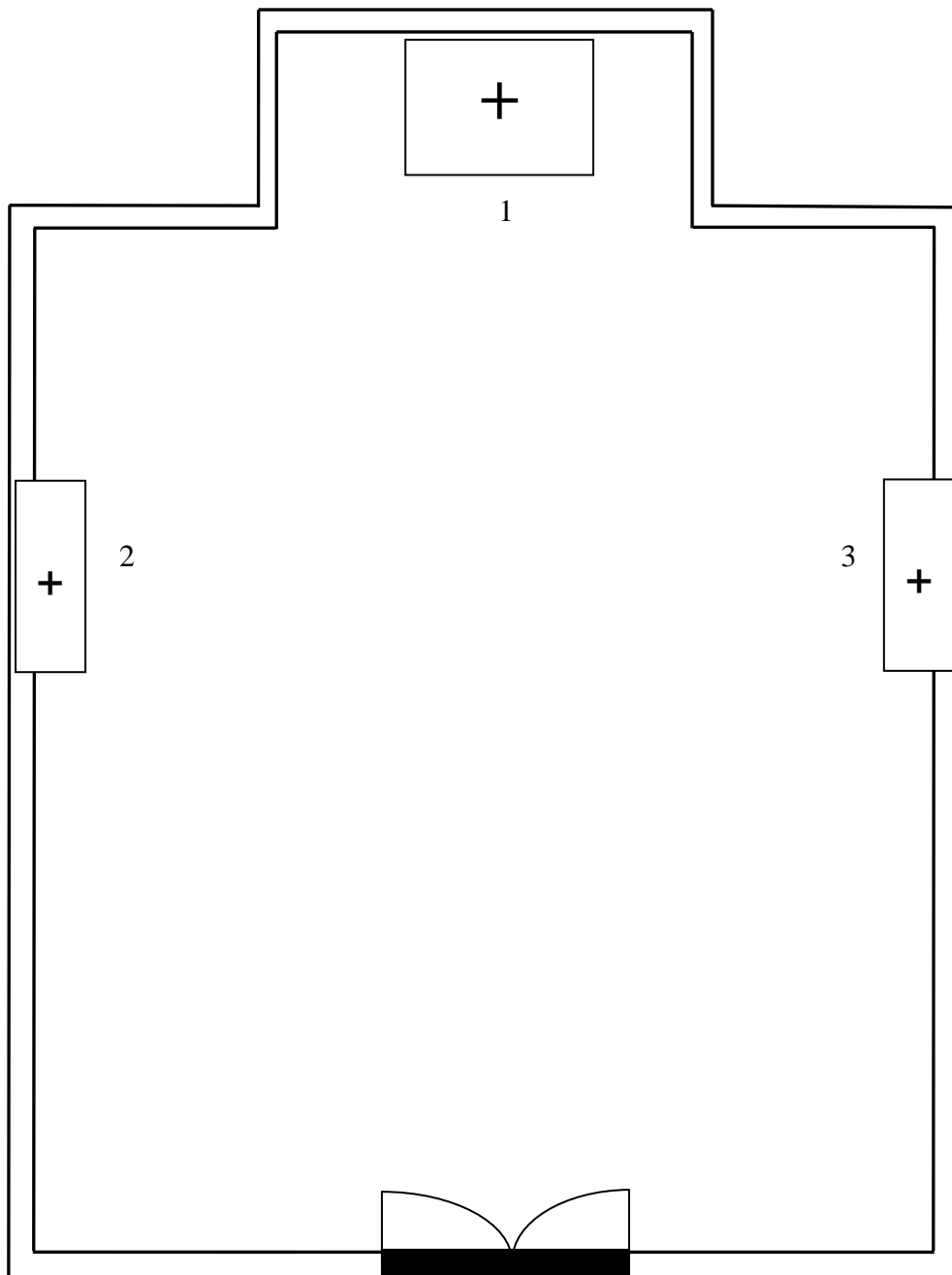
De madeira entalhada e dourada, apresenta planta plana, compondo-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. No banco há um par de mísulas que suportam respectivamente um par de colunas torsas que enquadram um camarim, ostentando trono piramidal, para ostentação no topo de imagem do orago, nas ilhargas encontram-se duas pinturas que têm por tema a vida de Santa Cristina. O entablamento restringe-se aos elementos arquitectónicos, sendo o ático composto por arquivolta plena com decoração vegetalista e arco de volta perfeita cortado por uma aduela.

Encontra-se em delicado estado de conservação, verificando-se a ausência das mísulas e das colunas torsas.

Bibliografia específica:

NOÉ, Paula (1991), GOMES, Teresa Vale e Carlos (1995) – *Capela de Santa Cristina e Cruzeiro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Carvoeira. Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Ó



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos laterais



Carvoeira. Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Ó

Retábulos Colaterais

Século XVIII – Barroco Pleno – restaurada em 2009

Localizam-se na nave no lado da Evangelho e da Epístola, sendo devocionais a um tema. Inserem-se na tipologia de corpo único e um tramo. A atribuição do *risco* é desconhecida, bem como a da encomenda.

De planta plana, compõem-se de embasamento, corpo único, um único tramo e ático. Existem duas colunas de fuste torso ornamentadas por uma grinalda com cachos de uvas e parras, ao centro pintura a óleo sobre tela e mísula para ostentação da imagem do orago. Entablamento contínuo decorado. O ático é composto por enrolamentos vegetalistas que envolvem uma cartela central.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada e policromada, achando-se em razoável estado de conservação.

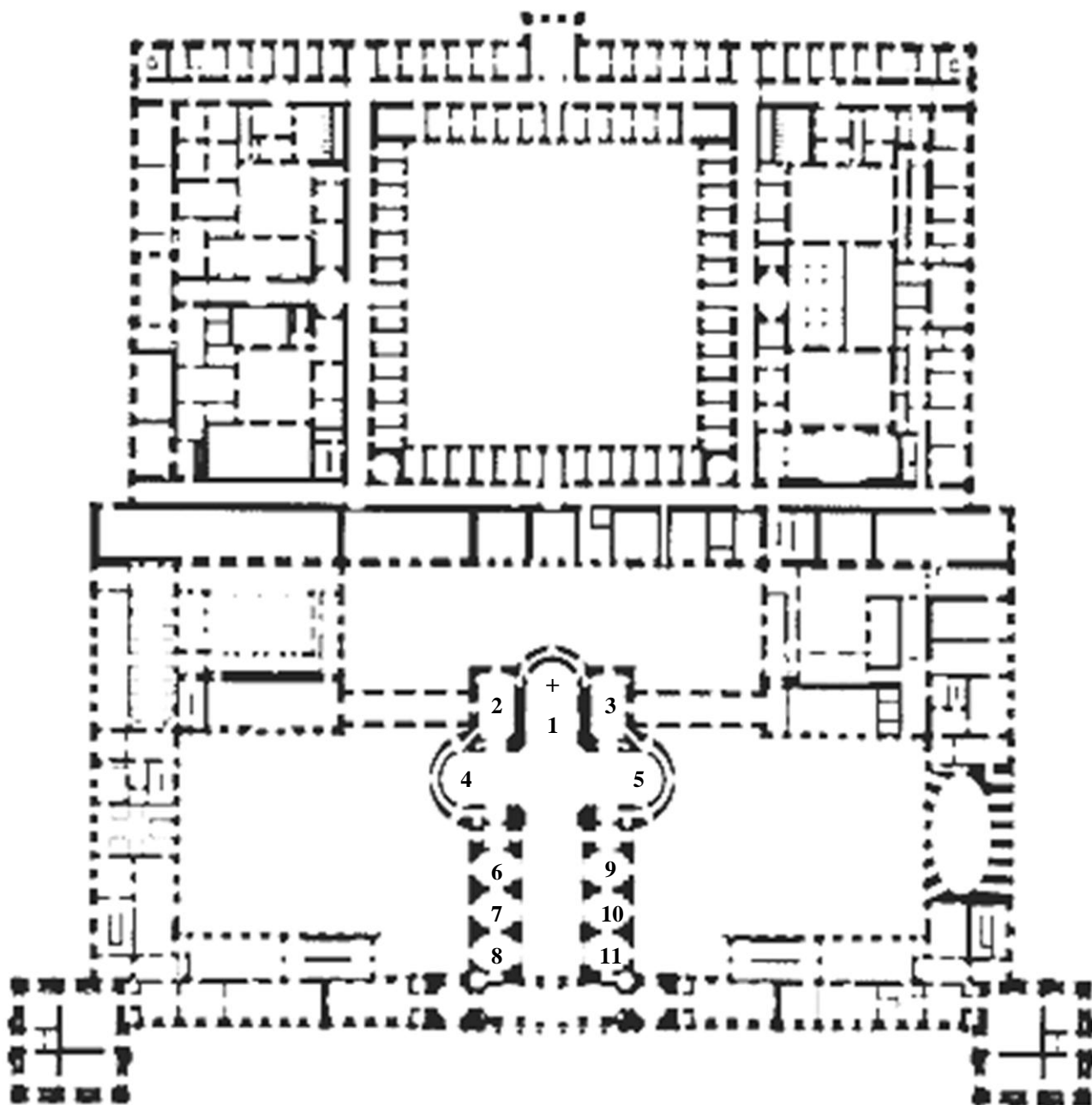
Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.64.

III. 3. Barroco Final



Mafra. Basílica de Nossa Senhora e de Santo António



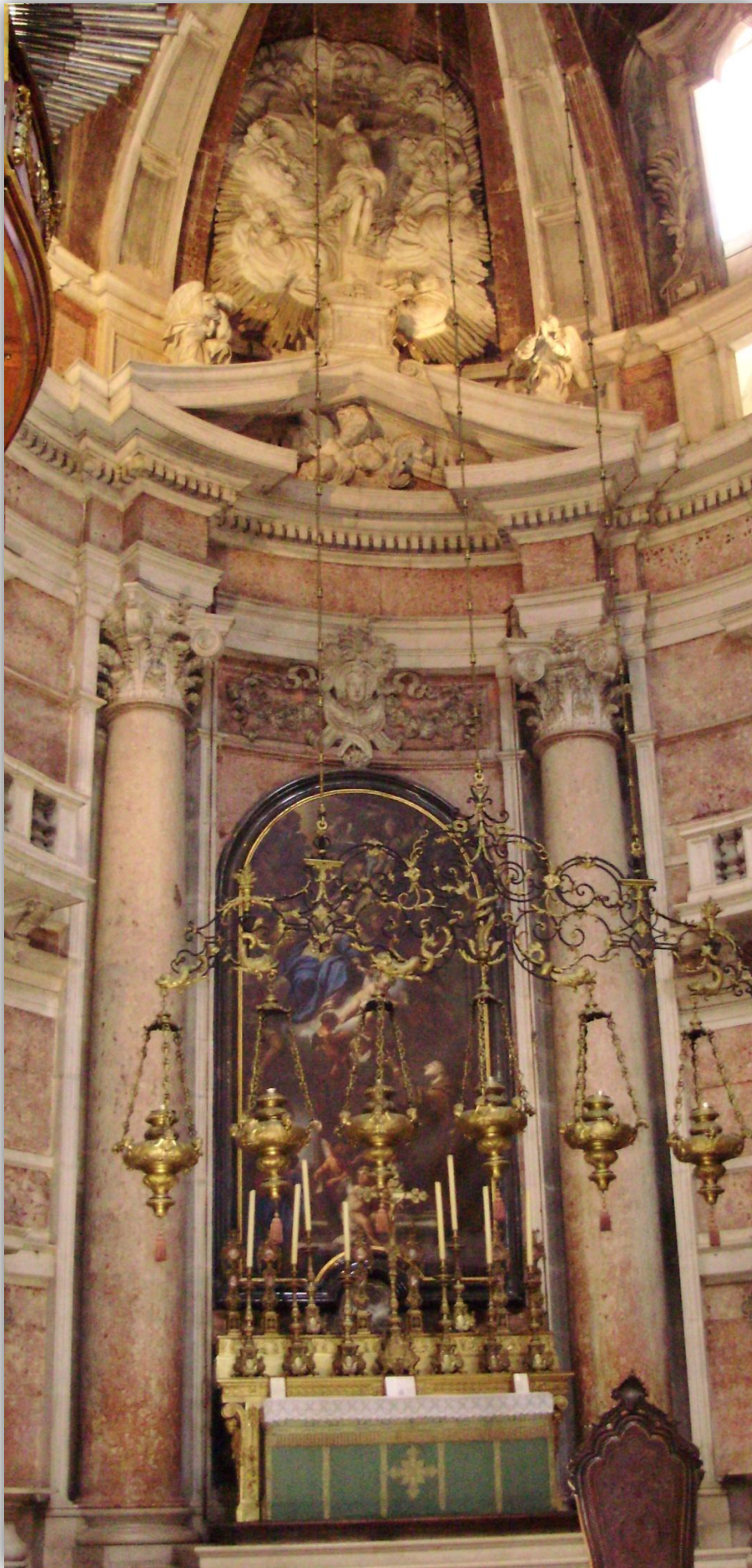
Legenda:

1.Retábulo mor

4 e 5. Retábulos do cruzeiro

2 e 3.Retábulos colaterais

6, 7, 8, 9, 10 e 11. Retábulos laterais



Mafra. Basílica de Nossa Senhora e de Santo António

Retábulo mor

Antes de 1730 – Barroco Final – João Frederico Ludovice (?)

Localiza-se na capela-mor preenchendo a totalidade do topo. É um retábulo devocional a um tema, que se enquadra na tipologia de corpo único e um só tramo. Tem como possível responsável pelo *risco* João Frederico Ludovice, arquitecto régio, morador em Lisboa. O óleo sobre tela é do pintor Francesco Trevasini, tendo sido restaurado em 1826 pelo pintor italiano Viale e o conjunto escultórico sobre o frontão é atribuído a Francesco Maria Schiaffino. A encomenda é régia.

De planta em perspectiva côncava, compõe-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. Existem duas colunas de mármore rosa com fuste liso e capitel coríntio. Mesa de altar com banquetas de bronze almofadada com mísulas de madeira, na qual assentam seis castiçais. Ao centro óleo sobre tela representando a Virgem com o Menino e Santo António, com moldura de mármore preto. Entablamento contínuo com cartela, frontão triangular, tímpano com duas cabeças de anjo em alto-relevo. Ligado pelo vértice do frontão em acrotério uma cruz romana de jaspe representando Cristo Crucificado em baixo-relevo, a Glória e dois anjos aos lados em atitude de adoração. Os materiais utilizados são o mármore e óleo sobre tela. Encontra-se em bom estado de conservação.

Nas ilhargas do altar há duas portas que dão serventia para o coro e, sobre elas, duas tribunas, uma sobre a outra, com arcada de balaústres azuis entre pilares brancos e dois órgãos em madeira com ornamentação em metal dourado.

Bibliografia específica:

GAMA, Luís Filipe Marques, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, pp.32-44.

GOMES, Joaquim da Conceição, *O Monumento de Mafra – Descrição minuciosa d’este edificio*, 3ª Edição, Editado por Augusto Taveira Pinto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, pp.37-38.

GONÇALVES, Cardozo, *O Convento de Mafra – (Brevíssima noticia histórica e descritiva na excursão de 12 de Agosto de 1906)*, Annaes da Academia de Estudos Livres, XIII, Lisboa, 1906, pp.5-7.

IVO, Júlio, *A Arte em Portugal – Monumento de Mafra*, nº9, Edição Marques Abreu, Porto, 1930, pp.8-13.

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995) – *Basílica e Convento de Mafra*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.

www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual.



Mafra. Basílica de Nossa Senhora e de Santo António

Retábulos da Irmandade do Santíssimo Sacramento/Coroação de Nossa Senhora e das Almas (?); Sagrada Família

Antes de 1730 – Barroco Final – João Frederico Ludovice (?)

Localizam-se respectivamente nas capelas do transepto do lado Evangelho e do lado da Epístola. São retábulos devocionais a um só tema, que adoptam uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo.

Tem como possível responsável pelo *risco* João Frederico Ludovice, arquitecto régio, morador em Lisboa, sendo os baixos-relevos atribuídos a Alessandro Giusti, com a colaboração de Machado Castro (lado do evangelho) e Lourenço Lopes (lado da epístola), sendo mandados executar por encomenda régia.

De planta côncava, compõe-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. Existem duas colunas de mármore rosa com fuste liso e capitel coríntio. Mesa de altar com banqueta de bronze almofadada. Sobre o retábulo do lado do Evangelho assenta um sacrário monumental, assumido como micro-arquitectura, do lado da Epístola uma cruz com Cristo crucificado, bem como, seis castiçais de bronze. Entablamento contínuo com cartela ao centro, frontão triangular, tímpano com cabeça de anjo em alto-relevo. Duas tribunas de varanda em mármore branco emolduram cada um dos lados do retábulo.

Os materiais aplicados são o mármore de Carrara e óleo sobre tela, encontrando-se em bom estado de conservação.

Bibliografia específica:

GAMA, Luís Filipe Marques, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, pp. 32-44.

GOMES, Joaquim da Conceição, *O Monumento de Mafra – Descrição minuciosa d’este edificio*, 3ª Edição, Editado por Augusto Taveira Pinto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, pp.37-38.

GONÇALVES, Cardozo, Cardozo, *O Convento de Mafra – (Brevíssima noticia histórica e descritiva na excursão de 12 de Agosto de 1906)*, Annaes da Academia de Estudos Livres, XIII, Lisboa, 1906, pp.5-7.

IVO, Júlio, *A Arte em Portugal – Monumento de Mafra*, nº9, Edição Marques Abreu, Porto, 1930, pp.8-13.

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995) – “Basílica e Convento de Mafra”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.

www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual.



Mafra. Basílica de Nossa Senhora e de Santo António

Retábulos de S. Sebastião/S. Pedro de Alcântara; de N. Sr.^a do Rosário/N. Sr.^a da Conceição; de Nossa Senhora do Rosário, São Francisco e S. Domingos/ Nossa Senhora do Rosário; dos Santos Mártires da Ordem Seráfica/S. Sebastião; dos Santos Bispos/Santos Confessores Pontífices da Ordem Seráfica; dos Santos Confessores da Ordem Seráfica; do Santo Christo/Jesus Cristo Crucificado; das Santas Virgens e Viúvas da Ordem Seráfica

Pouco antes de 1730 – Barroco Final – João Frederico Ludovice (?)

Localizam-se nas capelas colaterais e em capelas laterais no corpo da Igreja. Foram mandados executar por encomenda régia pouco antes de 1730, podendo-se atribuir o *risco* a João Frederico Ludovice, arquitecto morador em Lisboa.

Exemplares devocionais a um só tema, que adoptam uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo.

De planta plana, compõem-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. São compostos por dois pedestais no embasamento e duas colunas de mármore rosa com fuste liso e capitel coríntio. Mesa de altar com banquetas em bronze na qual assenta um conjunto de castiçais. Entablamento contínuo, frontão triangular, tímpano com duas cabeças de anjo em alto-relevo.

Os materiais empregues são o mármore e óleo sobre tela, encontrando-se em bom estado de conservação.

Informação complementar:

Este modelo retabulístico deu origem aos retábulos colaterais da Igreja de São Pedro, em Óbidos (c.1746) e, posteriormente, aos retábulos laterais da Sé de Braga (c.1779/1781), referência histórica para o panorama artístico português.

Os retábulos apresentam respectivamente: quadro a óleo sobre tela representando A Virgem e S. Pedro de Alcântara, atribuído ao pintor André Gonçalves ou a Corrado Giaquinto; baixo-relevo representando **São Teotónio em adoração a Nossa Senhora da Conceição, rodeada por anjos**, conferido a Roberto Luís da Silva Campos (discípulo de Alessandro Giusti), entre 1771 e 1788; baixo-relevo em mármore de Carrara, representando a Virgem dando o rosário a S. Domingos, encontrando-se ao lado S. Francisco, da autoria de Alessandro Giusti [começo da

obra em 1756 (?), no qual também colaborou Machado de Castro; baixo-relevo em mármore de Carrara, representando os **Mártires franciscanos em adoração à Virgem, igualmente** atribuído a Alessandro Giusti [finalização da obra em 1763 (?)]; baixo-relevo em mármore de Carrara, representando **São Boaventura, São Luís, Bispo de Tolosa, e São Bernardino de Siena**, conferido a Alessandro Giusti, tendo como desbastadores Pedro António Luquez e Francisco Alves Canada com data de 1755; baixo-relevo em mármore de Carrara, representando **São Luís de França, São Ivo, São Bernardino de Siena perante a Virgem e o Menino**, de Alessandro Giusti [1765 (?)]; baixo-relevo em mármore de Carrara, representando **Cristo crucificado, as Três Marias e São João Evangelista**, de Alessandro Giusti no ano de 1757 e por fim baixo-relevo em mármore de Carrara, representando **Santa Isabel de Hungria, Santa Isabel de Portugal, Santa Clara, Santa Margarida de Cortona, Santa Maria Egipciaca, Santa Rosa de Viterbo, etc., em adoração à Virgem e ao Menino**, atribuído a Alessandro Giusti, datado entre 1771/1791.

Bibliografia específica:

GAMA, Luís Filipe Marques, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, pp. 32-44.

GOMES, Joaquim da Conceição, *O Monumento de Mafra – Descrição minuciosa d’este edifício*, 3ª Edição, Editado por Augusto Taveira Pinto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, pp.37-38.

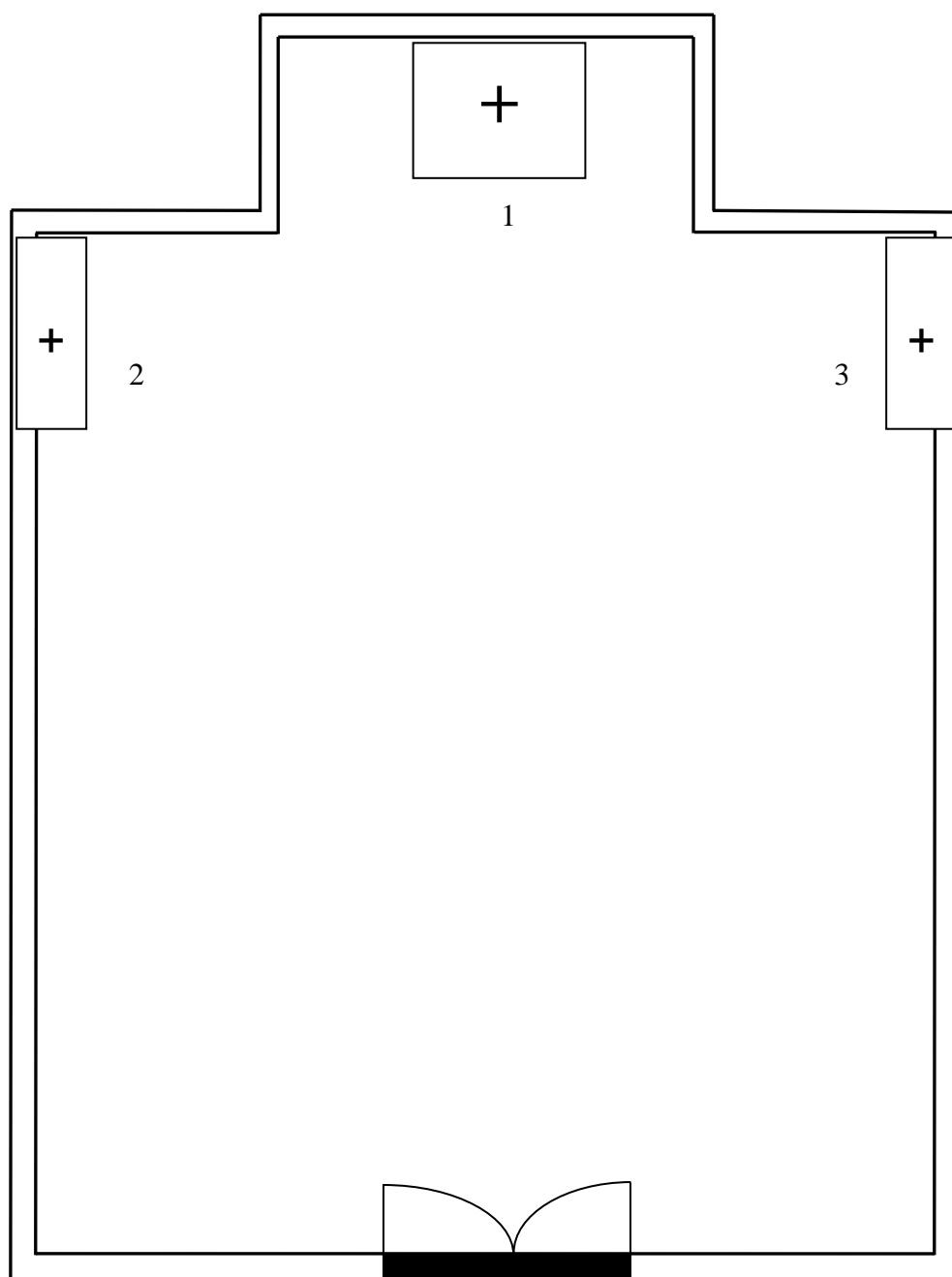
GONÇALVES, Cardozo, *O Convento de Mafra – (Brevíssima notícia histórica e descritiva na excursão de 12 de Agosto de 1906)*, Annaes da Academia de Estudos Livres, XIII, Lisboa, 1906, pp.5-7.

IVO, Júlio, *A Arte em Portugal – Monumento de Mafra*, nº9, Edição Marques Abreu, Porto, 1930, pp.8-13.

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995) – “Basílica e Convento de Mafra”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.

www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual

Encarnação. Igreja da Nossa Senhora da Encarnação



Legenda:

1. Retábulo principal

2 e 3. Retábulos laterais



Encarnação. Igreja da Nossa Senhora da Encarnação

Retábulo principal

2ª Quartel do século XVIII – Barroco Final

Exemplar eucarístico que preenche a totalidade da capela-mor. Adota uma tipologia muito frequente: a de corpo único e três tramos. Desconhece-se a identidade do mestre responsável pelo *risco* e pelo entalhe. A encomenda encontra-se atribuída à Comissão Fabriqueira.

De planta mista, com forte angulosidade dos elementos arquitectónicos, compõe-se de embasamento com duplo registo, corpo único, três tramos e ático. No banco há um par de pedestais e dois pares de mísulas sobre as quais assentam respectivamente um par de pilastras e dois pares de colunas torsas com o terço inferior diferenciado, percorrendo a garganta do fuste uma grinalda de flores. Ao centro, assente na mesa de altar, sacrário ladeado por duas figuras de anjos. Grande tribuna preenchida com trono piramidal rematado por maquineta. Nos intercolúnios surgem mísulas rematadas por dosséis onde figuram duas imagens de vulto perfeito, do lado do Evangelho Santo António, do lado da Epístola São José. Entablamento que se restringe aos tramos laterais, sendo o ático composto por dois segmentos de frontões curvos completados por representações de anjos em alto-relevo e no centro figuração de cena da *Anunciação*, rodeada por anjinhos.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, mármore (embasamento), encontrando-se em razoável estado de conservação.

Nas ilhargas do retábulo, nas paredes laterais da capela-mor, lambril de azulejos figurando a *Adoração dos Pastores* e a *Adoração dos Reis Magos*, seis telas e janelas com sanefas em madeira talhada e dourada com data posterior, com obra de avaliação pelos mestres entalhadores Manuel Jesus de Abreu, por parte do senhor Rodrigo António de Figueiredo, e Santos Pacheco por parte do mestre entalhador António de Freitas, no ano de 1753.

Bibliografia específica:

APIE, *Algumas notas sobre a Igreja da Encarnação (...) extraídas do Tombo do Morgado da Lobagueira dos Lobatos (...)*, Livro 1, fólio 24v a 25v.

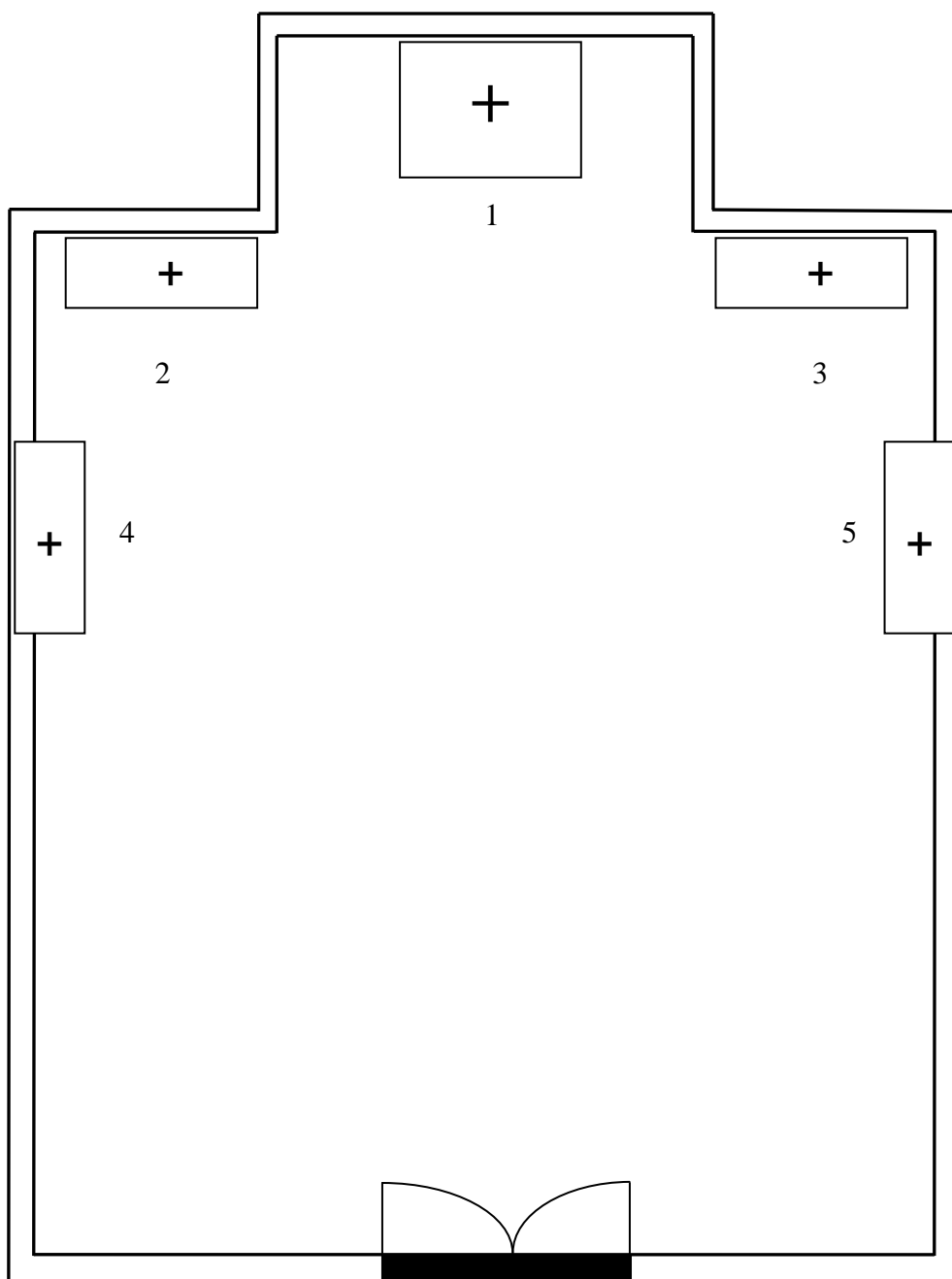
Carvalho, Ayres de, “Novas Revelações para a História do Barroco em Portugal”, sep. Belas – Artes, nº20, Lisboa, 1964.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.67-68.

NOÉ, Paula (1991/1995) – *Igreja de Nossa Senhora da Encarnação (antiga Lobagueira dos Lobatos) e recheio*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 15, maço 18, p.91-94.

Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos colaterais
- 4 e 5. Retábulos laterais



Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel

Retábulo lateral

2º Quartel do século XVIII - Barroco Final

O retábulo localiza-se na nave no lado do Evangelho. É devocional a um só tema inserindo-se na tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Irmandade das Almas.

O retábulo apresenta planta côncava, compõe-se de embasamento, corpo único e três tramos. O banco é composto por dois pares de mísulas que suportam dois pares de colunas torsas com garganta percorrida por uma grinalda de flores. Ao centro um nicho emoldurado com imagem de Nossa Senhora, remodelado posteriormente, nos intercolúnios surgem imagens de vulto perfeito assentes em mísulas. O ático estrutura-se entre o entablamento contínuo e uma arquivolta plena com decoração vegetalista.

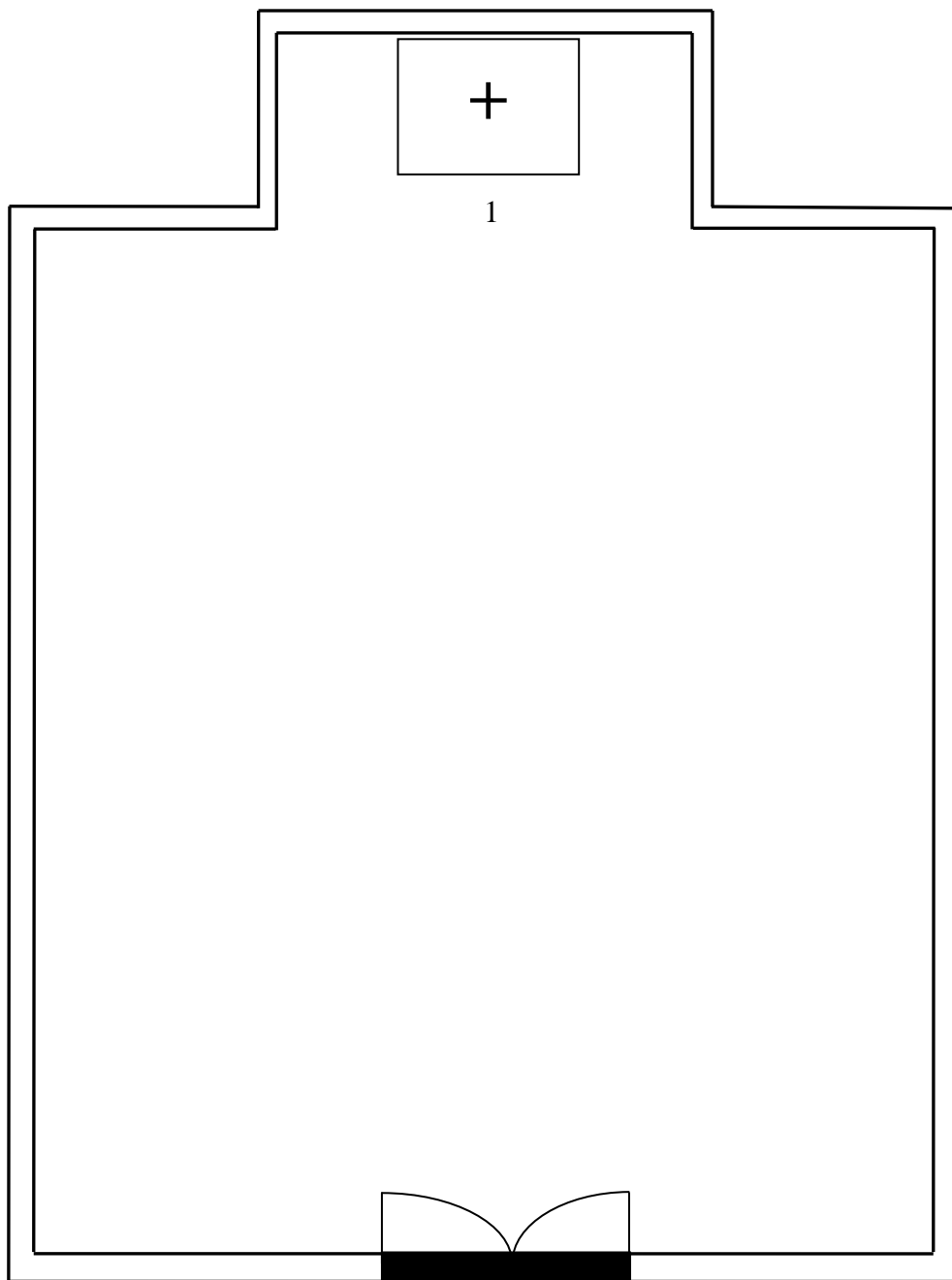
Os materiais aplicados são a madeira entalhada e dourada, achando-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.78.

NOÉ, Paula (1991), GOMES, Teresa Vale e Carlos (1995) – *Igreja Paroquial de Milharado / Igreja de São Miguel e cruzeiro do Adro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Encarnação. Ermida de São Lourenço



Legenda:

1. Retábulo principal



Encarnação. Ermida de São Lourenço

Retábulo principal

Meados do século XVIII – Barroco Final

Preenche parte da parede testeira da capela-mor. É devocional a três temas, inserindo-se na tipologia de por corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Confraria de São Lourenço.

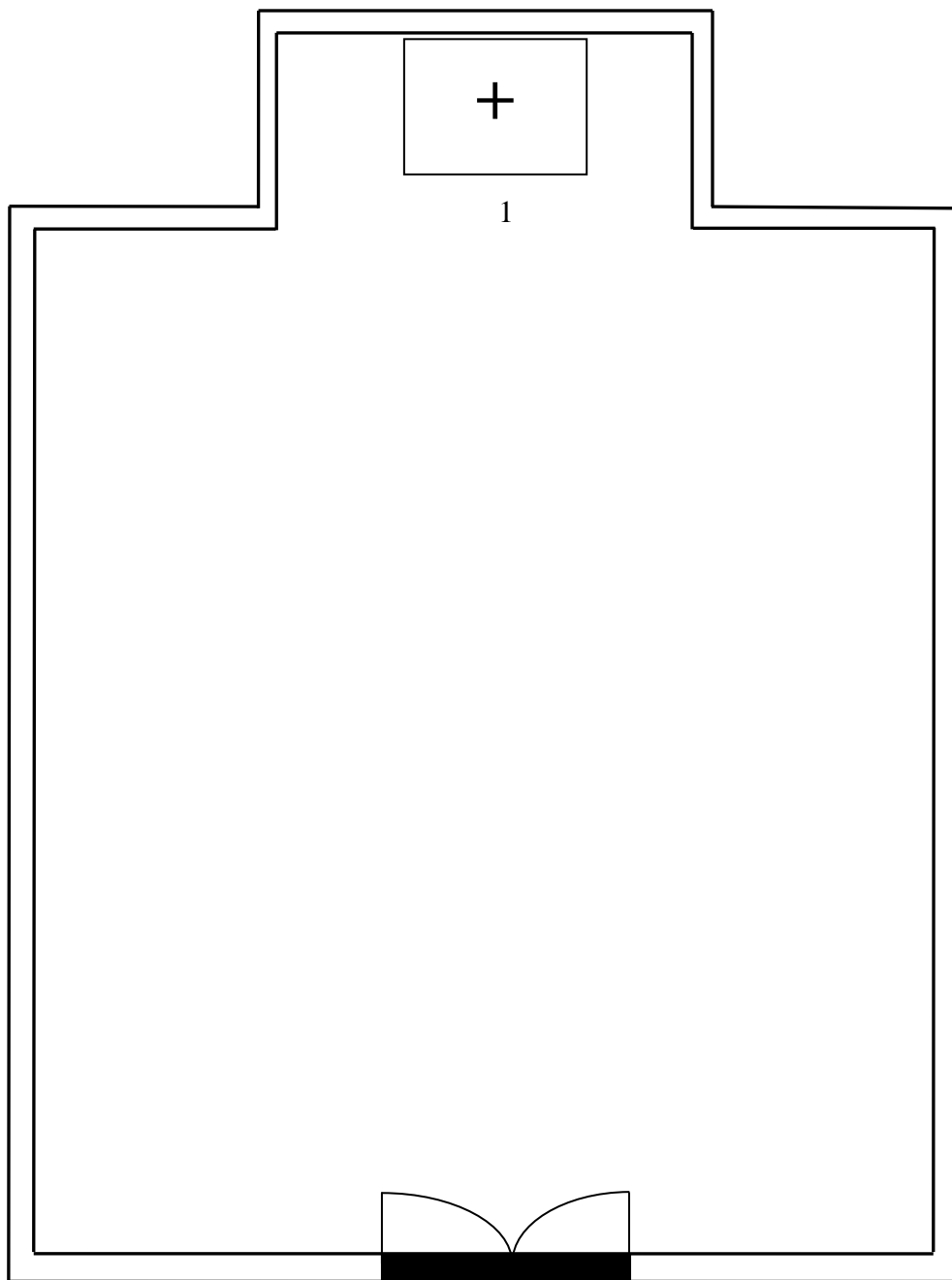
De planta em perspectiva convexa, compõe-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. O corpo é definido por dois pares de colunas de fuste torso ornamentadas por uma grinalda de flores na garganta, com terço inferior diferenciado, tendo nas ilhargas duas mísulas com figuras de vulto perfeito. Entablamento contínuo e ático limitando-se ao corpo central, com arquivolta plena e ao centro um resplendor com pomba.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, policromada e pintada a imitar pedraria, encontrando-se em delicado estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.68.

Enxara do Bispo. Ermida de Nossa Senhora do Socorro



Legenda:

1. Retábulo principal



Enxara do Bispo. Ermida de Nossa Senhora do Socorro

Retábulo principal

2ª Quartel do século XVIII – Barroco Final

Preenche parte da parede testeira da capela-mor. É devocional a três temas, inserindo-se na tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Confraria de Nossa Senhora do Socorro.

De planta em perspectiva convexa, compõe-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. O corpo é definido por dois pares de colunas torsas com sete espiras, ao centro há um nicho com imagem de vulto perfeito do orago, os nichos das ilhargas são rematados por dosséis com cortinados, destinados à exposição de figuras escultóricas. Entablamento restringe-se aos tramos laterais, desenvolvendo-se o ático a partir da arquivolta que fecha o nicho, sobre o qual surge uma cartela central segurada por dois anjos esvoaçantes.

O *arco* em reboco pintado estucado a fingir mármore, é composto por embasamento, pilastras e uma arquivolta plena. Nas ilhargas corre um lambril de azulejos com representações dos Evangelistas, sobre os quais existem nichos para ostentação de imagens de vulto perfeito.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, reboco estucado.

Encontra-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 15, maço 18, p.91-94.

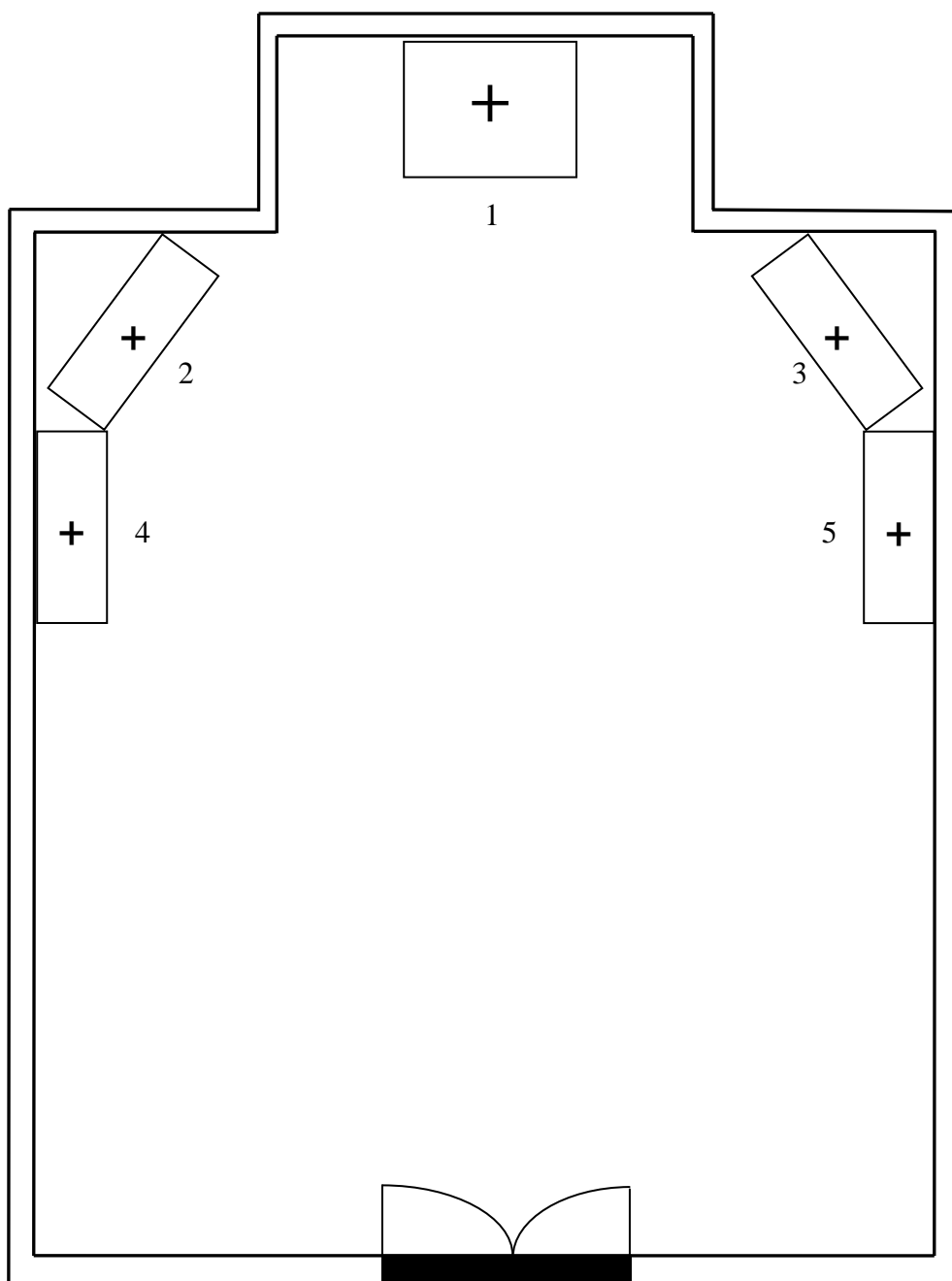
Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.70.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – *Ermida de S. Lourenço*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

III. 4. Tardobarroco

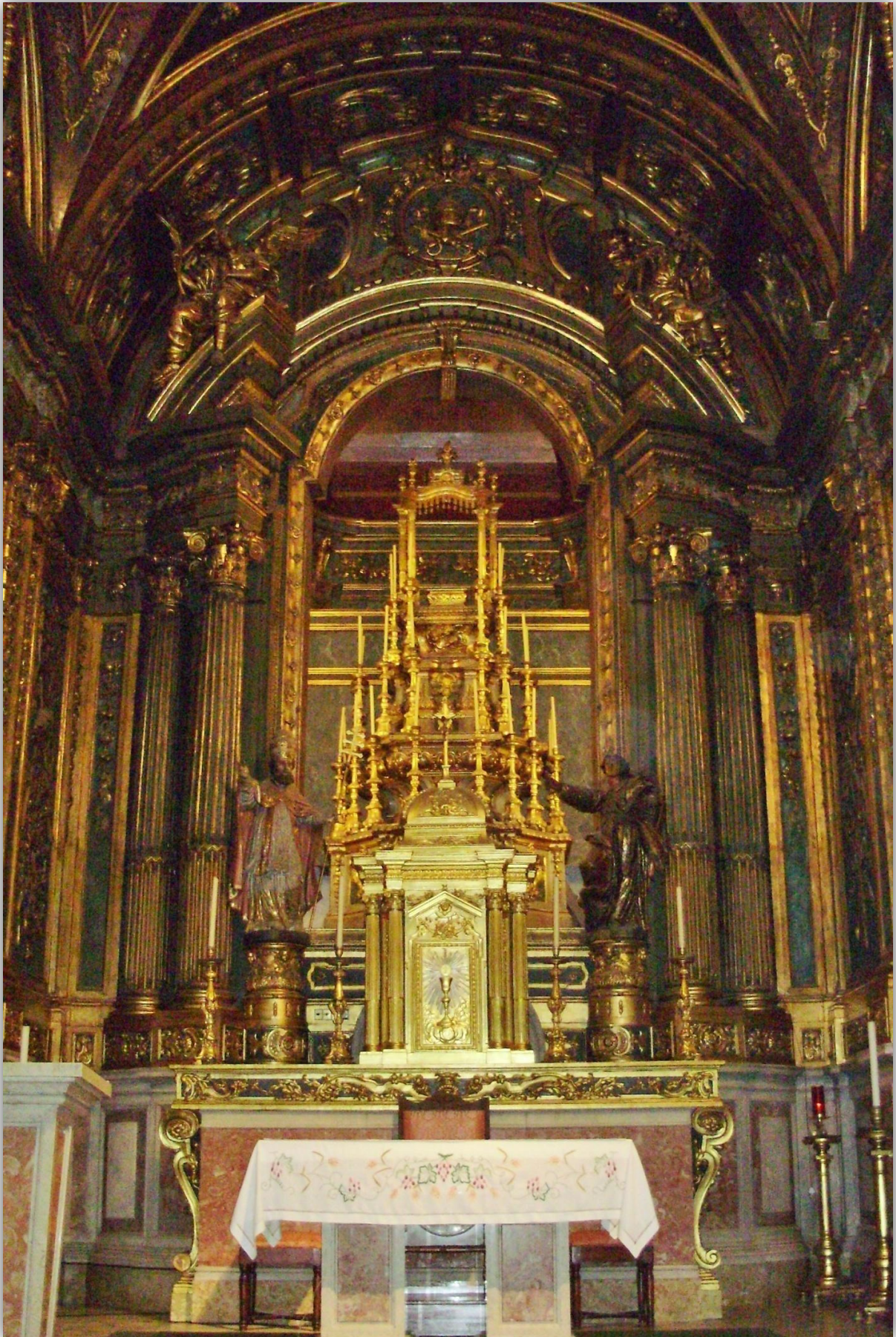


Ericeira. Igreja Paroquial de São Pedro



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos colaterais
- 4 e 5. Retábulos laterais



Ericeira. Igreja Paroquial de São Pedro**Retábulo mor****C.1745 - Tardobarroco - Matias José de Faria**

Exemplar devocional a um só tema que preenche a totalidade da capela-mor. Adota uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo. Como responsável pelo *risco* aponta-se Matias José de Faria, mestre entalhador com oficina aberta em Lisboa, por contrato de 21 de Outubro de 1745, sendo o douramento e a pintura feitos em 1763, por contrato a 11 de Abril, pelo mestre Manuel António de Góis. A encomenda encontra-se atribuída à Comissão Fabriqueira, patrocínio o donatário, Marquês de Lourisal e a Irmandade de São Pedro.

De perspectiva convexa, compõe-se de embasamento com duplo registo, corpo único, um só tramo e ático. Existem seis pedestais, sobre as quais assentam duas pilastras, quatro colunas coríntias de fuste liso, terço inferior diferenciado e ornamentado com caneluras, camarim preenchido com trono piramidal em degraus e na banquetta surge um sacrário monumental assumido como micro-arquitectura, ladeado por duas imagens de vulto perfeito. Entablamento que se restringe aos elementos arquitectónicos, frontão interrompido, flanqueado por dois anjos em alto-relevo, no centro cartela com tiara e duas chaves cruzadas.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, mármore (embasamento), encontrando-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

SOAES, Clara Moura, FIGUEIREDO, Paula, *A Igreja de São Pedro da Ericeira – Memória histórica e artística*, Mar de Letras, 2002, p.53 - 55.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, pp.72 - 73.

NOÉ, Paula (1991), Vale, Teresa e Gomes, Carlos (1995) – “Igreja Paroquial de São Pedro”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.



Ericeira. Igreja Paroquial de São Pedro

Retábulo da Nossa Senhora do Rosário

2ª Metade do século XVIII - Tardobarroco - Matias José de Faria (?)

Localiza-se na nave no lado do Evangelho, devocional a um tema. Insere-se na tipologia dos retábulos com *arco*. A atribuição do *risco* é feita a Matias José de Faria, mestre entalhador com oficina aberta em Lisboa, estando a encomenda, possivelmente, a cargo da Comissão fabriqueira.

O retábulo propriamente dito apresenta planta em perspectiva convexa, compõe-se de embasamento com duplo registo, corpo único, um tramo e ático. Existem duas colunas coríntias de fuste liso, terço inferior diferenciado e decorado com caneluras. É ladeado por duas pilastras, no centro nicho com arco trilobado, onde se encontra o orago, entablamento contínuo, frontão triangular decorado com palmeta estilizada, por cima encontra-se dois anjos em alto-relevo que acompanham uma coroa. O *arco* é constituído por pilastras rematadas por uma arquivolta plena e tímpano adornado com festões dourados.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, encontrando-se em razoável estado de conservação.

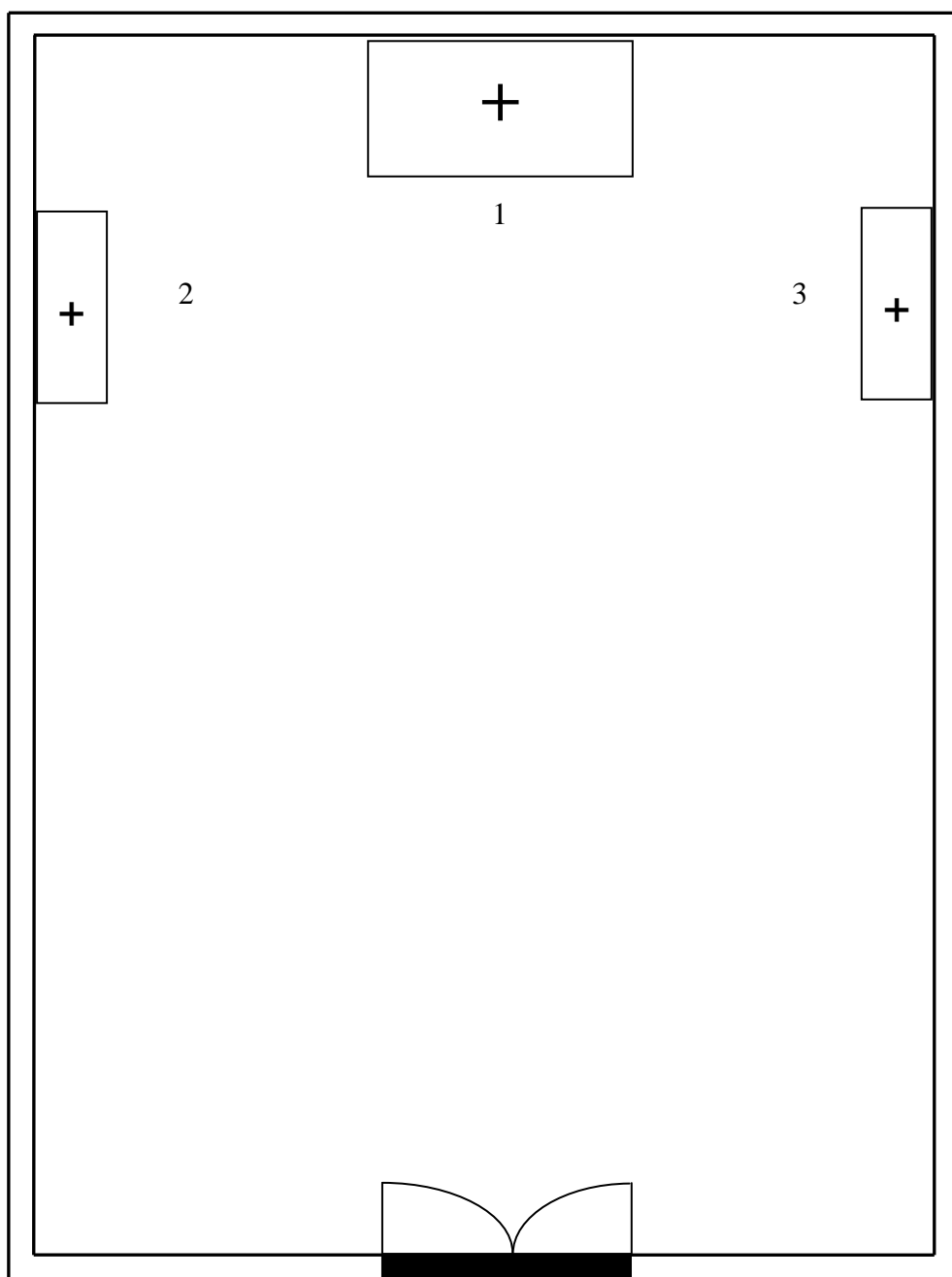
Tem como modalidades artísticas complementares: do lado da Epístola um outro retábulo colateral e no do Evangelho um lambril de azulejos coevos.

Bibliografia específica:

SOARES, Clara Moura, FIGUEIREDO, Paula, *A Igreja de São Pedro da Ericeira – Memória histórica e artística*, Mar de Letras, 2002, p.47 – 48.

NOÉ, Paula (1991), Vale, Teresa e Gomes, Carlos (1995) – “Igreja Paroquial de São Pedro”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.

Ericeira. Igreja da Misericórdia



Legenda:

1. Retábulo principal

2 e 3. Retábulos colaterais



Ericeira. Igreja da Misericórdia**Retábulo principal****C.1755 - Tardobarroco - José de Oliveira Lobo e Silva**

Retábulo que preenche grande parte do presbitério. Trata-se de um retábulo devocional a um só tema, que adopta uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo. Como responsável pelo *risco* está José de Oliveira Lobo e Silva, mestre entalhador com oficina aberta em Melroeira, no termo de Torres Vedras, por contrato de 25 de Junho de 1755, sendo feito o douramento e a pintura em 1761, pelos mestres Manuel António de Góis e Sebastião de Carvalho. A encomenda foi da responsabilidade da Confraria da Nossa Senhora da Misericórdia.

De planta plana, compõe-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. Existem dois pedestais no embasamento, quatro colunas coríntias de fuste liso, terço inferior diferenciado e ornamentado com caneluras, no centro tribuna dividida em dois registos: um, com sacrário monumental assumido como micro-arquitectura, o outro, com maquineta com imagem de roca de Nossa Senhora. Entablamento que se restringe aos elementos arquitectónicos. O ático encontra-se delimitado por frontão curvo com resplendor, sendo ladeado por dois anjos em alto-relevo.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, encontrando-se em razoável estado de conservação.

Como modalidades artísticas complementares encontra-se envolvido nas ilhargas por portas emolduradas por cantarias e rematadas por painéis pintados e, também, com molduras de talha dourada.

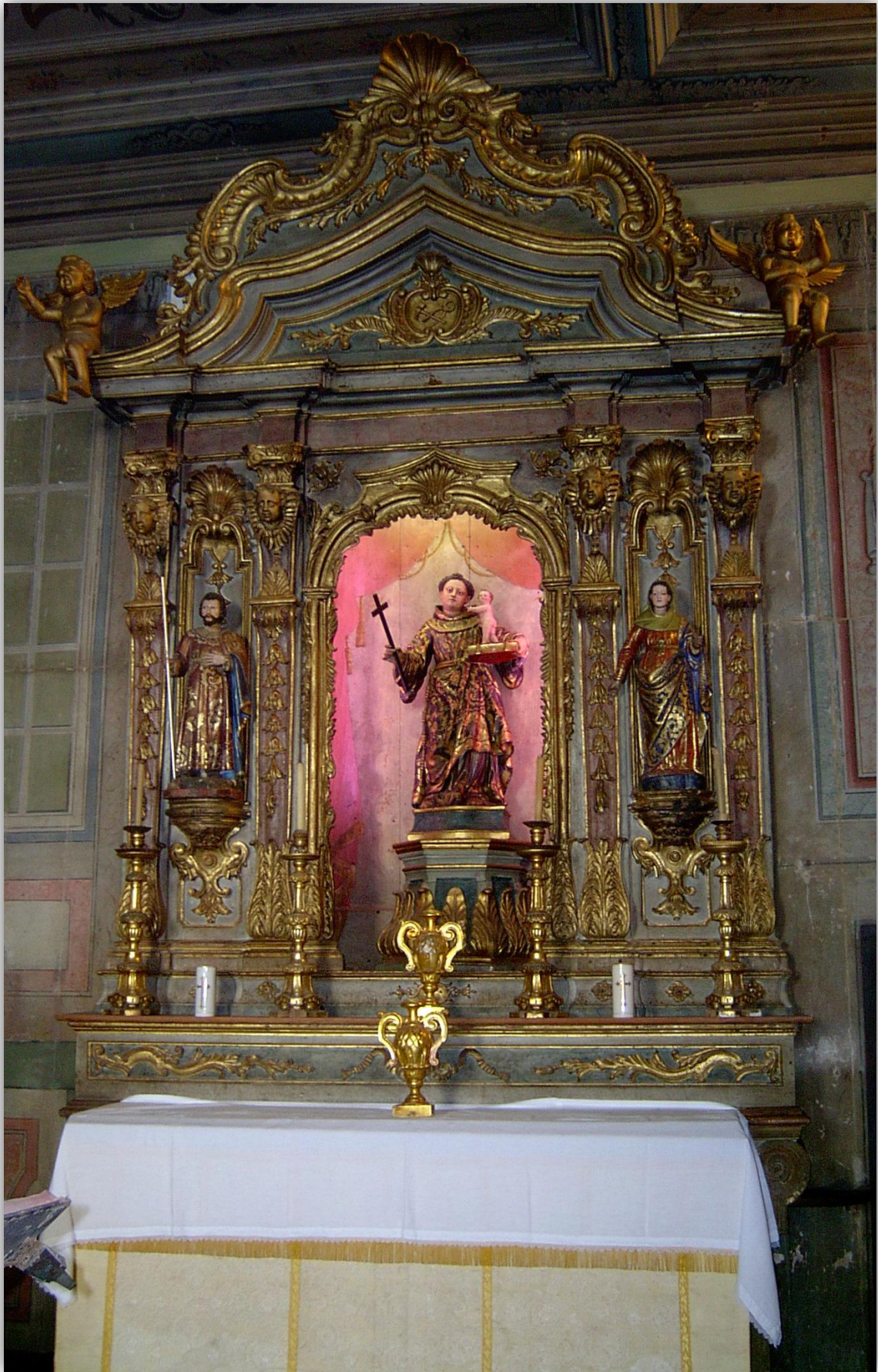
Bibliografia específica:

BATORÉO, Manuel (coord.), *A pintura e os pintores da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*, Mar de Letras, 1998, pp.31-33.

GORJÃO, Sérgio, *Arte Sacra*, Arquivo Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Vila da Ericeira, 1994, pp.19-20.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, pp.73-74.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1998) – “Igreja da Misericórdia”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.



Ericeira. Igreja da Misericórdia

Retábulos colaterais

C.1761 - Tardobarroco - José de Oliveira Lobo e Silva

Localizam-se na nave no lado do Evangelho e no lado da Epístola. São retábulos devocionais a três temas, que adoptam tipologia de corpo único e três tramos. Como responsável pelo *risco* está José de Oliveira Lobo e Silva, mestre entalhador com oficina aberta em Melroeira, no termo de Torres Vedras, por contrato de 6 de Abril de 1761, ficando o douramento e a pintura a cargo dos mestres Manuel António de Góis e Sebastião de Carvalho, em 1761 - 1762. A encomenda é da responsabilidade da Confraria da Nossa Senhora da Misericórdia.

De planta plana, compõem-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. O corpo é definido por quatro pilastras compósitas, destacando-se na parte central um nicho emoldurado destinado à exposição escultórica do orago, respectivamente, Cristo no lado do Evangelho e Santo António no lado da Epístola. Nos tramos laterais surgem mísulas com imagens de vulto perfeito. O entablamento é contínuo, sendo o ático composto por um frontão mistilíneo rematado por concheados.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, encontrando-se em razoável estado de conservação.

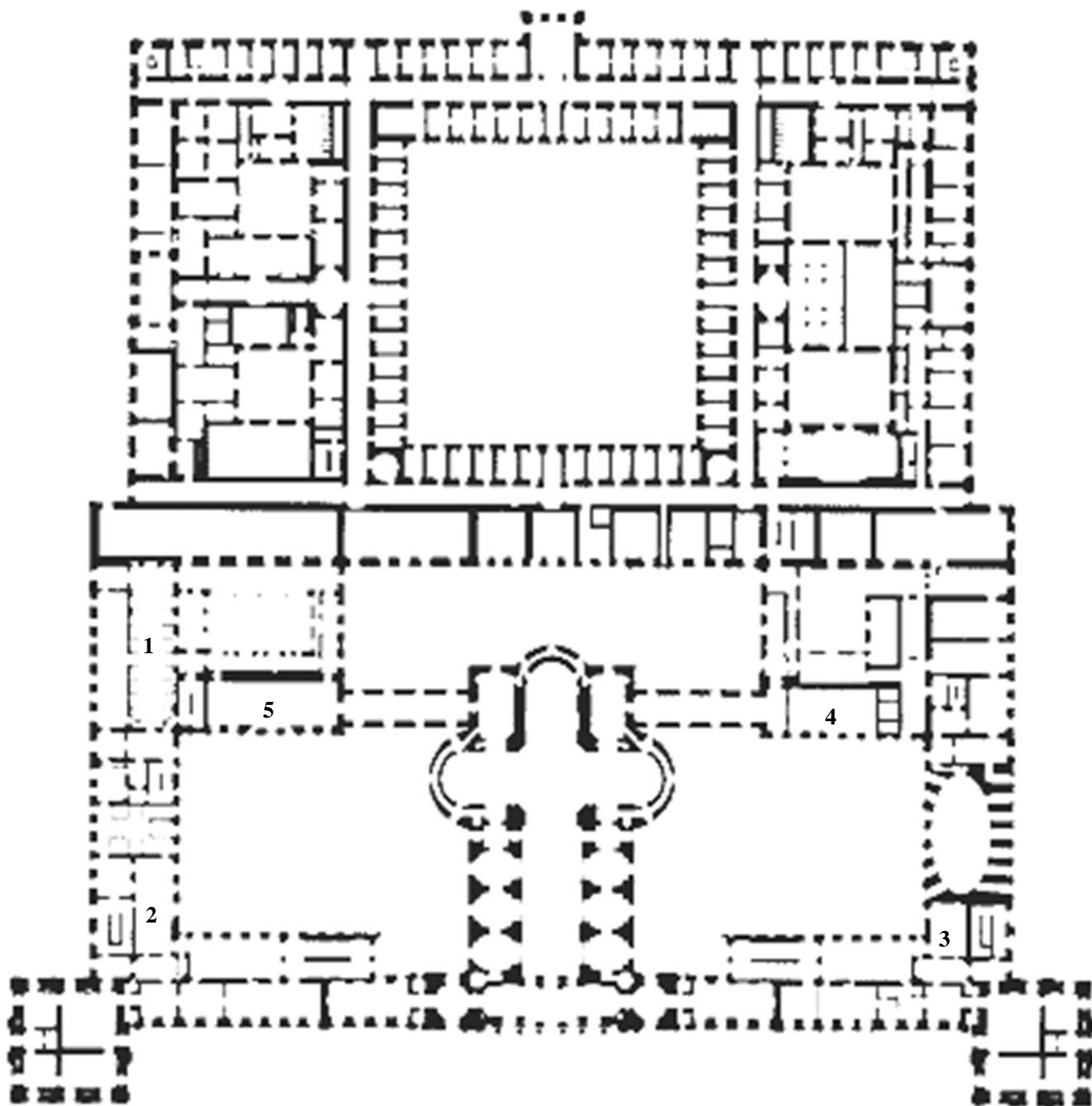
Bibliografia específica:

GORJÃO, Sérgio, *Arte Sacra*, Arquivo Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Vila da Ericeira, 1994, pp.19 - 20.

BATORÉO, Manuel (coord.), *A pintura e os pintores da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*, Mar de Letras, 1998, pp.31-33.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1998) – “Igreja da Misericórdia”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.

Mafra. Palácio e Convento



Legenda:

1. Enfermaria dos Doentes Graves

4. Retábulo da Sacristia

2 e 3. Oratório Real Norte e Real Sul

5. Capela do Campo Santo



Mafra. Palácio e Convento

Retábulos de São José e de Nossa Senhora do Livramento

Meados do século XVIII – Tardobarroco – João Frederico Ludovice (?)

Preenchem na totalidade a parede do fundo da capela do Oratório Real Norte e Sul. São retábulos devocionais a um só tema, que adoptam uma tipologia de corpo único e três tramos. Têm como possível responsável pelo *risco* João Frederico Ludovice, arquitecto régio, morador em Lisboa, estando os óleos sobre tela conferidos a Ignacio de Oliveira Bernardes e mandados construir por encomenda régia.

De planta em perspectiva côncava, compõem-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. Ao centro respectivamente óleo sobre tela representando S. José trabalhando de carpinteiro, a Virgem sentada e com ar pensativo, recebendo da mão de seu Filho uma cruz e Virgem com o Menino Jesus nos braços, com moldura de mármore preto. Entablamento contínuo. O ático encontra-se delimitado por arquivolta plena com elementos vegetalistas.

Os materiais aplicados são o mármore e óleo sobre tela, encontrando-se em bom estado de conservação.

É envolvido nas ilhargas por portas emolduradas por cantarias e rematadas por revestimentos parietais em mármore.

Informação complementar:

Estes retábulos têm características morfológicas idênticas a retábulo mor da capela privada da Quinta da Alfarrobeira (c.1722), em Lisboa.

Bibliografia específica:

GAMA, Luís Filipe Marques, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, p.58.
GOMES, Joaquim da Conceição, *O Monumento de Mafra – Descrição minuciosa d’este edificio*, 3ª Edição, Editado por Augusto Taveira Pinto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, p.55.



Mafra. Palácio e Convento

Retábulo da Sacristia

2ª Metade do século XVIII – Tardobarroco

Preenche na totalidade a parede de fundo da sacristia. Trata-se de um retábulo devocional a um só tema, que adopta uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo.

Desconhece-se o responsável pelo *risco*, encontrando-se o óleo sobre tela atribuído a Francisco de Oliveira Bernardes, sendo determinada a sua construção por encomenda régia.

De planta plana, compõe-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. Ao centro óleo sobre tela representando *Virgem com o Menino Jesus nos braços*, com moldura de mármore preto. O ático é composto por frontão e por um serafim ao centro. Os materiais aplicados são o mármore e óleo sobre tela, encontrando-se em bom estado de conservação.

Bibliografia específica:

GAMA, Luís Filipe Marques, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, p.44.

IVO, Júlio, *A Arte em Portugal – Monumento de Mafra*, nº9, Edição Marques Abreu, Porto, 1930, p.13.



Mafra. Palácio e Convento

Retábulo da Enfermaria dos Frades/Enfermaria dos Doentes Graves

Meados do século XVIII – Tardobarroco – João Frederico Ludovice (?)

Preenche grande parte da parede de fundo da Enfermaria dos Doentes Graves. Trata-se de um retábulo devocional a um só tema, que adopta uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo. Foi mandado construir por encomenda régia.

De planta plana, compõe-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. Existem dois pedestais no embasamento e duas colunas de mármore rosa com fuste liso e capitel coríntio. Mesa de altar na qual assentam uma cruz de Cristo e quatro castiçais de bronze. Ao centro quadro a óleo representando a Virgem, o Menino, S. José e Anjos. Entablamento que se restringe à zona das colunas. O ático encontra-se delimitado por frontão curvo com cartela.

Os materiais aplicados são o mármore e óleo sobre tela, encontrando-se em bom estado de conservação.

É envolvido nas ilhargas por portas emolduradas por cantarias e por arquivolta plena com cabeça de anjo em alto-relevo.

Bibliografia específica:

GAMA, Luís Filipe Marques, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992, pp. 32 - 44.

GOMES, Joaquim da Conceição, *O Monumento de Mafra – Descrição minuciosa d'este edifício*, 3ª Edição, Editado por Augusto Taveira Pinto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, p.48.



Mafra. Palácio e Convento

Retábulo do Campo Santo

Meados do século XVIII – Tardobarroco

Preenche parcialmente uma das paredes da capela de Campo Santo. Trata-se de um retábulo devocional a um só tema, que adopta uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo. A atribuição do *risco* pertence a Mateus Vicente de Oliveira, sendo o óleo sobre tela da autoria de Pedro António Quillard e mandado construir por encomenda régia.

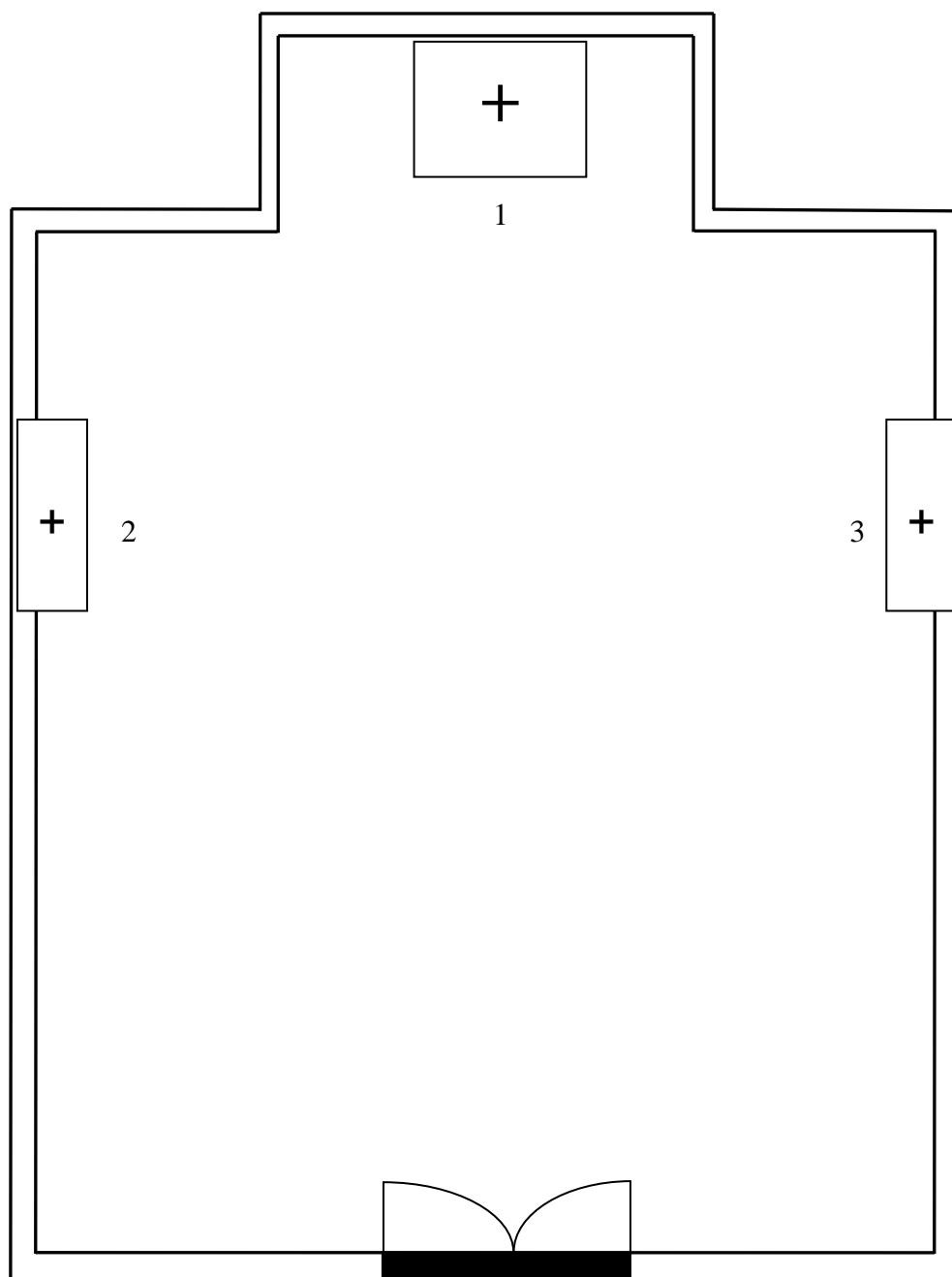
De planta em perspectiva convexa, compõe-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. Mesa de altar com banquetas de bronze. Existem duas pilastras, duas colunas compósitas de mármore preto com fuste liso e capitel coríntio. Ao centro óleo sobre tela representando a *Ceia*, com moldura de mármore preto. Entablamento contínuo, frontão canopial, tímpano com duas cabeças de anjo em alto-relevo.

Os materiais aplicados são o mármore e óleo sobre tela, encontrando-se em bom estado de conservação.

Bibliografia específica:

IVO, Júlio, *A Arte em Portugal – Monumento de Mafra*, nº9, Edição Marques Abreu, Porto, 1930, p.17.

Azueira. Igreja da Nossa Senhora do Livramento



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos colaterais



Azueira. Igreja da Nossa Senhora do Livramento

Retábulo principal

2ª Metade do século XVIII - Tardobarroco

Exemplar eucarístico que preenche a totalidade da parede testeira da capela-mor. Adopta a tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Comissão Fabriqueira.

De planta convexa compõe-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. No banco há quatro pedestais e ao centro um sacrário posterior. Existem quatro colunas coríntias de fuste liso, ornamentadas com caneluras, duas mísulas laterais (contendo as imagens de Santo António e São João Baptista), centro com tribuna, ostentando trono piramidal. Entablamento que se restringe aos tramos laterais, onde existem portas emolduradas de acesso ao camarim, sendo o ático composto por um arco canopial, surgindo ao centro um resplendor e nas ilhargas, assentes em dois segmentos de frontões curvos, figuras em alto-relevo.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, achando-se em razoável estado de conservação.

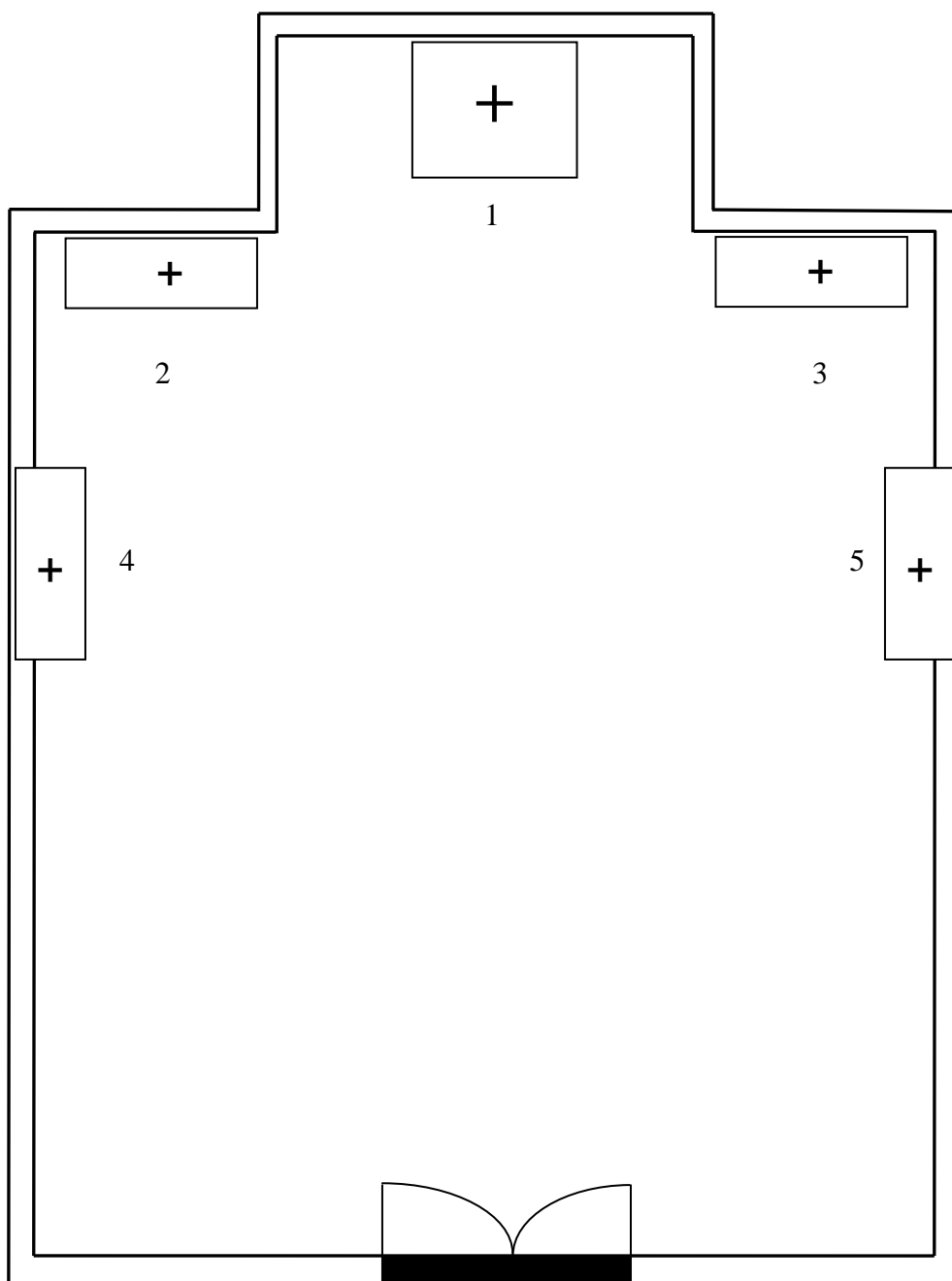
Como modalidades artísticas complementares há a registar a ornamentação em estuque das paredes laterais e da cobertura.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.63.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – “Igreja Paroquial de Nossa senhora do Livramento”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Azueira. Igreja Paroquial de São Pedro de Grilhões



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos colaterais
- 4 e 5. Retábulos laterais



Azueira. Igreja Paroquial de São Pedro de Grilhões

Retábulo principal

2ª Metade do século XVIII – Tardobarroco

Exemplar eucarístico que preenche a totalidade da parede testeira da capela-mor. Adota a tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Comissão Fabriqueira.

De planta convexa, compõe-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. Na banqueta surge um sacrário. Existem quatro colunas coríntias de fuste liso, ornamentadas com caneluras, dois nichos laterais, centro com tribuna, ostentando trono piramidal. Nos tramos laterais há portas emolduradas de acesso ao camarim. Entablamento que se restringe aos elementos arquitectónico, apesar de a cornija se prolongar pelos tramos laterais, sendo o ático composto por um arco canopial, surgindo ao centro um resplendor e nas ilhargas, assentes em dois segmentos de frontões curvos, figuras em alto-relevo.

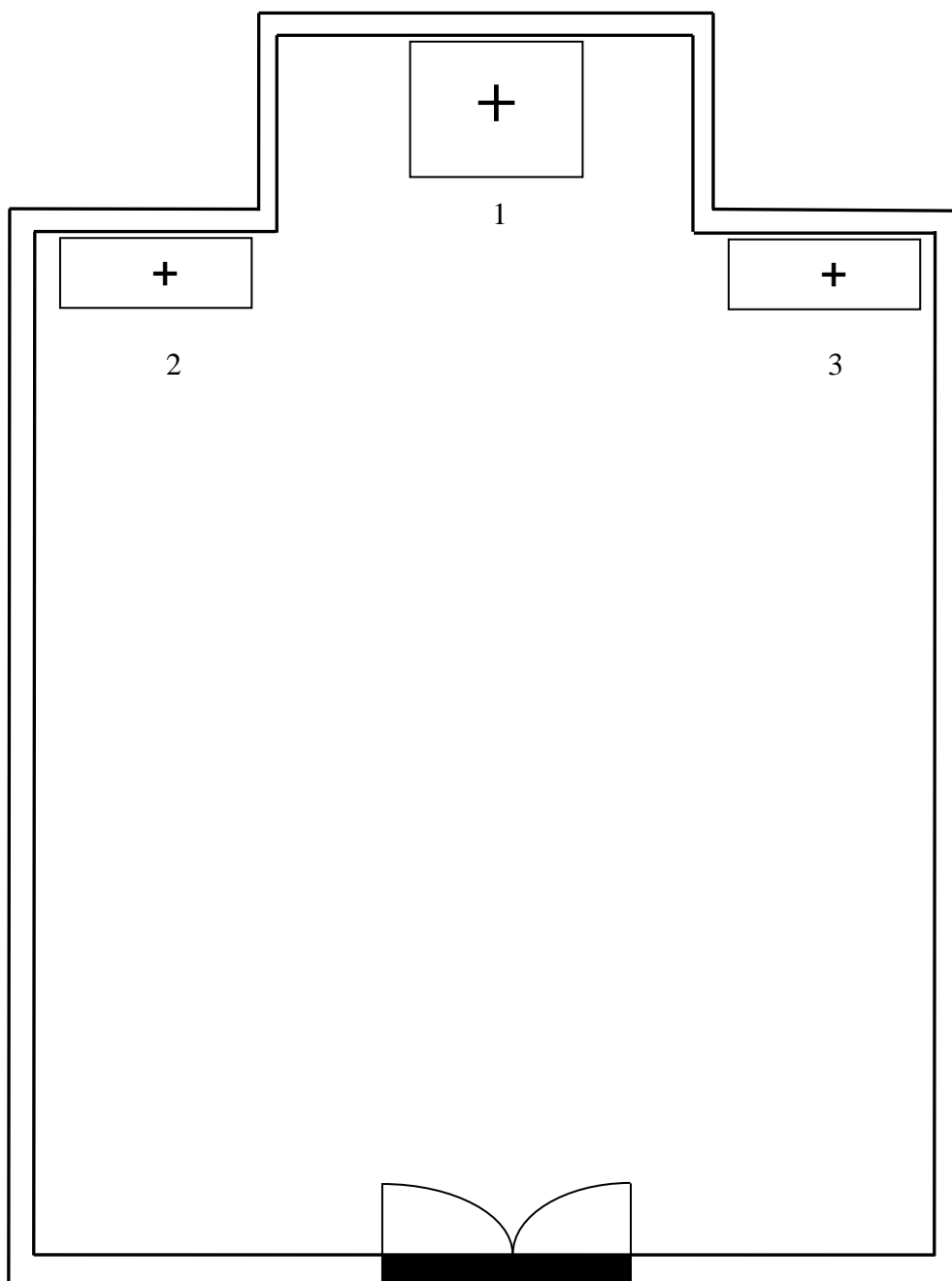
Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, achando-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.62.

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), “Igreja de São Pedro de Grilhões”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Carvoeira. Ermida de Santo António



Legenda:

1. Retábulo principal

2 e 3. Retábulos colaterais



Carvoeira. Ermida de Santo António

Retábulo principal de Nossa Senhora da Expectação do Porto

2ª Metade do século XVIII – Tardobarroco

Preenche a totalidade da parede testeira da capela-mor. É devocional a três temas inserindo-se na tipologia de por corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Confraria de Santo António/Irmandade de Nossa Senhora da Expectação.

De planta em perspectiva côncava, compõe-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. Existem duas colunas torsas e dois quartelões, grande tribuna preenchida com sacrário, intercolúnios com nichos ostentando imagens de vulto perfeito, recentes. Entablamento que se restringe aos tramos laterais. No ático sobressaem dois segmentos de frontões sobre os quais assentam dois anjos em alto-relevo. Ao centro evidencia-se um esplendor.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada e policromada, achando-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

GORJÃO, Sérgio, “Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Expectação do Porto (antiga Nossa Senhora do Ó) do Reguengo da Carvoeira”, in *Boletim Cultural*’96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 315.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.66.



Carvoeira. Ermida de Santo António

Retábulos colaterais

2ª Metade do século XVIII – Tardobarroco

Encontram-se junto ao arco triunfal ocupando parte do frontispício. Foram mandados executar na 2ª metade do século XVIII, desconhecendo-se a identidade dos artistas intervenientes.

Exemplares devocionais a um só tema, que adoptam uma tipologia muito frequente: a de corpo único e um só tramo.

De madeira entalhada, dourada e policromada, apresentam planta plana, compõem-se de embasamento, corpo único e um só tramo e ático. O corpo é delimitado por quartelões que enquadram um nicho emoldurado onde se dispõe a imagem de vulto perfeito do orago. O entablamento é contínuo, sendo o ático composto por um frontão triangular e aletas nas ilhargas.

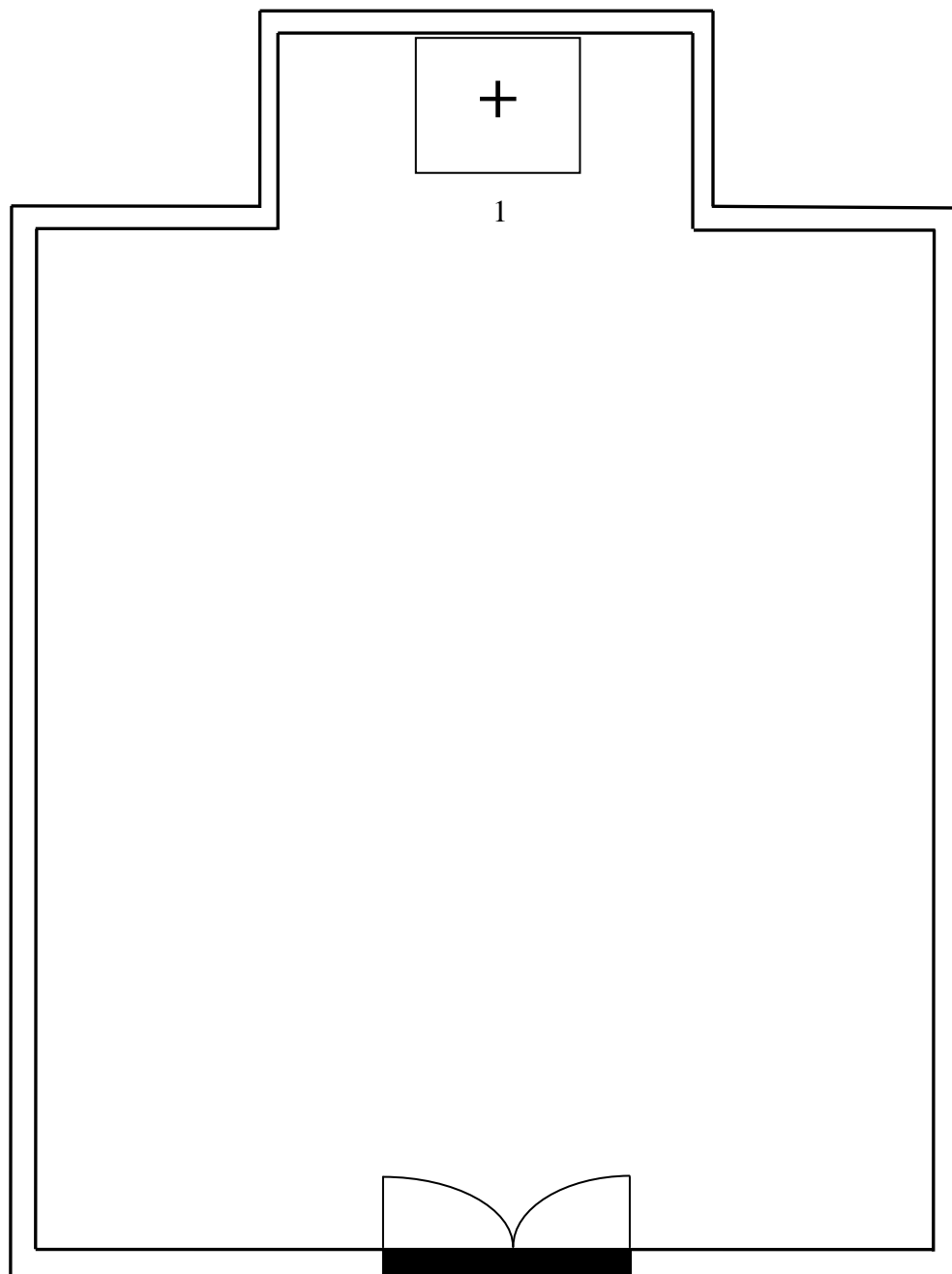
Encontram-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

GORJÃO, Sérgio, “Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Expectação do Porto (antiga Nossa Senhora do Ó) do Reguengo da Carvoeira”, in *Boletim Cultural*’96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 315.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.66.

Ericeira. Ermida de Santa Marta



Legenda:

1. Retábulo principal



Ericeira. Ermida de Santa Marta

Retábulo principal

2ª Metade do século XVIII - Tardobarroco

Preenche a totalidade da parede testeira da capela-mor, é devocional a três temas. Adopta uma tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Confraria de St^a Marta.

De planta em perspectiva convexa, compõe-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. Existem quatro colunas coríntias de fuste liso, terço inferior diferenciado e ornamentado com caneluras, centro com tribuna, ostentando trono piramidal, no topo imagem do orago de Nossa Senhora das Necessidades, duas mísulas laterais com figuras de vulto perfeito. Entablamento que se restringe aos tramos laterais. O ático é preenchido por frontão canopial delimitado por arquivolta plena com cartela ao centro.

Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, achando-se em razoável estado de conservação.

Encontra-se envolvido nas ilhargas por portas emolduradas com decoração na zona das cantarias e pintura mural nas paredes laterais da capela-mor.

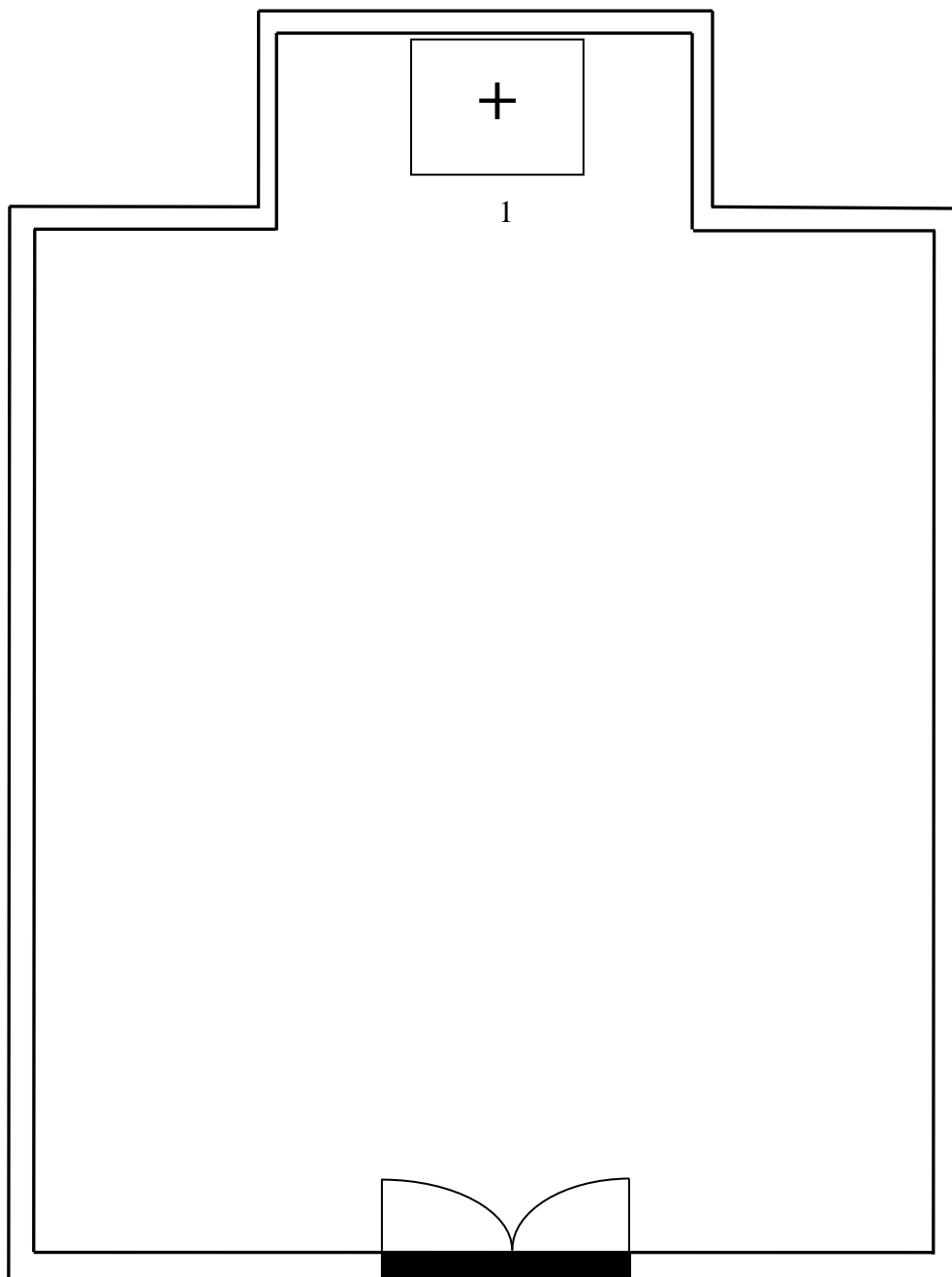
Bibliografia específica:

GORJÃO, Sérgio, “Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Expectação do Porto (antiga Nossa Senhora do Ó) do Reguengo da Carvoeira”, in *Boletim Cultural*’96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, pp.16 - 18.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.73

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – “Capela de Santa Marta”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.

Ericeira. Ermida de Santo António e Nossa Senhora da Boa Viagem



Legenda:

1. Retábulo principal



Ericeira. Ermida de Santo António e Nossa Senhora da Boa Viagem

Retábulo principal

2ª Metade do século XVIII - Tardobarroco

Retábulo que preenche a maior parte da parede testeira da capela-mor, é devocional a três temas, inserindo-se na tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Confraria de Stº António.

De planta em perspectiva convexa, consiste de embasamento, um só corpo, três tramos e ático. Duas pilastras ligeiramente decoradas, camarim com três imagens de vulto perfeito, sendo a central a do orago, a N. Sr.ª da Boa Viagem, São Vicente e Santo António e duas misulas nos nichos laterais. Entablamento restringido aos tramos laterais. O ático composto por arquivolta plena, por cima deste encontra-se uma cartela. Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, achando-se em razoável estado de conservação.

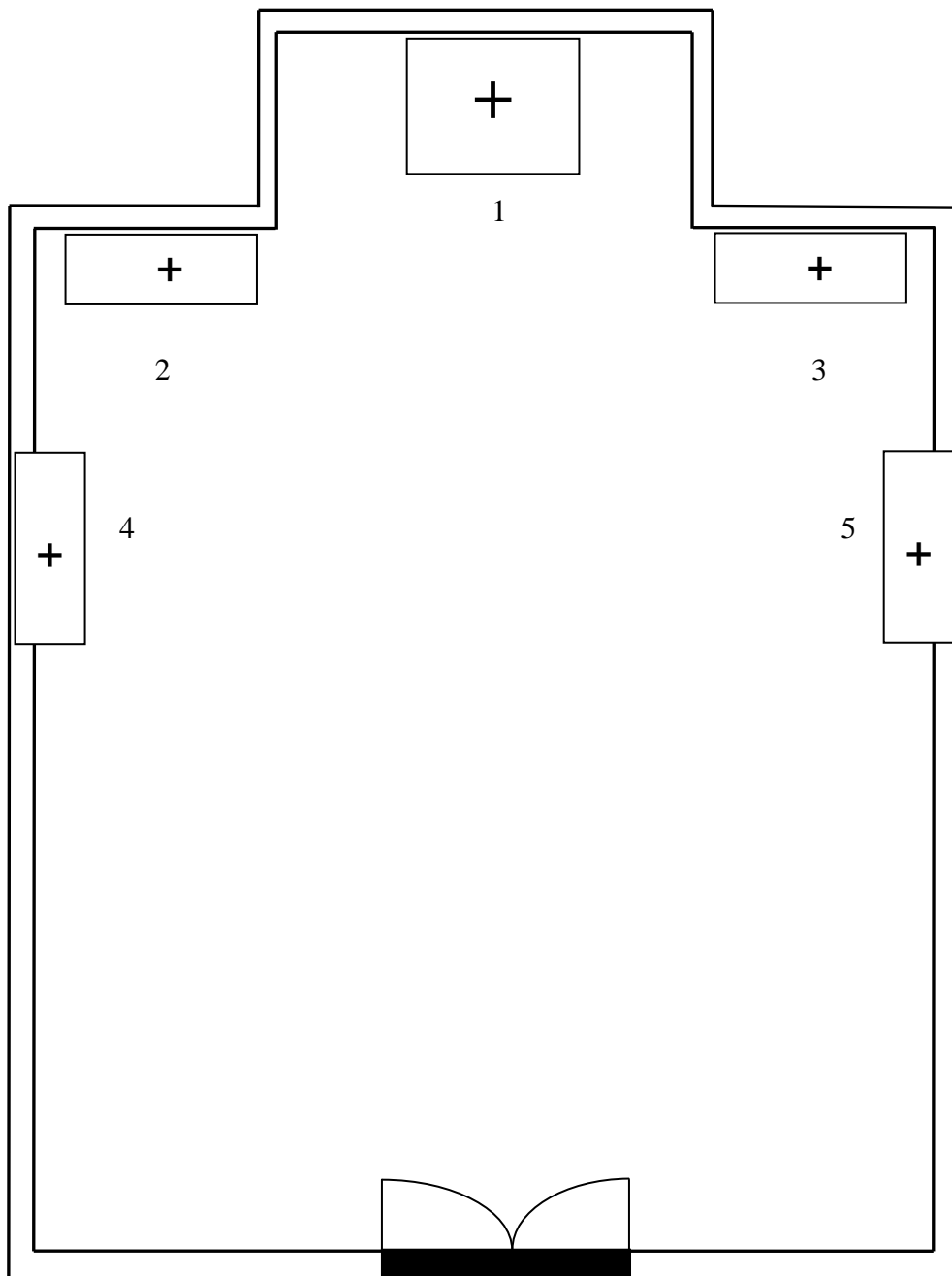
Bibliografia específica:

GORJÃO, Sérgio, “Memórias Paroquiais de Nossa Senhora da Expectação do Porto (antiga Nossa Senhora do Ó) do Reguengo da Carvoeira”, in *Boletim Cultural*’96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, pp.15 - 16.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, pp.74 - 75.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – “Capela de Santo António”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, www.monumentos.pt.

Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel



Legenda:

- 1. Retábulo principal
- 2 e 3. Retábulos colaterais
- 4 e 5. Retábulos laterais



Milharado. Igreja Paroquial de São Miguel

Retábulos colaterais

2ª Metade do século XVIII - Tardobarroco

Encontram-se junto ao arco triunfal, ocupando parte do frontispício. Foram mandados executar na 2ª metade do século XVIII, desconhecendo-se a identidade dos artistas intervenientes. Exemplares devocionais a três temas, que adoptam uma tipologia muito frequente: a de corpo único e três tramos.

De planta convexa, compõem-se de embasamento, corpo único, três tramos e ático. O corpo é delimitado por pilares-estípites que enquadram um nicho emoldurado onde se dispõe a imagem de vulto perfeito do orago, rematado por dossel com cortinado, sendo respectivamente, dedicado às Almas no lado do Evangelho e a Nossa Senhora da Conceição no lado da Epístola. Nas ilhargas existem duas mísulas com figuras de vulto perfeito. Entablamento restringe-se aos tramos laterais, desenvolvendo-se o ático a partir de dois segmentos de frontões curvos que adornam o nicho, sobre o qual surge uma cartela central.

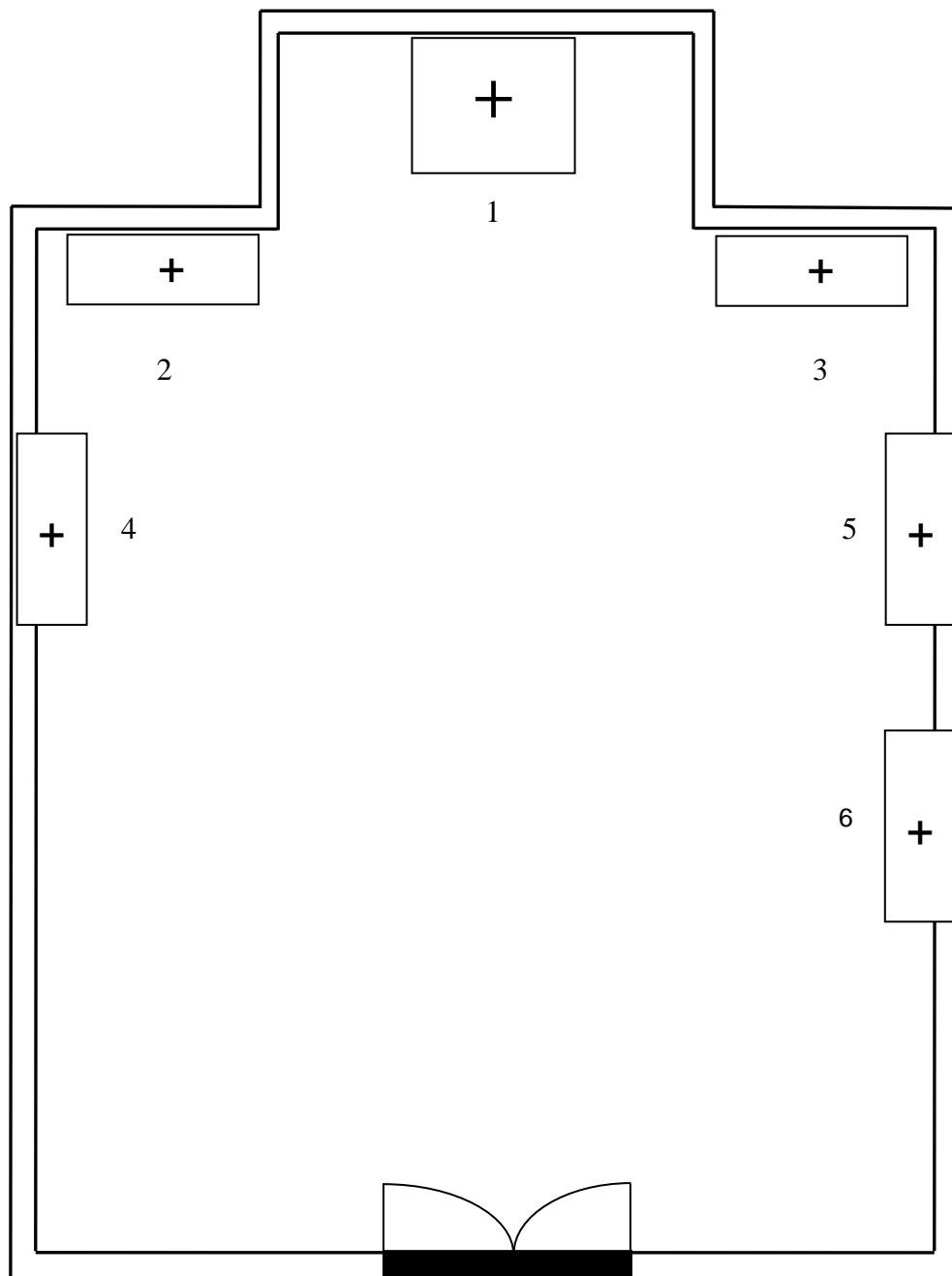
Os materiais aplicados são a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, encontrando-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.78.

NOÉ, Paula (1991), GOMES, Teresa Vale e Carlos (1995) – *Capela de Santa Cristina e cruzeiro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Gradil. Igreja Matriz de São Silvestre



Legenda:

1. Retábulo principal

2 e 3. Retábulos colaterais

4,5 e 6. Retábulos laterais



Gradil. Igreja Matriz de São Silvestre

Retábulo lateral

2ª Metade do século XVIII - Tardobarroco

Localiza-se na nave no lado da Evangelho, sendo devocional a três temas. Insere-se na tipologia de corpo único e três tramos. A atribuição do *risco* é desconhecida, estando a encomenda a cargo da Confraria de São Silvestre.

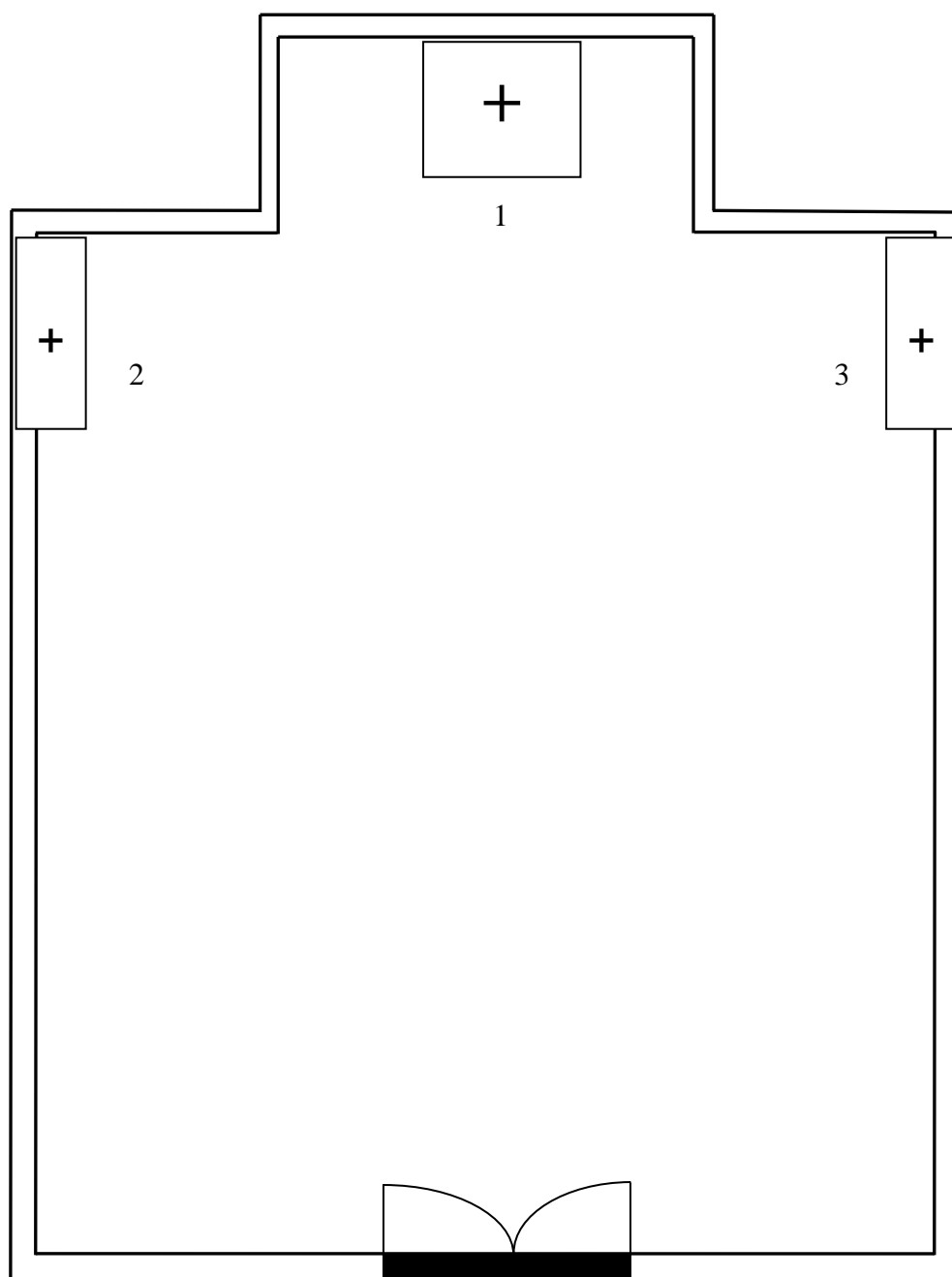
De planta em perspectiva côncava, compõe-se de embasamento com duplo registo, corpo único, três tramos e ático. Existem duas pilastras e duas colunas compósitas de fuste liso, terço inferior diferenciado e ornamentado com caneluras. Ao centro sobressai um camarim emoldurado com maquineta para ostentação do orago. Entablamento que se restringe aos tramos laterais. O ático é preenchido por frontão com cartela ao centro. Os materiais aplicados são a madeira entalhada, estando pintado de forma anacrónica. Encontra-se em razoável estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.75.

NOÉ, Paula (1991), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), “Igreja Matriz de São Silvestre”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

Encarnação. Igreja da Nossa Senhora da Encarnação



Legenda:

1. Retábulo principal

2 e 3. Retábulos laterais



Encarnação. Igreja da Nossa Senhora da Encarnação

Retábulo lateral

2ª Metade do século XVIII – Tardobarroco

Localiza-se na nave no lado da Evangelho. Trata-se de um exemplar devocional a vários temas, que adopta a tipologia de corpo único e um só tramo. Desconhece-se a identidade do mestre responsável pelo *risco* e pelo entalhe. A encomenda encontra-se atribuída à Comissão Fabriqueira.

De planta em perspectiva côncava, compõe-se de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. Existem duas colunas torsas. Como especificidade refere-se o facto, pouco usual de a parte central estar preenchida por uma estrutura em talha dourada, onde se expõem actualmente seis imagens de vulto perfeito. Entablamento que se restringe aos elementos arquitectónico, sendo o ático composto por um arco canopial, tendo nas ilhargas, assentes em dois segmentos de frontões curvos, figuras em alto-relevo.

Os materiais empregues são o mármore e a madeira entalhada, dourada, policromada e pintada a imitar pedraria, encontrando-se em bom estado de conservação.

Bibliografia específica:

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008, p.67 - 68.

NOÉ, Paula (1991/1995), “Igreja de Nossa Senhora da Encarnação (antiga Lobagueira dos Lobatos) e recheio”, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, www.monumentos.pt.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 15, maço 18, p.91 - 94.

Considerações finais



Atendendo às influências que a arte da retabulística teve na sociedade nos séculos XVII e XVIII, o estudo proposto não ambicionou ser mais que um contributo para o conhecimento desta complexa manifestação artística. Os retábulos possuíram, sem dúvida alguma, um enquadramento estético na qual a sua leitura simbólica sacra nos transporta, não apenas, para mais um elemento ornamental, mas também, para o saber de um gosto vigorante na Europa à época. Este agrado, por certos elementos estruturais e decorativos patentes nas obras retabulares, derivaram das gravuras, desenhos, estampas, tipo de ornamentação e dos tratados de arquitectura que circulavam pelo país. Igualmente, uma série de influências complementares e novas directrizes, que os artistas estrangeiros traziam, ao virem trabalhar para o território nacional, possibilitaram este desenrolar de novas opções estéticas. Podemos assim afirmar que a retabulística deste período provém de uma pluralidade de acções que se coadunaram num tempo específico. Estas conferiram ao retábulo a hipótese de um renovado critério estilístico.

Segundo Francisco Lameira, na região continental e nas Ilhas Atlânticas, existiam oito centros produtivos, divididos em pequena, média e grande dimensão: os centros de pequena dimensão – Trás-os-Montes, Algarve, Açores e Madeira (maior afastamento geográfico e, conseqüentemente, de mais difícil acesso); os centros de média dimensão – Beira e Alentejo (com características idênticas: maior superfície geográfica, várias dioceses, proliferação de oficinas quer nos centros urbanos, quer em pequenas localidades e estreita relação dos artistas minhotos na região da Beira e dos lisboetas pelo Alentejo); e os centros de grandes dimensões – Minho e Estremadura (tendo o primeiro dois relevantes centros urbanos, Porto e Braga, e variadas oficinas por restantes localidades de menor grandeza, tipo Viana, Famalicão, Caminha, etc., e o segundo, um único grande centro urbano, Lisboa, visto como o maior do país e de superior dinâmica).¹²³

Seria com certeza em Lisboa, capital do reino, que centralizar-se-iam as mais recentes novidades retabulísticas, acima de tudo porque nela estava estabelecida a corte, elementos da nobreza, do clero e da sociedade civil, ou seja, fortes identidades encarregues pela *encomenda* e *patrocínio* da arte retabular.

Mestres e *oficiais* fixavam-se não só nos grandes centros produtivos, como do mesmo modo, nas terras para as quais as suas encomendas eram requeridas. Nestes lugares existia a oportunidade de um recomeço de vida, muitas vezes mais próspero, do que

¹²³ Francisco Lameira, *O retábulo em Portugal. Das origens ao declínio*, Promontoria Monográfica História da Arte 01, Universidade do Algarve, Faro, 2005, p.53-54.

aquele que usufruíam nos meios urbanos, onde as oficinas se disputavam por clientela. Deste modo, é plausível dizer que este procedimento facilitava não só a propagação dos mais recentes métodos e linguagens estéticas popularizadas na arte da retabulística, mas também o desenvolvimento de novos padrões a adoptar.

Determinado o período em análise para este estudo entre o século XVII e o XVIII, é possível reconhecer que, de um modo geral, a retabulística do concelho de Mafra, região periférica da grande Lisboa, seguiu as mesmas características formais designadas para a época.

Constatou-se que, se até c.1713, no município não subsistiram até aos dias de hoje grande número de obras retabulares (somente nove exemplares), a partir desta data, proliferou pelas diversas freguesias, uma quantidade significativa de artefactos próprios deste estilo de arte. Reconheceu-se, deste modo, que nas diversas freguesias pertencentes ao concelho de Mafra, a arte da retabulística prosperou em termos de *periodização/caracterização* ao longo do *Barroco Final* e do *Tardobarroco*. De entre as diversas causas para tal sucedido, talvez seja admissível dizer que a escolha por parte de D. João V para a edificação da Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, em Mafra, o forte predomínio que a vivência religiosa teve nesta região após o terramoto de 1755, e a proximidade com o maior centro produtivo do país, onde estavam fixados alguns dos melhores *mestres*, possibilitou este “florescer” da retabulística no concelho.

Através dos critérios utilizados para a investigação dos diversos exemplares catalogados, foi ainda possível observar as seguintes ocorrências: apesar de estarem presentes dezasseis retábulos de *encomenda* régia, denota-se, em particular, a participação activa da sociedade civil (confrarias e irmandades); encontra-se uma larga presença de retábulos *devocionais a um único tema*, certamente para corresponder a uma necessidade de chegar mais perto da sociedade que era composta, substancialmente, por indivíduos iletrados; verificou-se, também, um forte predomínio de retabulística com *tipologia* de corpo único e um só tramo; em termos de execução, a maioria da retabulística foi produzida utilizando a madeira, legitimando deste modo o custo acessível deste tipo de material, a mão-de-obra versada e a pouco valor, bem como, da tardia opção em termos estéticos do uso de materiais pétreos e dos escassos recursos desta matéria-prima; embora originando poucas conclusões sobre a *produção artística*, provém, igualmente, do decorrer desta pesquisa, o conhecimento de profissionais reconhecidos a nível nacional na arte da talha que laboraram no concelho de Mafra (são exemplo João Frederico Ludovice (altar-mor da Basílica de Mafra), ou

Matias José de Faria (mestre entalhador com oficina aberta em Lisboa – Altar-mor da Igreja de São Pedro).

Tornou-se visível, ao longo deste estudo, que deste concelho disseminar-se-iam gostos retabulísticos que se estenderam ao longo de uma conjuntura artística, como também, o inverso, ou seja, a existência de retábulos no município com características morfológicas idênticas, a exemplares produzidos na cidade de Lisboa, num período artístico anterior. É portanto plausível afirmar que a interacção e proliferação de conhecimentos por todo o reino, eram uma constante.

Ao dar por terminada esta etapa de trabalho sobre *O retábulo no concelho de Mafra. Expressão artística nos séculos XVII e XVIII*, fica presente que, apesar de dar os objectivos iniciais por cumpridos, provávelmente ficaram ainda por investigar e por problematizar, dados ainda por descobrir.

Espero, no entanto, num futuro próximo, poder prosseguir com esta e outras linhas de investigação sobre a arte do retábulo em outras zonas periféricas de Lisboa e relacioná-las entre si, sempre com o intuito de trazer à luz do conhecimento esta forma de arte, denunciadora de um estilo próprio no panorama artístico português.

Bibliografia



Bibliografia Geral

ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de, BATALHA, Rogério Miranda, *Mafra – Efemérides do Concelho*, Câmara Municipal de Mafra, 1998.

ATAÍDE, Manuel Maia, e outros (coord. de), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1963-2000.

AZEVEDO, Rui de, COSTA, P. Avelino de Jesus da, PEREIRA, Marcelino Rodrigues, *Documentos de D. Sancho I (1174 – 1211)*, I, Doc.42, Coimbra, 1979.

BATORÉO, Manuel (coord.), *A pintura e os pintores da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*, Mar de Letras, 1998.

BEBIANO, Rui, *D. João V – Poder e Espectáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987.

Boletim da Direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Igreja de Santo André de Mafra*, Ministério das Obras Públicas, nº36, Junho de 1944.

BORGES, Nelson Correia, “A Escultura e a Talha”, in *História da Arte em Portugal*, Vol. IX, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Primeiro volume das Obras Completas, Círculo de Leitores, 1894.

CARVALHO, Ayres de, *Novas Revelações para a História do Barroco em Portugal*, sep. Belas – Artes, nº20, Lisboa, 1964.

CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, Edição do Autor, 1960-62.

CARVALHO, Ayres, “Pintores portugueses e estrangeiros de setecentos na corte de D. João V”, in *A pintura em Portugal ao tempo de D. João V (1706-150) – Joanni V Magnífico*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Edições Asa, Lisboa, 1994.

CORREIA, Vergílio, *Artistas Italianos em Portugal-Século XVIII (1ª metade)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1932.

CORREIA, Vergílio, “Entalhadores de Lisboa (Séculos XVII, XVIII). Para a História da Obra de Talha em Portugal”, *Águia*, n.º 14, Porto, 1918.

COUTO, Jorge, “D. João V”, João MEDINA (dir. de), *História de Portugal – Portugal Absolutista*, Vol. VII, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995.

DOMINGUES, José D. Garcia, “Invasão e Conquista da Lusitânia por Muça Ben Noçair e seu filho Abdalaziz”, in *Actas do Primeiro Congresso de Estudios Arabes e Islamicos*, Córdoba - 1962, Madrid, 1964.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *Ensaio sobre a arquitectura barroca e a neoclássica a norte da bacia do Douro*, Revista da Faculdade de Letras, Ciência e Técnicas do Património, I Série, Vol. IV, Porto, 2005.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *De arquitecto a entalhador. Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII*, I Congresso Internacional do Barroco, I Volume, Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, Porto, 1991.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, “Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Vol.2, Porto, 2003.

FERREIRA-ALVES, Natália do Carmo Marques Marinho, “A arte da talha no Porto na época barroca – artistas e clientela. Materiais e técnica”, in *Boletim do Instituto Nacional de Investigação Científica*, Vol.I, Porto, 1986.

FERREIRA-ALVES, Natália do Carmo Marques Marinho, “Talha”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

FRANÇA, José-Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, Ministério da Educação, Biblioteca Breve, Vol. 12, 3ª Edição, 1989.

FRANKLIN, Francisco Nunes, *Memória para servir de índice dos forais das terras do reino de Portugal e seus domínios*, Tipografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1825.

LANGHANS, Franz-Paul, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Lisboa, 1945.

GAMA, Luís Filipe Marques, *Palácio Nacional de Mafra*, Publicidade Artes Gráficas Limitada, Lisboa, 1992.

GANDRA, Manuel J., *Mafra, da reconquista ao foral de 1513*, Câmara Municipal de Mafra, Euro-Dois, Lda., 1989.

GANDRA, Manuel J., *O Monumento de Mafra: visto por estrangeiros seen by foreigners vu par desétrangers visto por extranjeros (1716-1908)*, Coleção de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2005.

GERMAIN, Bazin, *Morphologie du Retable Portugais*, Belas Artes, 2ª Série, nº5, Lisboa, 1953.

GONÇALVES, Cardozo, *O Convento de Mafra – (Brevíssima noticia histórica e descritiva na excursão de 12 de Agosto de 1906)*, Annaes da Academia de Estudos Livres, XIII, Lisboa, 1906.

GOMES, Joaquim da Conceição, *O Monumento de Mafra – Descrição minuciosa d'este edificio*, 3ª Edição, Editado por Augusto Taveira Pinto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, 1876.

GOMES, Paulo Varela, *A Cultural architectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Caminho, cop. 1988.

GOMES, Paulo Varela, *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, imp.1987

GONÇALVES, Cardozo Gonçalves, *O Convento de Mafra – (Brevíssima noticia histórica e descritiva na excursão de 12 de Agosto de 1906)*, Annaes da Academia de Estudos Livres, XIII, Lisboa, 1906.

GORJÃO, Sérgio, *Arte Sacra*, Arquivo Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, Santa Casa da Misericórdia da Vila da Ericeira, 1994.

GORJÃO, Sérgio, “Memórias e Memorialistas – 1.Memórias Paroquiais”, in *Boletim Cultural’96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997.

Guia do Concelho de Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2000.

IVO, Júlio, *A Arte em Portugal – Monumento de Mafra*, nº9, Edição Marques Abreu, Porto, 1930

LAMEIRA, Francisco, *A talha no Algarve durante o Antigo Regime*, Universidade do Algarve, Faro, 2000.

LAMEIRA, Francisco, *O retábulo em Portugal. Das origens ao declínio*, Promontoria Monográfica História da Arte 01, Universidade do Algarve, Faro, 2005.

LAMEIRA, Francisco, *O retábulo da Companhia de Jesus em Portugal: 1619-1759*, Promontoria Monográfica História da Arte 02, Universidade do Algarve, Faro, 2006.

LAMEIRA, Francisco, *Retábulos das Misericórdias Portuguesas*, Promontoria Monográfica História da Arte 04, Universidade do Algarve, Faro, 2009.

LOBO E SILVA, Jaime d’Oliveira, (coord. Gandra, Manuel J.), *Anais da Ericeira*, Colecção Mafra de Bolso, Câmara Municipal de Mafra, 2002.

LOPES, Irina Alexandra e RODRIGUES, Maria de Lurdes, “O Concelho de Mafra e os seus forais 1189 e 1513 transcrição paleográfica e leitura actualizada”, in *Boletim Cultural 2002*, *A Arca do Concelho de Mafra: Documentos constitutivos: Postura Municipal de 1775*, Câmara Municipal de Mafra, Mafra, 2003.

LOUSADA, Maria Alexandre, *As Divisões Administrativas do Portugal do Antigo Regime ao Liberalismo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988.

LUCENA, Armando de, *A arte sacra de Portugal*, Empresa Contemporânea Edições, Lisboa, 1946.

LUCENA, Armando de, *Estilos Artísticos*, Apontamentos para o ensino técnico profissional – Desenhos e adaptação de Vasco de Lucena, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1939.

MARTINS, Fausto Sanches, *Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo*, Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II Volume, Porto, 1991.

Mafra: Memórias, Identidades e Inovação..., Héstia Editores, 2008.

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, *Estremadura*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1997.

MONTENEGRO, Maria Margarida Montenegro, *Património Nacional de Mafra*, IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Colares Editora, 1995.

MOURA, Carlos, “Uma Poética da Refulgência: A Escultura e a Talha Dourada”, in *História da arte em Portugal*, Vol. VIII, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

NASCIMENTO, Aires Augusto (Nota codicológica), BARATA, Maria do Rosário Themudo (Introdução), MACHADO, João Liberata (Transcrição), *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira – 1609 – 1855*, Colecção Arte e Património, Mar de Letras, 1998.

NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano, ou Catálogo Alfabético de de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve das Igrejas com seus Oragos: do titulo dos Párcos, e annual rendimento de cada hurrta : dos Padroeiros, que apreftão s juntamente com as léguas de diitancia da METROPOLI DO REINO, e da Cidade principal e cabeça do Bifpado, com o numero dos fogos*, Parte I, Lisboa, Impressor do Santo Officio, 1767.

PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo, *Dicionário da arte barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989.

PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Biblioteca Breve, Vol. 103, 2ª Edição, 1992.

PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura e escultura de Mafra: retórica da perfeição*, 1ª Edição, Lisboa, Presença, 1994.

PEREIRA, José Fernandes, “O barroco do século XVIII”, in *História da Arte Portuguesa*, Vol.3, Lisboa, Presença, 1995.

PEREIRA, José Fernandes, *A escultura de Mafra*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2003.

PEREIRA, José Fernandes (dir.), *Dicionário de escultura portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, cop. 2005.

PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder – O Real Edifício de Mafra*, Subsídios para a História da Arte Portuguesa, XXXV, Universidade de Coimbra, 1992.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, “A propósito de André Soares e do rococó – nótulas para a revisão de um processo”, in *Portugalia*, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, 1996-1997.

SALDANHA, Nuno, “A pintura em Portugal ao tempo de D. João V (1706-1750)”, in *A pintura em Portugal ao tempo de D. João V (1706-1750) – Joanni V Magnífico*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Edições Asa, Lisboa, 1994.

SANTOS, Leandro Miguel dos, *História da Ericeira*, Edição Fórum Ericeirense, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Coleção História de Portugal, Vol. V, Editorial Verbo, 1991.

SERRÃO, Vítor, “O Barroco”, in *História da Arte em Portugal*, Coleção Biblioteca da Arte, Editorial Presença, 2003.

SMITH, Robert, *A talha em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1963.

SOARES, Clara Moura, Figueiredo, Paula, *A Igreja de São Pedro da Ericeira – Memória histórica e artística*, Mar de Letras, 2002.

VENTURA, Margarida Garcez (coord.), *O Foral da Ericeira no Arquivo – Museu*, Edições Colibri, 1993.

ZILHÃO, João, *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*, Vol.I, Edições Colibri, 1997.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT: Memórias Paroquiais, 1758, v. 13, maço 28, p. 229 – 230.

ANTT: Santa Cruz de Coimbra, Docs. Regs., M.2, nº5, Lisboa.

ANTT: *Tombo da Terra da Estremadura - Caderno em que estão lançados todos os bens e propriedades que Fernão Martins Coutinho e Dona Leonor de Sousa sua mulher tinham em Mafra, Ericeira, Abrantes, Estremadura, na qual está o foral antigo da vila de Mafra*, Gav. 13, Mç. 1, N.º 21.

ANTT: Registo na Chancelaria de D. Dinis, I, fols. 253v-254v (actuais 448r-449v)].

ANTT: *Livros do Convento de S. Domingos*, nº9, fols.376-380.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, v. 22, maço 28, p. 177-186.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 18, maço 54, p.349-358.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 15, maço 18, p.91-94.

ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 35, maço 189, p.1401-1406.

ANTT: *Chancelaria de D. João V*, XXXV, fl. 355.

Arquivo Paroquial da Igreja da Encarnação

APIE, *Algumas notas sobre a Igreja da Encarnação (...) extraídas do Tombo do Morgado da Lobagueira dos Lobatos (...)*, Livro 1, fólio 24v a 25v.

Biblioteca Nacional (Lisboa)

BN: cod. 157 da Pombalina, fl. 214, citado in Manuel J. Gandra (ideia, concepção geral e argumento), www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual/ludovice-arquitecto-ou-capataz.

Elencos iconográficos

CARVALHO, Ayres de, *Catálogo da Coleção de Desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1977.

SANTOS, Reynaldo dos, “Plantas e desenhos barrocos”, *Belas Artes*, 2.^a série, n.º 2, 1950

Fontes de Internet

NOÉ, Paula (1991), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995) – *Igreja Paroquial de São Pedro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

NOÉ, Paula (1991), GOMES, Teresa Vale e Carlos (1995) – *Capela de Santa Cristina e cruzeiro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

NOÉ, Paula (1991), GOMES, Teresa Vale e Carlos (1995) – *Igreja Paroquial de Milharado / Igreja de São Miguel e cruzeiro do Adro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em www.monumentos.pt.

NOÉ, Paula (1990), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), OLIVEIRA, Lina (2004) – *Igreja paroquial de Santo Isidoro/Igreja de santo Isidoro*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

NOÉ, Paula (1991/1995) – *Igreja de Nossa Senhora da Encarnação (antiga Lobagueira dos Lobatos) e recheio*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1998) – *Igreja da Misericórdia*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – *Capela de Santo António*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – *Capela de Santa Marta*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999), ANTUNES, Rute (2007) – *Capela de São Sebastião*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – *Igreja Paroquial de Nossa senhora do Livramento*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999) – *Ermida de S. Lourenço*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e FERREIRA, Maria (1999), MARQUES, Lina (2001) – *Igreja Nossa Senhora da Oliveira*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995) – *Igreja de São Pedro de Grilhões*, Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt.

Anexo de documentos



1. Apêndice fotográfico



Figura 1 - Retábulo principal da Igreja de São Miguel, Alcaínça.



Figura 2 - Retábulo colateral do lado da epístola da Igreja de São Miguel, Alcainça.



Figura 3 - Retábulo colateral do lado do evangelho da Igreja de São Miguel, Alcaínça.



Figura 4 - Retábulo lateral do lado da epístola da Ermida de Santa Cristina e Cruzeiro, Azueira.



Figura 5 - Retábulo lateral do lado do evangelho da Ermida de Santa Cristina e Cruzeiro, Azueira.



Figura 6 - Retábulo lateral do lado do evangelho da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Azueira.



Figura 7 - Retábulo lateral do lado do evangelho da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Azueira.



Figura 8 - Retábulo lateral do lado da epístola da Igreja Paroquial de São Pedro de Grilhões, Azueira.



Figura 9 - Retábulos colaterais da Igreja de São Pedro de Grilhões, Azueira.



Figura 10 - Retábulo principal da Ermida de São Julião, Carvoeira.



Figura 11 - Retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora do Ó, Carvoeira.



Figura 12 - Retábulo lateral do lado da epístola da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, Encarnação.



Figura 13 - Retábulo principal da Ermida de Nossa Senhora do Pópulo, Enxara do Bispo.



Figura 14 - Retábulo lateral do lado da epístola da Ermida de Nossa Senhora do Póculo, Enxara do Bispo.



Figura 15 - Retábulo principal da Ermida de São Sebastião, Enxara do Bispo.



Figura 16 - Retábulo principal da Ermida de Santa Comba, Enxara do Bispo.



Figura 17 - Retábulo principal da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Enxara do Bispo.



Figura 18 - Retábulo colateral do lado do evangelho da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Enxara do Bispo.



Figura 19 - Retábulo principal da Ermida de São Sebastião, Ericeira.



Figura 20 - Retábulo de São Miguel/Calvário da Igreja Paroquial de São Pedro, Ericeira.



Figura 21 - Retábulo da Nossa Senhora da Conceição da Igreja Paroquial de São Pedro, Ericeira.



Figura 22 - Retábulo da Nossa Senhora do Rosário da Igreja Paroquial de São Pedro, Ericeira.



Figura 23 - Retábulo principal da Igreja Matriz de São Silvestre, Gradil.



Figura 24 - Retábulos colaterais da Igreja Matriz de São Silvestre, Gradil



Figura 25 - Retábulo lateral do lado da epístola da Igreja Matriz de São Silvestre, Gradil.



Figura 26 - Retábulo lateral do lado da epístola da Igreja Matriz de São Silvestre, Gradil.



Figura 27 - Retábulo principal da Ermida de Nossa Senhora do Monte Carmo e Santo António, Murgeira.



Figura 28 - Retábulo principal da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Malveira.



Figura 29 - Retábulos colaterais da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Sobral da Abelheira.



Figura 30 - Retábulo principal da Igreja de Nossa Senhora do Codeçal, Sobral da Abelheira.



Figura 31 - Retábulo principal da Ermida da Picanceira / Ermida de Santo António, Santo Isidoro.



Figura 32 - Retábulo principal da Igreja Paroquial de Vila Franca do Rosário, Vila Franca do Rosário.



Figura 33 - Retábulos colaterais da Igreja Paroquial de Vila Franca do Rosário, Vila Franca do Rosário.



Figura 34 - Retábulo lateral do Santuário do Senhor Jesus da Pedra (c. 1746), Óbidos.



Figura 35 - Retábulos laterais da Sé de Braga (c.1779/1781), Braga.

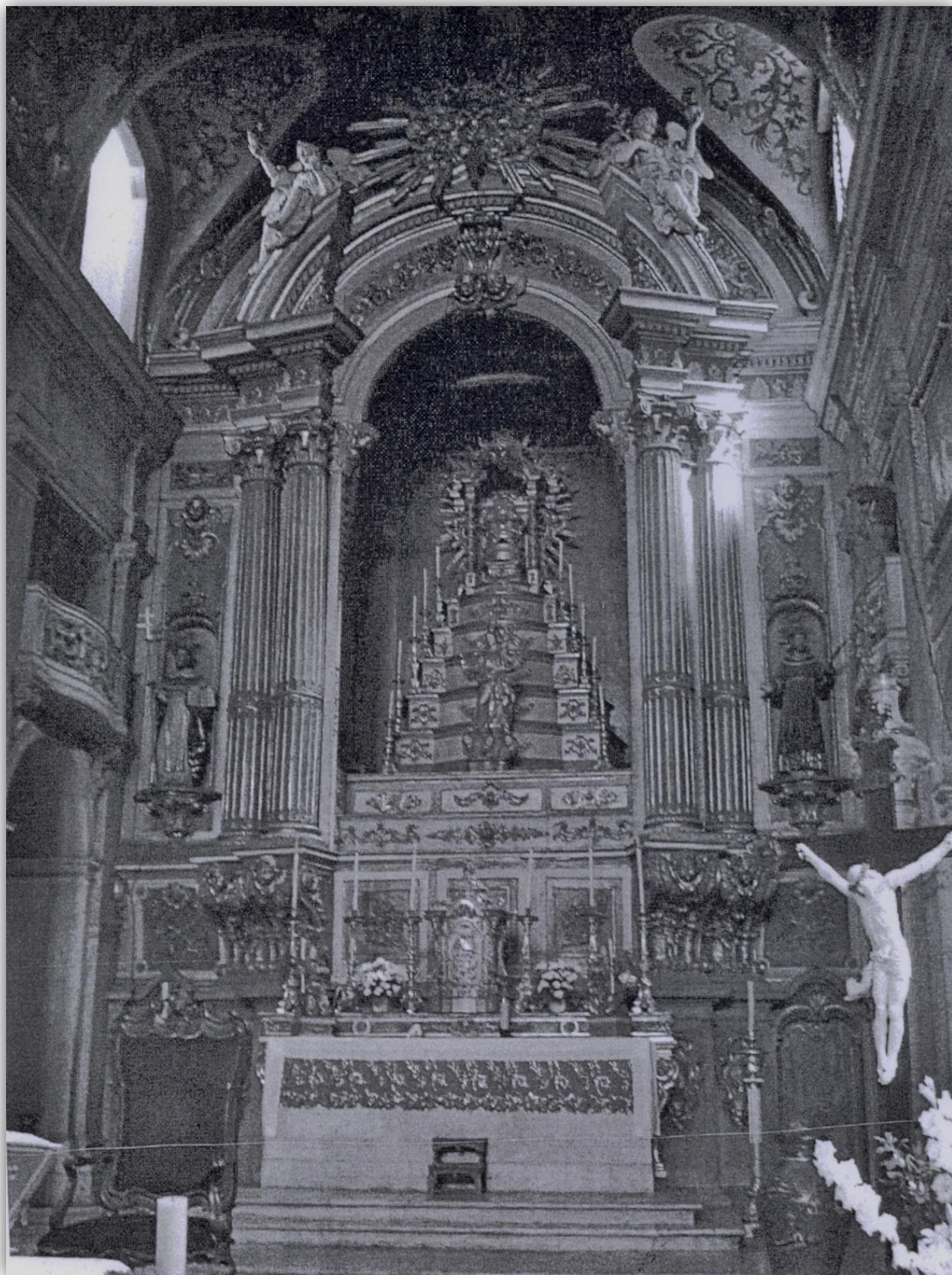


Figura 36 - Retábulo principal do Convento de Jesus / Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Mercês (década de 70 do século XVIII), Lisboa.



Figura 37 - Retábulo principal da capela privada da Quinta da Alfarrobeira (c.1722), Lisboa.

2. Apêndice documental



Ilustração 1 – Concelho de Mafra

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E DONATÁRIOS¹²⁴*(actual área do concelho de Mafra)*

LOCALIDADES	DEP. ADMINISTRATIVA	DONATÁRIOS
Alcainça	Termo de Sintra	Visconde de Vila Nova de Cerveira
Azueira	Termo de Torres Vedras	Coroa
Carvoeira	Com termo próprio	Reguengo
Cheleiros	Com termo próprio	Casa do Infantado
Fanga da Fé (Encarnação)	Termo de Torres Vedras	Rodrigo António de Figueiredo (Padroeiro da capela de N. S. da Encarnação)
Enxara do Bispo	Termo de Torres Vedras	Colégio de Stº Antão (fora da Mesa Episcopal de Lisboa)
Ericeira	Com termo próprio	Marquês do Louriçal
Gradil	Termo de Torres Vedras	Reguengo, das capelas do rei D. Afonso IV
Igreja Nova	Termo de Sintra	Rainha (?)
Mafra	Com termo próprio	Rei
Milharado	Termo de Lisboa	Coroa
Santo Estêvão das Galés	Termo de Lisboa	Rei
Santo Isidoro	Termo de Mafra	Rei (?)
Sobral da Abelheira	Termo de Torres Vedras	Rei
		Marquês do Alegrete

¹²⁴ Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Santo André de Mafra”, in *Boletim Cultural '96*, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 311.

Orago das Localidades¹²⁵

LOCALIDADES	ORAGO DAS PARÓQUIAS
Alcainça	S. Miguel
Azueira	S. Pedro de Grilhões
Reguengo da Carvoeira	N. Sr. ^a da Expectação do Porto (n. Sr. ^a do Ó)
Cheleiros	N. Sr. ^a da Assunção
Fanga da Fé	S. Domingos
Lobagueira (actual Encarnação)	N. Sr. ^a da Encarnação
Ericeira	S. Pedro
Enxara do Bispo	N. Sr. ^a da Assunção da Serra
Gradil	S. Silvestre
Mafra	Santo André
Igreja Nova	N. Sr. ^a da Conceição
Santo Estêvão das Galés	Santo Estêvão
Milharado	S. Miguel
Sobral da Abelheira	N. Sr. ^a da Oliveira
Santo Isidoro	Santo Isidoro

¹²⁵ Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Santo André de Mafra”, in *Boletim Cultural* '96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, p. 318.

Interrogatório de 1758 feito por ordem do Ministro do Reino, Sebastião José de Carvalho e Mello¹²⁶

I

Advertência: que as respostas ao interrogatório sejam redigidas em letra bem legível e sem abreviaturas.

1. Qual o bispado, província, comarca termo e freguesia em que se encontra a paróquia.
2. De quem é a donatária da terra.
3. Quantos vizinhos e habitantes tem a paróquia.
4. Onde se encontra geomorfologicamente situada (campina, vale, monte) e quais as povoações que se avistam dos seus lugares mais altos.
5. Se houver lugares no termo, quais os seus nomes e número de habitantes.
6. Se a paróquia está situada dentro ou fora do lugar e quais as terras que compõem a freguesia.
7. Qual o orago da igreja, quantos altares tem e de que santos, quantas naves tem, quantas e quais as irmandades anexas.
8. Se o pároco é cura, vigário, reitor, prior ou abade; se a igreja tem apresentação a outra igreja, e que rendas paga.
9. Se tem benefícios, ou rendas, e quem as apresenta.
10. Se tem conventos, masculinos e femininos, quais os seus nomes e padroeiros.
11. Se tem hospital, quem o administra e quais as suas rendas.
12. Se tem Casa da Misericórdia, qual a sua origem, rendas e outras informações memoráveis.
13. Se tem ermidas, de que santos e onde se encontram.
14. Se a essas ermidas acorrem romagens e quando.
15. Quais os produtos colhidos no campo.
16. Se tem juiz ordinário e câmara, ou está dependente das justiças e administração de outras terras (quais).
17. Se é couto, cabeça de concelho, honra ou beatria.
18. Se há memória de naturais que se houvessem notabilizado por virtudes, artes ou letras.

¹²⁶ Cf. Sérgio Gorjão, “Memórias Paroquiais de Santo André de Mafra”, in *Boletim Cultural* '96, Câmara Municipal de Mafra, 1997, pp.309-310.

19. Se tem feira, a que dias, se é franca ou cativa.
20. Se tem correio ou depende de outra terra.
21. Quantas léguas dista da sede de bispado e da capital do reino.
22. Se tem privilégios ou antiguidades de merecida menção.
23. Se há alguma fonte ou lago, e quais as suas propriedades.
24. Se confinar com o mar dever-se-á descrever o sítio, se tem porto, se é de fácil acesso e defesa, quais as embarcações que por aí transitam.
25. Se o lugar é murado, qual a qualidade dos seus muros: praça de armas, fortificação, se tem castelo ou torres antigas e qual o seu estado de conservação.
26. Se padeceu com o terramoto de 1755.
27. Dever-se-á registar tudo o mais que achar memorável.

II

O que se pretende saber das serras:

1. Como se chamam.
2. Qual a sua área (largura e comprimento), onde começa e acaba.
3. Quais os principais braços da serra e quais os seus nomes.
4. Que rios aí nascem, quais as suas características, para onde correm e onde desaguam.
5. Que vilas e lugares ela tem e quais os que correm junto dela (no sopé).
6. Se tem fontes e quais as suas propriedades.
7. Se tem minas de metais, pedreiras ou delas se extrai outros materiais.
8. Quais as plantas e ervas medicinais mais abundantes.
9. Se tem mosteiros, igrejas, romagens ou imagens milagrosas.
10. Qual a “qualidade do seu temperamento”.
11. Se nela se criam gados ou se pratica a caça.
12. Se nela há lagoas.
13. Dever-se-á registar tudo o mais que se achar memorável.

III

O que se pretende saber dos rios:

1. Os seus nomes e onde nascem.
2. Se nasce caudaloso e corre todo o ano.

3. Que outros rios confluem nele.
4. Se é navegável e por quais embarcações.
5. Se é violento ou quieto, em toda a distância ou em que troços.
6. Em que direcção corre.
7. Se nos rios se criam peixes.
8. Se se pesca e quando.
9. Se a pesca é livre ou de algum senhor, em todo o rio ou em troços.
10. Se nas margens se cultiva ou se criam árvores ou plantas silvestres.
11. Se as águas têm alguma propriedade.
12. Se tem sempre o mesmo nome ou em que partes muda.
13. Se desagua no mar ou em outro rio (e qual).
14. Se tem represas, levadas ou açudes que o tornem inavegável.
15. Se tem pontes de cantaria ou pedra (quantas e onde se situam).
16. Se tem moinhos, lagares de azeite, pisões, noras, ou outros engenhos.
17. Se se extraiu alguma vez ouro do rio.
18. Se as águas são de uso público para cultivo ou outros fins.
19. Se tem lagoas (quantas e onde). Povoações por onde o rio passa, onde nasce e desagua.
20. Dever-se-á registar tudo o mais que se achar memorável.

Memórias Paroquiais de 1758 – Concelho de Mafra¹²⁷

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE SÃO PEDRO DOS GRILHÕES DA AZUEIRA ⁽⁵⁾

Resposta aos interrogatórios que se me ordenam, para com brevidade e clareza, pela forma dos [re]quisitos declarados por seus números.

Ao 1. Este lugar de Azueira é província da Estremadura, patriarcado de Lisboa, comarca e termo de Torres Vedras, freguesia de São Pedro dos Grilhões, orago da mesma igreja anexa a Santa Maria da vila de Torres Vedras.

Ao 2. É terra da Coroa, sujeita às justiças da dita vila de Torres Vedras.

Ao 3. Tem duzentos e quarenta e três fogos, e [o] número das pessoas de comunhão: oitocentas e setenta e uma; e menores, sessenta e seis.

Ao 4. Está situada em um vale entre montes ordinários, de onde se descobre algumas povoações diminutas, que são lugares pequenos e casais de pouca entidade.

Ao 5. Já disse ser termo de Torres Vedras e no distrito ter aldeias pertencentes à mesma freguesia, uma delas chamada Bandalhoeira, que tem vinte e oito, de outras chamadas Caneiras, que tem vinte fogos, cujas pessoas já vão incluídas no número acima, e tem mais vários casais.

Ao 6. A paróquia está fora do lugar um tiro de mosquete ordinário.

Ao 7. O orago é São Pedro dos Grilhões, como já disse. Esta igreja continha cinco altares: o altar-mor do Sacramento e São Pedro, orago, e Nossa Senhora da Conceição, outro do Senhor Jesus, outro de Nossa Senhora do Rosário, outro de São Sebastião, outro de Santa Catarina, e era de uma só nave e, como se acha arruinada com o terramoto de 1755, e se trata da reedificação dela os fundamentos, não consta por ora que altares lhe ficaram. Tem uma irmandade das Almas e confraria de todos os Santos.

Ao 8. O pároco é intitulado cura [e] a sua apresentação é dos fregueses que, aprovada pelo padre prior da sua matriz [de] Santa Maria de Torres Vedras, vai a confirmar pelo Excelentíssimo Senhor prelado, que lhe costuma mandar pagar conta pelo tempo de um ano e o que rende esta ocupação serão cento e vinte mil réis.

Ao 9. Não tem beneficiados.

Ao 10. Não tem convento algum no seu distrito.

Ao 11. Tem uma casa a que chamam hospital e ermida do Espírito Santo, que ora serve a freguesia e, a renda do hospital, consiste em alguns foros, cujos rendimentos serão seis até sete mil réis, uns anos por outros.

Ao 12. Não tem esta freguesia casa ou templo, que se intitule de Misericórdia.

Ao 13. e 14. No distrito desta freguesia há várias ermidas, particulares umas e outras do povo; das particulares é uma na Quinta do Pato, intitulada Nossa Senhora dos Prazeres, de António Caetano Henriques; outra na Quinta das Barras, de São José, de António José de Barros e Vasconcelos e outra, na Vermoeira, intitulada de Santa Cruz, de João Manuel de Brito; outra na Quinta do Arneiro, de Nossa Senhora da Ajuda, de Nicolau de Melo da Silva; outras no mesmo sítio do Arneiro, de Nossa Senhora da Graça, dos reverendos padres da Companhia do porto; outra na Quinta da Figueira, da Senhora dos Remédios, de Manuel Dias Carvalho; e, dos populares, a de Santa Cristina fora de povoado, à qual acorrem romagens no tempo do Verão, que são seis sírios: o primeiro é no primeiro Domingo do mês de Setembro, o segundo no segundo Domingo do mesmo, o terceiro no quarto Domingo do dito mês e, os outros, em dia de todos os Santos. E outra, de Nossa Senhora do Livramento, mística ao sobre dito lugar da Azueira, à qual concorrem dois sírios: o primeiro pela Páscoa do Espírito Santo, o segundo em dia de Nossa Senhora da Assunção, o terceiro em o segundo Domingo do mês de Setembro e terceiro, em o quarto Domingo do dito mês, e outro em o terceiro Domingo do mês de outubro, e dois em dia de Todos os Santos e, o último, em o primeiro Domingo de Novembro.

Ao 15. Os frutos da terra em maior abundância que se utilizam os moradores distrito são: vinhos e, também, pão de pragana e milho se produz nela com abastança para os seus convizinhos, e azeite que chegará quase para meia parte do ano.

⁽⁵⁾ ANTT: **Memórias Paroquiais**, 1758, v. 5, maço 79, p. 1043-1046. Para além desta memória há uma outra (descrita com o número 80 e seguindo na paginação do mesmo volume com as páginas 1047 a 1053), referente a esta mesma freguesia, que aqui não transcrevemos devido às inúmeras falhas do suporte, o que quase impossibilita a leitura.

¹²⁷ Memórias Paroquiais digitalizadas: Sérgio Gorjão, “Memórias e Memorialistas – 1.Memórias Paroquiais”, in *Boletim Cultural* '96, Câmara Municipal de Mafra, 1997.

Ao 16. O juiz de fora da vila de Torres Vedras, costumado da câmara, é o que governa as justiças modo ordinário.

Ao 17. Não é couto nem tem outro algum concelho mais que o acima dito, e é regida como cabeça de comarca, com provedor e corregedor dela.

Ao 18. Desta freguesia têm saído homens de bem que floresceram em letras e armas, segundo a tradição dos antigos e, de presente, há muitos formados na cidade de Coimbra e achais ministros de Sua Majestade.

Ao 19. Nesta freguesia não há feriado de feira alguma.

Ao 20. Não tem correio público esta freguesia e se valem as pessoas dela de mandar pelas cartas à vila de Mafra ou de Torres Vedras, por onde passa o recoveiro [?].

Ao 21. Dista esta freguesia seis léguas da corte e patriarcado de Lisboa.

Ao 22. Os lugares desta freguesia não têm mais privilégios alguns particulares e, como já disse, sujeitos às justiças da cabeça de comarca.

Ao 23. Não há especialidade, neste distrito, de fontes ou lagoas, mais que as fontes ordinárias.

Ao 24. É distante do mar duas até três léguas o território desta freguesia, por esse respeito nem mais mimoso de pescado, nem mais estéril do que costuma haver em distâncias tais.

25. É terra aberta sem fortificação alguma.

Ao 26. Padeceu esta freguesia grande ruína em o terramoto do ano de 1755, assim a igreja da freguesia, como já disse, e a capela da Senhora do Livramento, e a ermida dos Reverendos Padres da Companhia, que tudo foi demolido, e muitas moradas de casas, e outras arruinadas, e está ainda diminuta de reparos. Quanto ao que se procura saber de particularidades de serra eminente, ou rio caudaloso, não há que responder nestes particulares, porque de nenhum deles há memorável neste distrito.

Cura Mathias Caetano



MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO DO PORTO (ANTI-GA NOSSA SENHORA DO Ó) DO REGUENGO DA CARVOEIRA ⁽⁶⁾

Desta freguesia de Nossa Senhora do Porto, reguengo da Carvoeira, em cumprimento dos interrogatórios que se inquire saber é o seguinte que contém em si esta terra, tem por nome e é chamada Carvoeira.

1. Esta terra fica na província de Lisboa, pertence ao Patriarcado de Lisboa, é comarca de Torres Vedras, reguengo da Carvoeira, freguesia de Nossa Senhora do Porto.
2. O donatário desta terra é, ao presente, Joaquim Miguel Lopes de Lavre.
3. Tem esta terra trinta e seis moradores e pessoas são cento e oitenta e duas, pouco mais ou menos.
4. Dentro nela e, pelos lugares da mesma freguesia, tem trezentos e noventa, pouco mais ou menos.
5. O sítio dela é em um outeiro baixo. As povoações que dela se descobrem são as seguintes: um lugar que chamam o Urzal, outro que se intitula Gonçalvinhos, outro que é chamado o Zambujal, outro a que chamam as Casas Velhas, outro que é por nome Leitões, outro que é chamado o Seixal, outro por nome Casalinhos, outro que é chamado Fonte Boa da Brincosa, os quais lugares ficam distantes desta terra um quarto de légua.
6. Esta terra é determinada e reguengo separado, compreende em si nove lugares e o nome deles é o seguinte: um se chama o Urzal, outro chamado Carrascal, outro se chama os Casalinhos, outro se chama Fonte Boa da Brincosa, outro se chama Baleia, outro se chama Valbom, outro Barril de Baixo, outro Barril de Cima, outro Pobral ⁽⁷⁾, dos quais, principiando pelo primeiro que se chama Urzal, tem sete vizinhos e moradores e; segundo, que é Carrascal, tem três vizinhos; o terceiro, que é Casalinhos, tem dezanove moradores e vizinhos; o quarto, que é chamado Fonte Boa da Brincosa, tem vinte e nove vizinhos; o quinto, que se chama Baleia, tem oito vizinhos; o sexto, que se chama Valbom, tem três moradores e vizinhos; o sétimo, que se chama Barril de Baixo, tem três vizinhos; o oitavo, que se chama Barril de Cima, tem quatro vizinhos; o nono e último, que se chama Pobral ⁽²⁾, tem oito vizinhos.
7. A paróquia desta terra está distante fora dela quase meio quarto de légua, junto a um do e os lugares que tem são os que ficam ditos neste parágrafo supra e, os nomes, são também os que nele relatei.
8. O seu orago é Nossa Senhora da Expectação do Porto, contém em si três altares, em (que) se invoca São Sebastião, outro é chamado de São Mamede e, outro (altar mor) é de Nossa Senhora da Expectação do Porto e tem, dentro da mesma igreja, duas colunas pequenas nas quais descansa o coro da mesma igreja. Tem uma só irmandade, a qual é de Nossa Senhora da Expectação do Porto.
9. O pároco que nele há é cura e a apresentação é dos fregueses dela, e aprovação ou confirmação do prior da vila de Cheleiros e, a renda que o cura tem, *ad pluvium* [?], é cem mil réis.
10. Não tem beneficiados, nem conventos, nem tão pouco hospital, nem Casa de Misericórdia.
11. Tem esta terra duas ermidas, uma se chama Santo António e, outra, é chamada São Julião, esta está distante deste lugar da Carvoeira um quarto de légua, próxima do mar, aquela está junto a este lugar da Carvoeira, o qual, como já disse, se chama Santo António e, ambas, pertencem aos fregueses.
12. Nesta ermida de Santo António não vem a ela romagem e, só no seu dia, que [é] a treze de Junho, fazem os mordomos desta mesma freguesia sua festa; àquela que é de São Julião acodem, em alguns dias do ano, algumas pessoas de romagem, os quais dias são os que se seguem: o dia depois da Epifania, em Janeiro, que é a sete do dito mês, o Domingo antes do dia de Santo António e o primeiro Domingo do mês de Setembro.
13. Os frutos que os moradores desta terra recebem em mais abundância é vinho, e pão e algum milho, porém o vinho é em mais saturidade, também recolhem alguns legumes, mas poucos, e alguns melões e melancias, pêras também, em pouca quantidade.
14. Nesta terra há juiz, e almoxarife e ordinário. Tem câmara e não consta, nem se sabe, que esteja súbdita a outra justiça.
15. É esta terra reguengo apartado que nele se sentenciam causas o litígios.

⁽⁶⁾ ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 31, maço 54, p. 307-310.

⁽⁷⁾ Pobral vem redigido com a grafia *Povoral*.

16. Desta terra não há memória que saíssem homens insignes nas artes liberais ou virtudes.
17. Nesta terra não se faz feira alguma, nem tem correio, só sim, tem algumas pessoas que vão à cidade de Lisboa, das quais se serve alguma criatura que queira alguma coisa da corte. Está esta terra distante da cidade de Lisboa, capital do reino, seis léguas.
18. Tem esta terra alguns privilégios, dos senhores Filipes reis, isentas algumas coisas, isto é: de canas, bestas e outras coisas semelhantes que contêm em si os ditos privilégios.
19. Nesta terra não há fonte nem lagoa de especial virtude ou qualidade.
20. Nesta terra não há porto de mar no qual entrem embarcações, nem também tem muros ou fortalezas, só tem uma casa pequena que serve de facho ou vigia próxima do mar em tempo presente, sendo ainda algum tanto destruído do terramoto e pouco reparada.
21. Nesta terra não há serra de que neste interrogatório se faz memória nem lembrança, pois nesta terra não há senão uns vales e montes, dos quais não há coisa digna de especialidade. E nestes vales se criam alguns animais, os quais servem para o fabrico das terras. Nos mesmos montes alguma caça se cria, suposto que é pouca, são perdizes e coelhos. Não tem esta terra lagoa, ou fojos, só sim um, em um rio como abaixo explicarei. O temperamento destes montes e vales é cáldo no Verão e frígido no Inverno.
22. Nesta terra há um rio o qual se chama o rio de Nossa Senhora do Porto, e tem o seu princípio onde chamam a Malveira. O seu nascimento não é muito caudaloso, as águas deste fio, pelo verão, se secam em algumas partes e, em outras, não; e neste sítio só um rio pequeno entra, o qual se chama da Vidigueira e neste mesmo rio entram alguns regatos.
23. Este rio se chama de Nossa Senhora do Porto, não é navegável nem hábil para embarcações em toda a distância dele. Não é de rápido curso, só quando as águas no Inverno se multiplicam e crescem.
24. O seu curso é do Nascente, do qual tráz seu nascimento, e finaliza no Poente. Alguns peixes cria em maior abundância, os quais se chamam fataças ou, por outro nome, taínhas, as quais entram para ele por um pequeno braço de mar que, no mesmo rio, mete mar quando é mais bravo e isto só no tempo do Inverno, que daí para diante o mar o tapa com areia e não correm as águas. Também tem alguns peixes que se chamam corveias e mais alguns peixes que se chamam bordalos.
25. Neste rio há algumas pescarias, ainda que poucas, as quais comumente são no tempo do Inverno e algumas no Verão, e as pescarias que nele se fazem são de cana e algumas com a rede de larefa [?] ou três malhas, mas estas são proibidas pela câmara deste senado, desde uma ponta que este rio tem para baixo até quase ao mar, que será de distância menos de meio quarto de légua, e as pescarias de cana são livres e isentas.
26. Nas margens deste do se cultivam e não têm qualidade alguma de silvestre e, só sim, as suas margens constam de vinhas e terras que se cultivam para pão. As suas águas não têm particular virtude alguma.
27. Sempre, em todo o tempo, conserva este nome, fenece e acaba no mar. Neste rio não há represa, levada, açude ou cachoeira que embarquem para ser navegável.
28. Tem este rio uma ponte, a qual é fabricada de cantaria, a qual está no sítio da igreja de Nossa Senhora do Porto, junto à dita igreja, de distância de vinte passos, pouco mais ou menos.
29. Este rio, neste sítio, não tem moinhos, lagares de azeite, pisões, noras ou outro algum engenho, nem dele há memória que em tempo algum se tirasse algumas coisas que diziam respeito a ouro ou prata.
30. Os povos e gente do sítio deste rio usam livremente das suas águas, não para a cultura dos campos, que dele se não podem utilizar os moradores para a cultura das margens do mesmo modo, mas sim os animais se aproveitarem para saciar a sede e não tem função alguma que as povoações estejam agregadas e sujeitas. Tem este sítio de longitude, onde principia até onde fenece e acaba, duas léguas e meia; tem princípio onde chamam a lage e, daí, à Malveira e, daí, passa por onde chamam a Alcaínça e, daí, por um sítio que chamam Farelo e, daí, passa pela ribeira da vila de Cheleiros, pelo Moinho da Cruz e pelo Moinho de Cima e, daí, pelo Moinho de Valbordo e pelo pé de um lugar que chamam Carvalho e, entrando neste sítio, não passa por povoação alguma e finaliza normal. E, finalmente, é esta terra pensionária e quarteira, pois dela se pagam quartos ao senhor dela, que é Joaquim Miguel Lopes de Lavre. E não sei que haja coisa alguma de que faça menção, os interrogatórios, mais.

Carvoeira, 28 de Março de 1758

O Cura Luís António Cavado

22. Dizem ter esta vila, por seus antigos privilégios, de não se fazerem soldados aos seus moradores, pelos direitos dos quartos que pagam ao seu donatário.

23. Não há nada.

24. Não há nada.

25. Não há nada.

26. Padeceu ruína no terramoto de mil setecentos cinquenta e cinco, grande parte da igreja e várias casas dos moradores da dita vila e seu termo. Porém a ruína da dita igreja se acha já reparada, não ainda de todo, pela suma piedade do Sereníssimo Senhor Infante Dom Pedro, que para o seu reparo lhe mandou dar uma copiosa esmola.

Quanto ao[s] Rios

1. Toma o seu nome da mesma terra por onde passa e se chama, vulgarmente, Rio de Cheleiros, o qual tem seu principio na lagoa da Malveira, freguesia de Alcainça.

2. É caudaloso nas muitas águas das chuvas que recebe, e corre todo o ano, até o sítio desta vila com as águas das fontes que recebe.

3. Entra nele três rios dentro do termo da vila: um no sítio de Mourão. Outro no sítio Alparer. Outro no sítio do Arquitecto e alguns outro pequenos regatos.

4. Não é navegável.

5. É rápido desde o sítio de onde nasce, até ao lugar do Carvalho, termo desta vila e, daí para baixo, é mais sereno.

6. Corre de Nascente para Poente, com suas voltas ao Norte.

7. Cria peixes pequenos a que chamam bordalos, de que os moradores se aproveitam para as consoadas da quaresma.

8. Está dito.

9. Está dito.

10. Tem cultura as suas margens em algumas partes e, em outras, não admitem cultura.

11. Não há nada.

12. Enquanto corre pelo termo conserva sempre o mesmo nome.

13. Termina, este rio, no mar na costa da Ericeira.

14. Tem vários açudes por toda a sua extensão.

15. Tem uma ponte de cantaria que fica dentro na mesma vila e, outra, na freguesia de Nossa Senhora do Porto, de dois pequenos arcos.

16. Tem seis moinhos dentro da freguesia e um lagar de azeite.

17. Não há notícia que dele, ou de suas áreas, se extraísse ouro.

18. Livremente usam os moradores de sua águas se lhes são necessárias.

19. Desde o seu nascimento até o mar de onde entra, tem quatro léguas, sem que passe por outra povoação, senão da dita vila.

Esta é a notícia que com toda a verdade pude descobrir nos interrogatórios que se me ofereceram.

Cheleiros, 20 de Março de 1758.

O Prior Jerónimo Pereira de Abreu

19. Há no sobre dito sítio de Nossa Senhora da Encarnação duas feiras francas por provisão de Sua Real Magestade, uma no segundo Domingo e Segunda-Feira do mês de Setembro e a outra no segundo Domingo e Segunda-Feira de Outubro, em que se vende todo o género de fazenda.
 20. Não tem correio, serve-se do da vila de Torres Vedras ou do de Mafra, que dista duas léguas.
 21. Dista esta freguesia de Lisboa, cidade capital do reino e cabeça de patriarcado, sete léguas.
 22. Não sei que tenha privilégio algum, nem alguma outra antiguidade ou coisa digna de memória.
- O Cura António Bernardes**



Pórtico de acesso ao actual (após 1755) adro da Igreja de S. Domingos da Fanga da Fé.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DA SERRA DE ENXARA DO BISPO ⁽¹⁴⁾

Resposta aos interrogatórios que por ordem do Excelentíssimo Senhor arcebispo se mandaram fazer sobre a situação e freguesia de Enxara do Bispo.

1. Este lugar da Enxara do Bispo é sítio na província da Estremadura, é cabeça de freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Serra, do Arcebispo de Lisboa, termo da vila de Torres Vedras.

2. Foi este lugar da Mesa Episcopal e se desanexou a peditório do Excelentíssimo Senhor Cardeal Dom Henrique, quando arcebispo de Lisboa e o deu, com suas terras, aos reverendos padres da companhia para sustentação dos estudos do colégio de Santo Antão de Lisboa, de quem ora é e cobram os quartos do pão, e sexto do vinho, como cobrava a mesma Mesa Episcopal. Este padres apresentam a igreja em que é vigário colado, com passaias e dízimos separados; porém, no que respeita à justiça é governada, e toda a freguesia, pela de Torres Vedras.

3. Tem este lugar cinquenta vizinhos e, os mais lugares desta freguesia, são todos mais pequenos, excepto o de Vila Franca do Rosário que tem cinquenta vizinhos e fazem os fogos desta freguesia, duzentos e setenta e um, a pessoas de comunhão oitocentos e oitenta e cinco e, os que não comungam, sessenta e oito.

4. O sítio em que se acha fundado é um plano que faz a descida de uma pequena serra que lhe fica pelo Nascente e, do tal plano, indo ao Poente em distância de três mil passos, finda o declive em uma várzea de pouca largura, mas comprida quase três léguas pelas voltas que faz costada de um regato ou rio, que fertiliza e se vai meter no mar no lugar a que chamam Rendada [?]. Pela parte do Norte e Sul, também tem algum declive, mas curto, e tem outeiros pequenos que quase o cercam. As povoações que se descobrem da igreja matriz, que fica mais alta que o dito lugar e ao Nascente dele, são: do Sul, o lugar de Vila Pouca, em distância de dois mil passos; logo adiante deste lugar, para o mesmo Sul, em igual distância, o do Terroal; depois vários casais vizinhos, como são o do Cabrito, o de Passos, Agueira, e se juntam de frente destes casais, para a parte do Poente, o lugar de Vila Franca do Rosário e, logo depois deste lugar de Vila Franca, os casais da Guarda de Baixo e guarda de Cima; da parte do Poente da dita igreja matriz se descobre o lugar de Tourinha, em três mil passos de distância e a Quinta do Casal Novo; para o Norte se acham os outros casais e quintas, como são as Boiças e indo desta ao nascente, os casais dos Almoinhos, Pocariça, o lugar de São Sebastião, a Quinta de Nossa Senhora de Charnais e alguns casais pequenos.

5. Não tem termo seu porque o é do de Torres Vedras, porém tem dois juizes da vintena, que têm jurisdição no lugar da Enxara do Bispo, de cinquenta vizinhos; no lugar de Vila Pouca, de trinta; no lugar de Terroal, que tem vinte vizinhos e Tourinha, de sete; o outro juiz da vintena governa em o lugar de São Sebastião, que tem cinquenta vizinhos, na Enxara dos Cavaleiros, que é vila de quarenta vizinhos, tem termo (posto que é pequeno) e tem juiz ordinário, escrivão e mais justiças que governam nesta dita vila e seu termo, em que entra o lugar da Ervideira e Cardosas; e o lugar de Vila Franca do Rosário, que tem sessenta vizinhos, é governado pelo juiz ordinário e escrivão do Reguengo do Gradil, pertencente às capelas do Senhor Rei Dom Afonso o quarto.

6. A igreja se acha no plano de uma subida que sai do lugar da Enxara do Bispo, para uma cerca do monte que lhe fica ao Nascente em menos de mil passos e compreende em si as seguintes povoações: para o Nascente a vila de Enxara dos Cavaleiros, que dista da paróquia meio quarto de légua, de cuja vila é donatário o Excelentíssimo visconde de Vila Nova de Cerveira; adiante mais, a dois mil passos de distância, o lugar da Ervideira; e, em outra distância deste, o lugar das Cardosas. Para o Poente tem o lugar da Tourinha e um casal do mesmo nome e Quinta do Casal Novo. Para o Norte um quarto de légua, o lugar de São Sebastião, dividindo em dois corpos entre os quais há vários cerrados de cultura e, logo adiante, tem o Casal Novo, a Quinta das Cardosas e o Casal do Vale; tem mais, pelo mesmo Norte, indo do dito lugar de São Sebastião buscando o Poente, os casais da Pocariça, Almoinhos, Boiças Poucas e outros casais de menos conta. Para o Sul lhe fica o lugar de Vila Pouca, o do Terroal, os

⁽¹⁴⁾ ANTT: **Memórias Paroquiais**, 1758, v. 13, maço 25, p. 211-220.

Casais do Quintão, Aguieira, Passos, Casal do Cabrito, o lugar de Vila Franca do Rosário, os casais da Guarda de Baixo e Guarda de Cima, Malforno, Quinta da Tafoia [?] [e] as Azenhas.

7. O orago desta freguesia é Nossa Senhora da Assunção da Serra, cuja igreja é antiquíssima, é de uma só nave, com três altares, no principal tendo Nossa Senhora da Assunção posta no trono da tribuna, imagem de cinco palmos de alto, de bela escultura e veneranda, e é vestida com caseleira. À parte da Epístola: São Francisco Xavier e, do Evangelho, Santo Inácio, ambos de estofos. Nos altares colaterais, no da Epístola, estava no meio Nossa Senhora do Rosário, imagem perfeita de estofos, de mais de cinco palmos de alto, da parte esquerda Santos António e, da direita, Santa Catarina, ambas de estofos. No altar do Evangelho estava no meio o Santo Cristo da parte esquerda São Sebastião, de estofos e, da direita, de pedra, Santa Ana com a Senhora nos braços e, a Senhora, com o menino Jesus, que faz a altura de quatro palmos; todas as imagens antigas, mas mui perfeitas. A igreja era de abóbada de tijolo com cordões de pedra entrançados, obra primorosa e todo o tecto pintado com ramos e flores, com remates de ouro; as paredes cobertas todas de azulejo antigo, cruces de pedra, sinal de ser sagrada e o foi pelo bispo Dom António aos oito de Outubro de mil e quinhentos e trinta e quatro, como consta de uma pedra que se acha da parte de fora da igreja, da banda direita da porta principal, escrita em letra gótica, já gasta que mal se lê; e, posto que esteja embutida na mesma parede, é a igreja mais antiga e se não sabe quem fosse o seu fundador e se entende ser uma pessoa que se achava em um caixão de pedra, obra pouco polida, e encostada à ilharga da porta travessa da mesma igreja para a parte do Sul e Poente e, por este lado tinha a dita igreja quatro gigantes de pedra lavrada que se lhe tiram por estarem, no terramoto, afastados das paredes. Tem esta igreja a irmandade do Santíssimo Sacramento, confraria de Nossa Senhora da Assunção da Serra, de Nossa Senhora do Rosário, de Santo António, de Santa Catarina, de São Sebastião, de São Pedro e do Nome de Jesus; e a todas se fazem festa[s] todos os anos e nas ermidas desta freguesia e em todas há confrarias dos oragos delas.

8. O pároco é vigário que apresenta o reitor do colégio de Santo Antão de Lisboa e tem regalias de ser colada e nomear Cura, a quem pagam quando têm a renda: deitaram a trezentos mil réis e o reitor do colégio lhe dá oito mil réis para ajuda da paga que o cura paga.

9. Não tem beneficiados.

10. Nem tem conventos.

11. Tem hospital mas de pouca renda, instituindo ou dotado pelo senhor rei Dom Manuel e o administra hoje a Irmandade das Almas, sita na ermida do Divino Espírito Santo, no mesmo lugar da Enxara do Bispo.

12. Não tem Casa da Misericórdia, porém o hospital tem obrigação de receber os pobres passageiros doentes e remetê-los, por ordem do juiz provedor da Irmandade das Almas, para o lugar da Sapataria, meia légua de distância, onde também há ermida do divino Espírito Santo, com obrigação de os recolher a mandar para outro hospital até chegar ao Real de Lisboa.

13. Tem este lugar da Enxara do Bispo a ermida do Divino Espírito Santo, que é pública e [a] administra a Irmandade das Almas, a qual a deu o senhor rei Dom João V para nela se estabelecer, com [a] obrigação de a consertarem os irmãos, que estavam com grande ruína e quase caída e, hoje, depois do terramoto, serve de freguesia. Tinha duas ermidas particulares muito antigas, uma dentro do paço das casas do visconde da Vila Nova de Cerveira, que era de São Paulo, outra de São Miguel pegada com as casas da quinta de [José Carlos?] de Mattos e Miranda, que tinha as imagens de São Miguel, de estofos, de altura de quatro palmos, antiga, mas de muita perfeição; a de Nossa Senhora da Conceição, vestida, de menos altura; a do Menino Jesus, São José, São Gonçalo, São Francisco de Paula [e] Santo António. Na vila da Enxara dos Cavaleiros há um ermida do povo, da invocação de Nossa Senhora do Pópulo, imagem milagrosa que, em um ano de muitas doenças daquele povo, se viu evidentemente que tinha suado a camisa a qual se meteu em um caixão com vidraças e nele se venera, e assim foi ao paço no tempo que ainda estava em Portugal a Sereníssima Senhora Rainha de Castela. É esta ermida de uma só nave, com três altares, arco [que divide a capela mor], em que está colocada a imagem milagrosa de Nossa Senhora, que é de vulto vestida, e se festeja a oito de Setembro com missa cantada, e sermão, e o Santíssimo Sacramento exposto a procissão. No altar da Epístola se acham as imagens de Santos Amaro e de Jesus, Maria José; no do Evangelho a do Santo Cristo e Santo António. No lugar de Vila Franca do Rosário há outra ermida do povo em que está colocada Nossa Senhora do Rosário e, porque a ermida é pequena [e] tinha a devoção, dado o princípio a maior igreja de cantaria com torres, mas

22. Dizem que tivera privilégios de ser isenta de se alistarem dela soldados, por ter sido quinta da Mitra, mas não se observa.

23. Há no fim do monte, ou conto lhe chamam: Serra do Socorro, junto ao lugar de São Sebastião, para a parte sul do mesmo monte, uma fonte natural que se acha de baixo de uma laje que terá novo palmos em quatro, que se firma por três lados em penedos brutos, que forma uma lapa que olha ao meio dia e pela dita lapa está destilando tanta água que os moradores do dito lugar, talvez mouros, que por aquele sítio têm outras obras suas, pondo-lhe uma laje por guarda na boca da dita lapa, fizeram uma fonte que de Inverno e Verão tem sempre três palmos de água, sem lhe conhecerem outro nascimento mais, que o que está destilando por várias partes da laje que a cobre, com pouca, tal que parece ter muito pouca, o que cá é para conservar a laje; a fonte, sendo muita a água que se lhe tira para o povo vizinho para beber e gostar, e sendo muito pouca a terra que tem por cima da mesma laje onde também se lhe não conhece abertura por onde a água saia.

24. Não é porto de mar e lhe dista três léguas a Ericeira.

25. Não há que dizer neste artigo.

26. Todos os lugares desta freguesia padeceram muita ruína no passado terramoto, não só a igreja matriz que caiu a abóbada, frontespício, torres e o arco da capela mor, teve muita ruína e também caiu a sacristia e todas as mais ermidas desta freguesia ficaram incapazes de se celebrar nelas; e a que menos padeceu foi a ermida do Divino Espírito Santo deste lugar da Enxara do Bispo, que só da capela mor de abóbada caiu metade e a que ficou sem coisa alguma de ruína foi a ermida do Monte do Socorro e, porque o Santíssimo se ficou com muito risco da igreja matriz e se pôs este em uma casa de celeiro da Irmandade das Almas, está com a sua devoção e os mais povos desta freguesia a repararam para fazer nela paróquia, enquanto se não concerta a matriz, que só tem de reparo o estar coberta.

A do visconde totalmente caiu-lhe os alicerces e assim está.

A de José Carlos de Matos caiu-lhe o tecto e ficaram as paredes que necessitam de se apearem e não tem concerto algum.

Porém, as ermidas dos mais povos desta freguesia, como Enxara dos Cavaleiros, São Sebastião, Vila Pouca, Vila Franca, sim têm tido alguns reparos para nela se poderem dizer missa, mas muito poucas, porque os povos são pobres e o ficaram muito mais com o terramoto e com tanta esterilidade que se lhe seguiu, e não puderam gastar com as ermidas nem com as casas, que é muito pouco o reparo que nelas se tem feito.

Quanto aos segundo interrogatórios:

A este segundo interrogatório pouco há que responder, porque não há serra nesta freguesia, posto que se chama assim a um monte que há por cima da igreja matriz. Ao Nascente deste monte as povoaç[ões] que há são: a vila da Enxara dos Cavaleiros, o lugar da Ervideira e o lugar das Cardosas.

6. No outeiro ou monte, chamada a Serra do Socorro, ao Sul dele há a fonte que se diz no número vinte, há muitos olhos de água mas sem artifício.

7. Há notícia que tem minas de ouro e, no ano de mil e setecentos e cinquenta e dois, com licença de sua Magestade Fidelíssima, andaram uns homens que tinham estado no Brasil a minerar nele e tiraram grãos de ouro, mas porque o sítio é alto o agreste e, posto que tenha muita água (mas) fica baixa para poderem levar ao sítio da mina para o baldearem, desistiram da obra e não tornaram aquele sítio.

8. Não tem ervas medicinais, mas as vulgares em qualquer chão. Tem muita pedra inútil e se cultiva pouca terra para pão, e não se cultiva mais pela eminência da sua forma e a muita pedra solta, de que é coberto principalmente do meio para cima, a que chama mocado, e se sobe em voltas ainda de pé.

9. Há no mais alto deste monte um plano que, em diâmetro, terá cem passos e, no meio dele, está uma ermida de Nossa Senhora do Socorro e se diz fora fundada pela mesma pessoa que fizera a dita matriz, com tenção em deserto e, porque se fora povoando o dito lugar da Enxara, fizera esta dita ermida neste monte ou outeiro, onde vivera e, por sua morte, o puseram no caixão de pedra que se diz no número sétimo do primeiro interrogatório e tem a romagem que se diz no número dezanove do primeiro interrogatório.

10. Não tem lagoas, fojos, mas muitas fontes de muita água, de sorte que dizem os povos vizinhos, que tem tantas fontes como dias o ano. E em uma tinham os muros dado princípio a canos para levarem para o lugar da Enxara do Bispo uma telha de água de uma fonte, segundo a tradição, mas todas são brutas.

Quanto aos últimos interrogatórios

1. Nesta freguesia não há rio considerável, porque só há uns regatos que se secam de todo, porém há um chamado Reguengo de Gradil, que nasce junto ao lugar de Vila Franca do Rosário e corre do Sul e pelo Poente deste lugar de Enxara do Bispo e se vai aumentando com outros regatos inferiores e sem nomes. De Inverno recebe muita água e se alaga muito pelas varzeas que o cercam e as faz viçosas e abundantes de pão o vinho. Corre manso e por esta causa se vai enchendo de areia. Fazem as suas águas algum dano nas fazendas das ditas margens.

10. Aos números dois até nove não há nada que responder mais [que] o que se diz no primeiro e neste décimo: que todas as margens se cultivam por serem boas e férteis, que tem por isso arvoredo, tanto de frutas boas como da árvores silvestres, que os seus donos não deixam criar grandes.

12. Sempre tem o mesmo nome [o rio] de Reguengo, nesta freguesia, e não se sabe que tivesse outro de tempo do Senhor Dom Afonso IV, que foi das capelas sitas na Sé velha, hoje Basílica de Santa Maria, todas as terras que lhe ficam da parte esquerda da sua corrente e ao Poente dela, e daqui se chama Reguengo do Gradil.

13. Morre no mar em um povoação que chama Rendada [?] duas léguas distante do seu nascimento, mas pelas voltas que tal tem três léguas de comprimento e neste sítio se alarga muito mais pelas campinas daquele lugar, que se alagam e fertiliza tanto aqueles campos que, chegando-se a encharcar pelo São João, se semeiam então, e em cinco até sete semanas se colhe o trigo, cevada e milho, que se lhe semeia e produz com abundância grande.

14. Nunca pode ser navegável porque não tem águas capazes disso, porque só com a chuva se faz caudaloso.

15. Não tem ponte por este sítio, senão uma pequena de pedra junto ao lugar da Tourinha [e] em outras partes tem algumas passagens de pau, que só admitem passagem de gente.

16. Tem alguns moinhos, mas poucos, porque só de Inverno corre e, de Verão, fica com alguns charcos.

18. Todos usam das suas águas como querem.

19. Tem este rio de comprimento três léguas pelas voltas que faz nesta freguesia, passa vizinha da de Vila Franca do Rosário, quase no seu nascimento e fica ao Nascente deste lugar, e passa pelo Poente do lugar de Vila Pouca e, também, pelo Poente deste [lugar] da Enxara do Bispo, pelo Sul do lugar da Tourinha e busca o lugar do Gradil que lhe fica ao Poente do mesmo rio, e é já de outra freguesia que melhor saberá dizer do seu progresso.

Vigário Tomás Gomes de Avelar



Ermida da Serra do Socorro: *Casa da Cera*

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA ⁽¹⁶⁾

1. Esta vila fica na província da Estremadura, é do patriarcado de Lisboa, e comarca de Torres Vedras.
 2. É o senhorio dela, ao presente, o Marquês do Lourçal.
 3. Tem trezentos e cinquenta e três vizinhos, pessoas de comunhão mil cento e oito, menores cento e quarenta e sete.
 4. Está situada junto a um monte sobre a rocha vizinha ao mar, dela se descobrem a Serra de Sintra e o convento de Nossa Senhora da Pena, que dista três léguas.
 5. Tem seu termo tão pequeno que nele não tem povoação alguma.
 6. A sua paróquia fica quase fora da vila, e nesta freguesia se compreende o lugar de Fonte Boa dos Nabos, que está no termo de Mafra.
 7. O seu orago é São Pedro e tem cinco altares: o mor em que está o Santíssimo Sacramento, e tem na boca da tribuna as imagens de São Pedro e São João Evangelista; fora do cruzeiro o de São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, do Rosário e de São Miguel; e tem uma nave somente. Tem três irmandades: a de São Pedro, São Sebastião e Almas.
 8. O seu pároco é cura e apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Cardeal Patriarca e renderá, uns anos por outros, oitenta mil reais.
 12. Tem Misericórdia que foi constituída por Francisco Lopes Franco, com consentimento do povo, e a dotou com quatrocentos mil réis, e a confirmou Sua Magestade, ficando ele e seus sucessores sendo padroeiros dela, e terá mais da renda um ano por outro, cento e cinquenta mil réis, com que concorrem os pescadores da dita vila, por contrato feito com o dito instituidor na sua erecção.
 13. Tem três ermidas: uma no meio da vila e junto ao mar, de Nossa Senhora da Boa Viagem ⁽¹⁷⁾ (vocação do forte que há, o qual está mui arruinado) e, fora da vila, da parte Sul junto ao mar, a de Santa Marta, que são administrados pelo povo; [e] outra da parte Norte, de São Sebastião, que é administrada pela sua irmandade.
 15. O produto que os moradores recolhem em mais abundância é o vinho.
 16. Tem ouvidor, que nomeia o senhorio dela, dois juizes ordinários e oficiais da Câmara, que o mesmo senhorio confirma.
 19. Tem uma feira em 25 de Junho, que é franca dois dias.
 20. Não tem correios, mas serve-se do da vila de Mafra, que dista desta uma légua.
 21. Dista de Lisboa seis léguas.
 22. Tem o privilégio de se não fazerem dotados nesta vila, por serem os moradores dela obrigados à guarnição do seu forte.
 24. Tem porto de mar em costa brava, todo cheio de pedras, e não admite mais embarcações que as de pescar ou pouco maiores.
 26. No terramoto de 1755 padeceu muito abalo em todas as casas, de que ficaram muitas paredes abertas, e quase tudo está reparado.
- O Pároco Lucas Palhano Cordovil

⁽¹⁶⁾ ANTT: **Memórias Paroquiais**, 1758, v. 13, maço 28, p. 229-230).

⁽¹⁷⁾ Hoje: capela de Santo António, apesar de ainda ser conhecida pelo antigo orago (Nossa Senhora da Boa Viagem), ou por *Capela dos Pescadores*.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE SÃO SILVESTRE DO GRADIL ⁽¹⁸⁾

Em cumprimento da ordem de Vossa Excelência, participada pelo Reverendo Doutor Vigário da Vara deste Arciprestado de Torres Vedras, satisfaço os [re]quisitos e apreços no papel incluso na forma seguinte:

Este lugar do Gradil é situado na província da Estremadura, no termo da Vila de Torres Vedras da mesma Comarca e Patriarcado de Lisboa, de que dista cinco léguas. É reguengo pertencente às capelas que instituiu o senhor Rei Dom Afonso IV.

Ao presente tem este lugar do Gradil cento e doze vizinhos e trezentas e sessenta e quatro pessoas, compreendendo-se neste número ambos os sexos e várias idades. A situação deste lugar é na encosta ou falda de um monte, por que passa a estrada que vem da Vila de Mafra para a de Torres Vedras e, assim mesmo, tem alguns outeiros que o cercam, por cujo o motivo não se descobrem dele povoações memoráveis, mas tão somente algumas terras da freguesia da Enxara do Bispo, que lhe fica convizinha, e outras pertencentes aos moradores do mesmo lugar.

No centro deste está situada a igreja paroquial, cujo orago é São Silvestre, a qual, ao presente, se está fazendo de novo por haver arruinada a antiga, [em o] deplorável terramoto do primeiro de Novembro de 1755. É de uma só nave, tem seis altares, uma Irmandade das Almas e duas confrarias, uma do Santíssimo Sacramento e outra de São Silvestre. Entre as imagens que se hão-de colocar nos altares, quando a igreja estiver concluída, há uma milagrosa do Menino Deus, da qual há tradição constante que, experimentando este povo uma grandíssima falta de água nos tempos antigos, se vira no sagrado rosto desta imagem junto da raiz do cabelo uma ou duas gotas de sangue, em dia que a Santa Igreja Católica celebra a invocação de Deus [?] e logo chovera abundância de água, com que se satisfiz a falta que padeciam as terras, em tal forma que foi o ano de copiosos frutos, por cuja memória se celebra todos os anos, a 3 de Maio, nesta freguesia, o Menino de Deus, com a possibilidade que cabe na pobreza destes habitantes.

O pároco desta freguesia é cura apresentado pelo Reverendo Reitor do colégio de Santo Antão de Lisboa, do qual percebe de congrua, todos os anos, quinze mil réis e, com mais beneces do altar, fará de renda sessenta até setenta mil réis em cada um ano. No mesmo lugar se acha a ermida da Senhora Santa Ana que, depois do terramoto, serve de paróquia. Esta ermida que, suposto seja pequena, é muito bem delineada, pertence a Bernarda do Espírito Santo, moradora neste mesmo lugar, viúva de Francisco Rodrigues Salgado, o qual a edificou em uma sua quinta e nela instituiu uma capela, que até o presente se não reduziu a praxe. Do distrito desta freguesia são mais dois lugares chamados: as Carapiteiras, uma de cima que tem seis vizinhos, e outra de baixo que tem dezassete vizinhos; e outro mais, chamado Monte do Touro, que tem oito vizinhos. Assim mesmo são fregueses desta paróquia os moradores da Quinta da Cruz, Porto das Barras, Quinta Nova, Boa Vista, Moinhos do Vento, Casal do Talhadouro, Casal da Barroca, Casal de Chão de Linhares, Casal do Picão, Casal da Serra, Casal do Outeiro, Casal da Fonte de Além, Casal de Silvanes, todos situados em pouca distância deste lugar do Gradil.

Nele não há convento de religiosos ou religiosas, nem Casa de Misericórdia, mas tão somente uma que serve de hospital, a qual administra a igreja nomeando-se todos os anos um mordomo, para ter dele cuidado no socorro dos pobres. Dizem que a este hospital pertencem algumas fazendas, que andam sonegadas por várias pessoas e, por este motivo, não tem rendas algumas, o que cede em detrimento da pobreza, podendo esta ser comodamente servida se lhe restituíssem as propriedades que se acham alienadas. Os frutos desta terra que os moradores recolhem em maior abundância são: vinhos, também algum pão, mas é em pouca quantidade e não chega para a sustentação dos moradores. Em dia de São Silvestre, orago da freguesia, se faz junto do adro dela uma pequena feira franca que não merece especial memória.

⁽¹⁸⁾ ANTT: **Memórias Paroquiais**, 1758, v. 17, maço 96, p. 535-537. Encontra-se apenas a esta memória uma pequena folha com o seguinte texto: “Em pouca distância deste lugar do Gradil fica a Real Tapada de Mafra, na qual se recolheram muitas terras e matos pertencentes aos moradores deste lugar, pela qual causa é esta terra pobre de lenhas, dentro nesta tapada ficaram dois lugares ou aldeias de pou[cos viz]inhos: a Togeira e Chanquinha, para além de alguns casais”.

O governo civil da terra consiste em um juiz ordinário e outros oficiais da Câmara, que todos os anos se elegendem e confirma o provedor das capelas do senhor rei Dom Afonso IV, e goza esta terra dos privilégios acordados aos moradores dos reguengos pertencentes às ditas reais capelas. Estão, também, sujeitos às correções dos corregedores e provedores da comarca de Torres Vedras, de cuja vila dista duas léguas,

Assim este lugar do Gradil, como os da Carapiteira e Monte do Touro do distrito desta freguesia, ficaram sumamente arruinados pelo terramoto de 1755, caindo a maior parte das casas, das quais algumas se tem reparado e outras ainda se conservam destruídas pela grande pobreza dos seus moradores, o que tem sido igualmente a causa de não se achar mais adiantada a obra da igreja que, ao presente, se acha quase na cimalha real, sem haver com que se conclua. Pelo que pertence aos mais [re]quisitos não sei coisa de que faça especial advertência e menos seja digna de especial memória. É o que posso informar a Vossa Excelência, a cujos preceitos obedecerei sempre com amplíssima vontade a pessoa de Vossa Excelência a que Deus conserve por muitos anos.

Gradil, 6 de Maio de 1758 anos

De Vossa Excelência humilíssimo subdito e obrigadíssimo capelão

O Cura José Gregório da Costa Villas Boas



Igreja de S. Silvestre do Gradil

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA IGREJA NOVA ⁽¹⁹⁾

Notícia particular da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Igreja Nova junto a Mafra.

Esta freguesia que se acha fundada sobre um monte é Patriarcado de Lisboa.

É do padroado da Sereníssima Rainha Nossa Senhora.

Tem duzentos e setenta e três fogos, com mil e quarenta pessoas, dela se descobre a Vila de Sintra, que dista desta freguesia três léguas.

O seu termo é o de Sintra, com quarenta e dois lugares a saber: o lugar da Igreja Nova, que é o principal; Monlareira [?], Vila Nova, Forno, Valverde, Boco, Casal da Serra, Arroceiras ⁽²⁰⁾, Meã, Alqueidão, Murtal, Murtalinho [?], Cartaxos, Mata das Flores, Carocha [?] (todos estes distam da paróquia quase um quarto de légua), Mata d'Além, Penedo de Lexim, Peras Pardas, Raimonda, Lexim, Casal do Rei, Ramilo, Lage, Jerumeleira ⁽²¹⁾ (estes distam quase meia légua), Ribeira, Covas, Paço ⁽²²⁾, Granja ⁽²³⁾, Funchal [?] [estes distam uma légua], Moinhos, Alcainça Pequena, Casa do Outeiro, Penedo de Arrifana, Rifana, Carapinheira, Serra, Juncal (estes distam meia légua), Casa Nova, Quinta da Estrada, Casal da Cria, Curveira, Louriceira, Boavista (estes estão situados juntos à mesma Igreja Nova).

O seu orago é Nossa Senhora, tem três altares: o maior que [tem] o Sacramento no meio e, das partes, Nossa Senhora da Conceição e Santa Luzia [?], nos outros dois se veneram neles: Nossa Senhora do Rosário e o Santíssimo Nome de Jesus. Tem três naves. É a igreja sagrada e tem duas irmandades a saber: do Santíssimo Sacramento e das Almas.

O seu paróco é prior do padroado da Rainha nossa senhora.

Não tem benefícios.

Não tem conventos.

Não tem Casa de Misericórdia.

Tem três ermidas: uma do Espírito Santo, que é do povo; outra de Santo António e Nossa Senhora da Piedade, que é de Francisco Xavier da Cunha Pereira, ambas estas estão dentro do lugar da Igreja Nova e, a terceira, de Santa Catarina, também do povo, no sítio da Raimonda.

Não tem romagem alguma.

A maior abundância dos frutos que produz é: trigo, cevada e milho.

Não tem juiz ordinário porque está sujeita a Sintra.

Não é couto, cabeça concelho, honra ou beletria.

Não consta que dela houvesse homem insigne em virtudes, letras ou armas.

Não tem feira.

Não tem correio e se serve com o de Mafra, que dista meia légua.

Dista da cidade capital deste reino, cinco léguas.

Tem privilégio de não poder ter foro.

Não há fonte nem lagoa digna de memória.

Não é porto de mar.

Não é murada.

Padeceu bastante ruína no ano fatal de 1755, principalmente o lugar da Louriceira, que se acha quase todo reparado.

Não tem este lugar e freguesia da Igreja Nova, coisa alguma mais digna de memória.

Igreja Nova, 4 de Abril de 1758.

O Prior Joaquim de Barros e Vasconcelos

⁽¹⁹⁾ ANTT: **Memórias Paroquiais**, 1758, v. 19, maço 11, p. 83-85. Igualmente transcritas por José Alfredo da Costa Azevedo, **Ob. cit.**, p. 181-182.

⁽²⁰⁾ Topónimo da época: Zarroeira.

⁽²¹⁾ Na época Germeleira.

⁽²²⁾ Actualmente: Paço de Belmonte.

⁽²³⁾ Actualmente: Granja da Ramada.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE SANTO ANDRÉ DE MAFRA ⁽²⁴⁾

O padre Francisco Gonçalves, vigário da Igreja colegiada de Santo André desta Vila de Mafra, satisfazendo aos interrogatórios na forma que pelo Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca lhe é mandado, o faz na forma seguinte:

1. Esta paroquial igreja da vila de Mafra fica na província da Estremadura, no patriarcado de Lisboa, comarca da vila de Torres Vedras e é termo sobre si.
2. Esta vila de Mafra não tem donatário e é de El-Rei e o foi sempre ⁽²⁵⁾.
3. Tem esta vila, com o bairro da Boa Vista, em que ficam as casas da Câmara, cadeia, açougues e praça da mesma, compreendendo-se também nela o distrito da Real Obra e seus subúrbios, cento e noventa vizinhos e, toda a freguesia, quinhentos e oitenta e nove vizinhos, incluindo-se neste número os cento e noventa acima ditos, sendo o número de todas as pessoas que há de comunhão na vila e freguesia três mil pessoas e quinhentas de sete anos para baixo.
4. Acha-se a vila situada entre dois pequenos rios, um chamado Gordo, outro dos Couros, que correm de Nascente a Poente, ficando-lhe os lados um ao Sul e outro ao Norte, o qual passa por dentro da quinta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Vila Nova de Cerveira, a qual compreende em si vários pomares, vinha a uma notável mata e a ela têm vindo e costumam vir a recrearem-se as pessoas reais nas ocasiões que vêm à vila, da qual, na sua freguesia e termo, se descobrem os lugares do longo da vila e alma. Da mesma sorte se descobre a vila de Sintra e toda a sua serra na distância de três léguas, e muitos lugares do termo da dita vila de Sintra, que ficam entre a mesma e esta de Mafra na distância de uma até duas léguas.
5. Tem esta vila termo o seu próprio, que se estende mais de uma légua para Norte e Poente, para o Nascente meia e menos de um quarto para Sul, confinando por esta parte com o termo da vila de Sintra e também do Nascente, do Norte com o termo da vila de Torres Vedras e, do Poente, com o termo da vila de Cheleiros, Reguengo da Carvoeira, mar e termo da vila da Ericeira que, nalgum tempo, foi lugar do termo desta vila de Mafra e freguesia da mesma, compreendendo o mar dois fortes junto ao mar, um e São Pedro do Milreu, outro de Santa Susana, e outra freguesia do orago de Santo Isidoro na distância de uma légua e, parte da dita vila da Ericeira, que é de São Pedro, que também fica em outra igual distância, e ambas sufragâneas de Santo André e matriz desta vila de Mafra, a qual tem as povoações seguintes: o Casal da Quinta da Silveira, o Casal do Pombal, o lugar do Carido, com cinco vizinhos; o lugar da Quinta Nova, com cinco vizinhos; os Casais das Vilãs, com dois vizinhos; o lugar da Ribeira de Miciel Forro ⁽²⁶⁾ com doze vizinhos; o lugar de Almada, com seis vizinhos; a Quinta do Arquitecto, o lugar do Longo da Vila, com dezoito vizinhos; um morador mais ali perto no sítio da Bemposta, dois casais chamados do Oiteiro, outro mais chamado das Courelas, o lugar dos Gorcinhos, com sete moradores; o lugar dos Gonçalves, com treze vizinhos; os casais de Monte Godel, com três vizinhos; o Casal da Campa, os Casais das Fontainhas, com dois vizinhos; o lugar do Quintal, com oito vizinhos; o lugar dos Murtais com três vizinhos; o lugar de São Zoiros ⁽²⁷⁾, com onze vizinhos; o lugar das Casas Velhas, com oito vizinhos; o lugar do Zambujal, com quatorze vizinhos, o casal da Fancaria, com dois vizinhos; o lugar da Relva, com cinco vizinhos; os Casais da Serra, com cinco vizinhos; o casal de Vale de Porco, o casal da Rebenta, com dois vizinhos; o moinho do Paúl, o lugar dos Caeiros, com onze vizinhos; o sítio da Cova da Raposa, com dois vizinhos; o casal de Vale de Carreira; o casal da Lagariça, com dois vizinhos; o lugar da Fonte Santa, com seis vizinhos; o lugar do Sobreiro, com dezassete vizinhos; o casal da Saibreira, com quatro vizinhos; o casal de Murgeira, o casal do Cortido, o Casal Novo, o Casal dos Salgados, o casal de Mourão, com dois vizinhos; o casal da Quinta do

⁽²⁴⁾ ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 22, maço 28, p. 177-186.

⁽²⁵⁾ Ao contrário do que o vigário declara, Mafra teve senhorio particular no séc. XII e, a partir do séc. XIV, foi da família Aboim e, posteriormente, da família dos Sousas de Pombeiro.

⁽²⁶⁾ Actual Muchalforro.

⁽²⁷⁾ Localidade não identificada.

Castanho, o moinho do Pizão, com dois vizinhos; o casal da Póvoa de Baixo, com dois vizinhos; o lugar da Póvoa de Cima, com sete vizinhos, o casal da Torre, o lugar do Calado, com quatro vizinhos; o casal da Mangacha, o casal da Arriota, o casal da Ervideira, o casal da Carvalhinha, o lugar da Amoreira, com dois vizinhos; o casal do Zambujeiro, os casais de Mato de Cima e de Baixo, o lugar da Zucheira, com oito vizinhos; o lugar da Cachouça, com sete vizinhos; o sítio do Porto da Serra, com doze vizinhos; o casal da Samouqueira ⁽²⁸⁾, com dois vizinhos; o lugar da Murgeira, com vinte e três vizinhos; o casal do Casalinho, o lugar de Casal Vieiro [?], com oito vizinhos; Casal dos Simões, o lugar da Da Perra, com quatro vizinhos; o lugar da Portela da Vila e lavandeira, com oito vizinhos; o lugar do Pinheiro com treze vizinhos; o lugar dos Cabeços, com dez vizinhos; o sítio da Forca, com sete vizinhos; a Quinta dos Aciprestes, com três vizinhos; e, além destes, os cento e noventa vizinhos da dita vila, Bairro da Boa-Vista, distrito da real obra e seus subúrbios, e os casais que se não declaram vizinhos, se entende ter somente um, cujos vizinhos que aqui se declaram respeitam somente a freguesia desta vila e, os mais do termo, constarão das declarações dos párocos respectivos.

6. A freguesia desta vila se acha situada dentro na mesma; os lugares casais e sítios que a compreendem vão todos pelos seus nomes declarados no quinto e antecedente interrogatório, onde também se declara o número dos vizinhos compreendidos nos ditos lugares, casais e sítios.

7. A freguesia desta vila é a única que tem o do orago do apóstolo Santo André mártir com duas anexas a saber: uma no termo, de Santo Isidoro, outra na vila da Ericeira, do apóstolo São Pedro, como já se declarou no quinto interrogatório. A igreja da freguesia desta vila tem três altares, a saber: o maior e dois colaterais, um de Nossa Senhora do Rosário e outro de São Sebastião. Tem a dita igreja seis naves, a saber: três por cada banda, e duas irmandades: uma do Santíssimo Sacramento, outra das Almas, ambas com compromissos aprovados e confirmados pelo ordinário e, além das ditas irmandades, tem as confrarias seguintes: a de Santo André, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, do Santíssimo Nome de Jesus, São José, São Sebastião, Santo António, Santa Luzia, Nossa Senhora da Graça novamente junta e festejada pelos estudantes do Colégio do Real Convento, que fica junto a esta vila.

8. O pároco desta colegiada igreja de Santo André se intitula vigário e era anexa esta igreja à conezia da antiga Sé da cidade de Lisboa, intitulada de Mafra, por cujo cónego era apresentada e o foi ainda o vigário actual e, hoje, consta que a apresentação pertence ao Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca, por se achar extinto e dito canonicado. O rendimento do dito pároco se acha, ao presente, com muita diminuição, pela razão de se empreender na Real Tapada que Sua Majestade, que Deus guarde, mandou fazer contínua ao Real Convento que fica junto a esta vila, no âmbito da qual se compreende uma grande parte do melhor território desta freguesia, que ficou carecendo dos dízimos que dele lhe provinham e, por isso, o rendimento do dito pároco que agora tem, será de duzentos mil réis, com pouca diferença.

9. Tem, esta colegiada a igreja e freguesia de Santo André, cinco beneficiados que, ao presente, renderão, servidos pelos seus proprietários, cento e setenta mil réis, por também se acharem diminutos pela razão referida no interrogatório oitavo antecedente, cuja apresentação sempre foi da Sé Apostólica e, ao presente, o Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca como delegado.

10. Acha-se nesta freguesia, junto a esta vila de Mafra, um convento real novamente edificado por ordem e à custa de Sua Majestade, da invocação de Nossa Senhora e Santo António, cujos religiosos são da província da Arrábida, sendo o dito convento a cabeça e casa capitular da dita província e tendo ao presente o número de trezentos religiosos que sustenta o mesmo Senhor, padroeiro do referido convento, para o qual dá tudo o mais necessário com abundância e, no mesmo, tem palácios para a Sua Régia acomodação, sendo estes, e o dito convento, um dos edifícios mais notáveis de toda a Europa.

11. Tem esta vila um hospital para os mendicantes passageiros, junto na ermida do Espírito Santo desta mesma vila, com um administrador da dita ermida e hospital, e com rendimento de pouco mais de vinte mil réis, cujo administrador, ao presente, é posto pelo provedor da Câmara.

12. Não há nesta vila Casa da Misericórdia e os pobres se provêm do modo possível, com as esmolas do hospital que nela há e se refere no interrogatório antecedente.

⁽²⁸⁾ Actual Samouqueiro.

13. Há nesta freguesia cinco ermidas: uma do Divino Espírito Santo desta dita vila nela situada, que o administrador dela e hospital repara com as suas rendas; outra de Nossa Senhora do Socorro, situada na Quinta do Arquitecto que, o tenente coronel Manuel Nunes Sylvestre, dono da dita quinta a que pertence a dita ermida, a administra; outra de Santo António, na quinta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Vila Nova de Cerveira, que se arruinou em o terramoto do primeiro de Novembro de 1755 e se acha ainda por reparar, a qual administra o mesmo Excelentíssimo Visconde; outra também da mesma invocação de Santo António no lugar da Perra, que administra o capitão Alexandre José de Mattos; e, outra, no lugar da Murgeira, da invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo e de Santo António, que administram os moradores do mesmo lugar, a qual é de actual romagem.

14. A ermida de Nossa Senhora do Monte do Carmo e Santo António, do lugar da Murgeira, que se refere no interrogatório antecedente, é a única de romagem que há nesta freguesia e, como dito fica no mesmo interrogatório, é actual a dita romagem, com grande frequência e devoção, sendo milagrosa a Imagem de Nossa Senhora.

15. Os frutos que os *abitadores* ⁽²⁹⁾ desta freguesia colhem de suas fazendas com maior abundância é: pão de toda a espécie, legumes, vinho e algum azeite e, da mesma sorte, colhem com abundância frutas de todas as castas os que têm pomares.

16. Tem esta vila um juiz de fora, três vereadores e um procurador do concelho, do qual se compõe a Câmara dela, e um escrivão da mesma, que também serve de almotaceria, dois almotacés, dois escrivães do público, judicial, notas e orfãos, um dos direitos reais e jugadas e outro das sisas, um alcaide que serve também de carcereiro, um porteiro, dois quadrilheiros e cinco juizes da vintena, sendo o juiz de fora normalmente criado por Sua Majestade e apresentado pelo mesmo senhor que, também, preside de propriedade [?] os officios de escrivães e alcaide e assina as pautas dos vereadores, e tesoureiros do concelho e, da mesma sorte, dá ao officio de juiz dos direitos reais e jugadas, que também há nesta dita vila, por não ter donatário. Os almotacés, carcereiro, porteiro, quadrilheiros e juizes da vintena se fazem e nomeiam pelo Senado a Câmara, cujo governo é independente das justiças de outra terra, sendo esta vila uma das mais antigas do reino, como se mostra do seu foral e de vários autores que dela tratam, como também, o é a sua matriz e colegiada de Santo André, em que há tradição ter sido reitor o Sumo Pontífice João vinte e dois ⁽³⁰⁾, que criou os benefícios dela, demitindo de si meia renda com que os dotou.

17. Tem esta vila de Mafra jurisdição ordinária e governo independente de outra alguma, por ter a Câmara e justiças que a governam, como se declara no interrogatório antecedente, com o que esta se responde.

18. Desta vila há notícia [o] Senhor [?] Domingos Nogueira de Araújo, dela natural, que faleceu desembargador na Relação da cidade de Lisboa; o Doutor José Soares de Faria, médico de boa nota; e Paulo de Barros, sargento-mor da Infantaria paga, que faleceu com grandes e muitos serviços que, em campanhas e ferros, fez à coroa deste regimento; e, presente, o Tenente, como parte do Regimento de Dragões, [é] residente na cidade de Évora, Manuel Nunes Sylvestre.

19. Há, no sítio da Real Obra, junto a esta vila, uma feira cativa em dia do Apóstolo Santo André, orago da matriz e colegiada desta dita vila, que dura até ao dia seguinte e, no terceiro Domingo do mês de Julho, outra feira, três dias franca por procuração régia, no lugar da Murgeira, junto à ermida de Nossa Senhora do Monte do Carmo e Santo António do dito lugar, em cujo Domingo se costuma fazer a festa principal da mesma Senhora; em ambas estas feiras, principalmente na de Santo André, há ocorrência grande de gente e de mercadores de diferentes géneros de fazendas e mercadorias, gados e bestas e mais criações que vêm a vender à dita feira, e um grande número de ourives.

20. Há nesta vila correio que chega à Segunda-Feira de manhã e parte, no mesmo dia, ao jantar; torna à Sexta-Feira e parte ao meio-dia.

21. A cidade capital deste patriarcado é a de Lisboa, capital do Reino, e dista esta vila da dita cidade, cinco para seis léguas.

⁽²⁹⁾ Habitantes.

⁽³⁰⁾ Correctamente seria João XXI.

22. É esta vila antiga como já fica dito no interrogatório décimo sexto, com os foros e previlégios que a estes se costumam dar para o seu governo, e não memória de outros alguns.

23. É esta vila e seu termo abundante de águas, todas boas, e de salutíferos ares de soda que, como as ditas águas e ares, terem remediado muitas queixas e, por esta causa, algumas pessoas de distâncias e sinos, para as remediarem e recuperarem a saúde, têm vindo a suster por alguns tempos nesta vila, em que actualmente se acham algumas por esta razão.

24. Suposto o termo desta vila confine pelo Poente com o mar, como se declara no quinto interrogatório, lhe fica este na distância de uma légua, sem que tenha porto em que saiam embarcações.

25. É, esta vila, aberta sem muros ou castelo de que se defenda ⁽³¹⁾.

26. No terramoto do primeiro de Novembro de 1755 que, com grande ímpeto e veemência se sentiu nesta vila e termo, houve algumas ruínas ainda que não foram tamanhas como aconteceu por outras partes, sendo a maior a que padeceu a matriz e colegiada desta vila, a que logo se acudiu e se acha totalmente reparada e, as mais particulares, suposto também se acharem recuperadas a maior parte delas, ainda restam outras em alguns edifícios que se acham quase da mesma sorte que os deixou o dito terramoto, no qual, em toda esta vila e termo, não pareceu nem perigou pessoa alguma, sendo, neste sentido, uma das terras mais bem livradas.

27. Não há nesta vila coisa mais alguma que notável seja e, por isso, aqui se não descreve nem, tão pouco, serra ou rio digno de se referir, que por essa causa se não expõe, havendo assim por respondido aos interrogatórios que ficam em meu poder.

Mafra, o primeiro de Abril de 1758.

O Padre Francisco Gonçalves Vigário de Mafra



Ermita de Nossa Senhora do Carmo (Murgeira)

⁽³¹⁾ Ao contrário, hoje ainda restam vestígios da antiga muralha do castelo da Vila e, até ao séc. XIX, ainda existia um dos seus pórticos de entrada.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE S. MIGUEL DO MILHARADO ⁽³²⁾

Milharado é aldeia, paróquia do termo da cidade de Lisboa e comarca do mesmo nome. O seu povo consta de 342 fogos, com 1060 almas, em matriz dedicada ao Arcanjo São Miguel. O pároco é cura e apresentado pelo prior de São Nicolau na cidade de Lisboa, e tem congrua 100000 réis.



Imagem das *Santas Mães* (Sta. Ana e Nossa Senhora) da capela de Santa Ana da Sobreira (Milharado)

⁽³²⁾ ANTT: **Memórias Paroquiais**, 1758, v. 42, maço 186, p. 91). Esta memória, que pouquíssimas informações nos traz, comparativamente às outras extensas memórias do concelho, não deixa de ser exemplificativa da importância dada a esta documentação, mesmo quando os párocos não responderam aos interrogatórios ou se perderam os seus relatos.

14. A esta dita ermida de Santa Eulália acodem quase todo o ano alguns romeiros e, principalmente, no mês de Setembro.
 15. Os frutos da terra que os moradores desta freguesia colhem em maior abundância são: trigo, cevada e algum milho.
 16. Este julgado tem dois juízes a que chamam ordinários, feitos pelo senado da Câmara, com votos dos fregueses desta freguesia e estão sujeitos ao juiz do crime da mouraria e ao carregador da Rua Nova de Lisboa.
 17. Neste quesito não há nesta freguesia coisa do que nele se contém.
 18. Conta, e há memória de algumas pessoas antigas, que desta freguesia foi natural Pedro Jaques de Magalhães, que foi general das armadas.
 19. No lugar de Santa Eulália desta freguesia há duas feiras no ano: uma em doze dias do mês de Fevereiro e, outra, na primeira Segunda-Feira do mês de Setembro e, cada uma delas, dura por espaço de três dias, e são francas.
 20. Nesta terra não há correio e, só para a cidade de Lisboa, comumente concorrem cada um dos fregueses e são os que vão procurar o que lhe é preciso, e dista desta terra quatro léguas.
 21. Já fica dito que esta terra é termo da cidade e patriarcado de Lisboa de onde dista quatro léguas.
 22. Os privilégios que há nesta vila são os das capelas do Senhor Rei Dom Afonso o quarto, pertencentes ao reguengo do Gradil.
 23. Nesta terra não há fonte nem lagoa célebre, que tenha coisa alguma digna de memória, nem que as suas águas tenham qualidades alguma especial.
 24. Nesta terra não há porto de mar algum.
 25. Neste interrogatório não há nesta freguesia coisa alguma que nele se contenha.
 26. Esta freguesia, no terramoto do ano de mil setecentos e cinquenta e cinco, padeceu bastante ruína nas casas, porquanto se arruinaram nela quinze moradas de casas e, ainda, muitas estão no mesmo estado arruinadas por serem de gente pobre.
 27. Não há nesta terra mais coisa alguma digna de memória, que possa responder ao presente interrogatório.
- As serras, ou montes, ou cabeços que predominam sobre este distrito são quatro, como já fica dito.
1. A primeira se chama Serra ou Cabeço da Atalaia, que fica na parte do Norte. A segunda se chama a Serra, ou cabeço de Montemuro, que fica no Nascente. A terceira se chama a Serra ou Cabeço de Monfirre e, a quarta, se chama a Serra ou Cabeço do Mocharro, ou das Novas, como lhe chamam os pescadores da Ericeira, ou das Névodas.
 2. Qualquer das ditas serras terão de comprido um quarto de légua e, de largo e redondo, meia légua; e, como são redondas, não se lhe pode declarar principio nem fim.
 3. Como já disse que são redondas, não se lhe podem assinar braços delas.
 4. Da Serra da Atalaia procedem dois regatos, ambos correm do Norte para o Sul, até ao sítio do lugar de Monfirre e, daí, voltam para o Nascente e vão fenecer no Rio de Frielas.
 5. Nas ditas serras não há vilas e, os lugares que há ao pé destas serras, são: da Atalaia, Valtoja e Rogel; da de Montemuro: Rogel e Ribeira Pequena e Montemuro; da de Monfirre: Monfirre e lugar de Santa Eulália; e, da de Mocharro: o Mocharro e Quintas.
 6. Todas têm muitas fontes de boas águas, sem ter algumas de propriedades raras.
 7. Nestas serras não há minas de que se tire coisa alguma de estimação.
 8. Estas serras o que principalmente produzem são fetos; carquejas, tojos e algumas ervas medicinais, como são: pionilha ou albardeiras, canabrás, engo, sordia [?], consolda, roinunco do campo, congorsa, tádega, agrimónia, sargacinha ou sete-sangrias, arouca, urgebão, hipiricão, bretonica, abróteas, agriões, rabaças, arruda, linguasilvina, alecrins e outras muitas cujos nomes são incógnitos; e os frutos que ao pé delas, onde se cultivam e produzem, são: trigo, cevada e algum milho.
 9. Nestas ditas serras não há mosteiros nem igrejas.
 10. O temperamento destas serras no Inverno é frio e, no Verão, mediano.
 11. As criações que há, são: bois, vacas e ovelhas e, a caça que nelas se produzem, são: perdizes, coelhos e lebres.
 12. Nestas serras não há lagoas nem fojos notáveis.
 13. E não há nestas serras, mais coisa digna de memória.

O que se me oferece responder do que contém os dois regatos no limite desta terra, é o seguinte:

1. Os dois regatos que procedem da Atalaia, um tem seu princípio sopé da serra onde chamam Vale Escuro, ou Fonte Velha e, o outro, onde chamam Aguas da Atalaia, ou Rio da Milhaça.
 2. Nenhum destes regatos nascem caudalosos, nem correm todo o ano.
 3. Nenhum outro rio entra neles.
 4. Nenhum deles é navegável, nem capaz de embarcação alguma.
 5. Qualquer destes regatos são do curso arrebatado, desde o lugar de Verrumão, até ao lugar da Ponte de Lousa, freguesia de Santa Maria de Loures, onde vai incorporar-se com outros rios.
 6. Ambos estes regatos correm do Norte para o Sul, até o lugar de Monfirre e, daí, para o nascente, até o sobre dito lugar da Ponte de Lousa.
 7. Os peixes que produzem estes regatos, e fios, são bordalos, barbos e enguias.
 8. Nestes regatos e rio se pesca em qualquer tempo do ano, assim de cana como de tresmalho e tarrafa.
 9. As pescarias que se fazem são livres em todo o rio e não têm obrigação a Senhor algum.
 10. As margens destes regatos e rio onde se juntam, se cultivam e produzem as novidades já ditas, de trigo, cevada, e milho e algumas vinhas, e tem alguns arvoredos de frutos, como são: gingeiras galegas [?], macieiras, figueiras, pereiras, e algumas laranjeiras e limoeiros e, também, tem árvores silvestres, como são: choupos, ulmos e amieiros.
 11. Nestes não há particular virtude alguma nas suas águas.
 12. Estes sempre têm o mesmo nome no distrito deste limite e não há memória de que em outro tempo tivessem outro nome.
 13. Este entra no rio já dito da Ponte de Lousa e, daí, fenece no Rio de Frielas.
 14. Neste interrogatório não tenho que dizer, por não ser em tempo algum navegável.
 15. Também não tem pontes, nem coisa alguma, do que neste interrogatório se faz menção.
 16. No distrito destes regatos há cinco moinhos e dois pisões e não tem lugares de azeite, nem noras, nem algum outro engenho.
 17. Não consta, nem há notícia, que em tempo algum se tirasse ouro de suas areias.
 18. Todas as águas que há nestes sítios são livres, sem penção alguma, das quais usam para a cultura dos campos todos os povos que delas carecem onde as há.
 19. Estes regatos, que contém este distrito, desde o seu crescimento, que já fica dito que tem o seu princípio do Monte ou Serra da Atalaia, e passam os dois regatos: um junto ao lugar do Rogel e, o outro, junto ao lugar de Valtoja, lugar de Santo Estêvão e lugar de Verrumão e, ambos, se vão juntar ao lugar de Monfirre e vão acabar em o Rio de Frielas; e onde nascem até onde fenecem, será distância de duas léguas.
 20. E não tenho notícia que haja mais coisa alguma notável nesta terra, nem de que se faça menção. E, assim, tenho manifestado com as sobre ditas respostas, aos interrogatórios que me mandaram.
- Santo Estevão da Galés, 5 de Abril de 1758.
Pároco Manuel Simões Duarte

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE SANTO ISIDORO ⁽³⁵⁾

Diogo Jorge da Silva, pároco da igreja de Santo Isidoro, termo da vila de Mafra, satisfazendo aos interrogatórios que da parte de Sua Magestade e de Sua Eminência me foram dados pelo Reverendíssimo vigário da vara de Sintra, respondo:

Esta freguesia de Santo Isidoro está no termo de Mafra, comarca de Torres Vedras, vigararia de Sintra e anexa de Santo André de Mafra, a qual consta de duzentos e vinte e nove fogos, em que há pessoas de comunhão: oitocentos e nove; e menores: cento e dezasseis.

A sua situação é entre dois rios que só de inverno levam água, entre os quais, onde há a Serra chamada da Murgeira, que corre do Outeiro do Sonivel, que está dentro da Tapada Real, direito ao Poente até ao mar Oceano, légua e meia; em cujas encostas, assim do Sul como do Norte, estão as mais das povoações, lugares e casais da freguesia.

A parodição está na encosta Sul, bocada de casais e do lugar do Figueiredo, em distância do mar um quarto de légua, o qual dela se avista pela foz do rio do Sul, seus lugares e casais são, há os: Figueiredo, Casal Acima da Igreja, Quinta da Gamanha, Bairro Alto, Carrasqueira de Cima, Carrasqueira de Baixo, Serra Carido, Forte de São Pedro de Milreu, Ribeira, Marinha, Palhais, Ribamar de Cima, Ribamar de Baixo, Forte de Santa Susana, Assenta, Val da Cova, Marvão, Fonte da Meia, Val de Murgeira, Safarujo, Rosário, Penegache, Serra de Penegache, Serra da Picanceira, Cerca, Casal da Picanceira, Picanceira, Montegodel de Cima, Montegodel de Baixo, Porcarissa ⁽³⁶⁾, Pedra Amassada, Mocharro, Caneira, Montebom, Casais, Casal dos Junqueiros, Conceição, Junqueiros Magos, Carcavelos, Lagoa, Feteira, Casal da Cruz, Boavista, Portela, Arneiro, Paço de Ilhas.

O orago da freguesia é Santo Isidoro arcebispo, tem ⁽³⁷⁾ três altares: o altar-mor é onde está o Santo e o Sacrário, o altar colateral da parte do Evangelho é do Divino Espírito Santo e o da parte da Epístola é da Virgem Nossa Senhora do Rosário. A igreja não é de naves mas é azulejada, estradada e de abóboda, com três linhas de ferro que não deixaram faltar os pés direitos da abóboda no terramoto do primeiro de Novembro de mil e setecentos e cinquenta e cinco; por isso não padeceu ruína considerável, de que já está reparada.

Nesta igreja há a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Irmandade das Almas, com seus compromissos. O pároco é de apresentação dos fregueses, com título de capelão, e confirmado pelo Excelentíssimo Senhor Arcebispo de Lacedemónia, Provincial e Vigário Geral do Patriarcado, que lhe mandou passar carta de cura pelas súplicas dos fregueses.

Donde o distrito desta freguesia: é da freguesia de Mafra, a qual teve o seu princípio em umas confrarias instituídas pelos moradores em uma ermida de Santo Isidoro, com seu capelão de Domingos e Santos, a qual ermida se edificou de novo e ampliou depois de ser freguesia, pelos mesmos moradores que são os fabricanos, ao qual capelão pagavam de salário, como ainda hoje é pago, um moio de trigo, outro de cevada e uma pipa de vinho, e porque este capelão lhes administrasse aqueles Sacramentos a que o Reverendo vigário de Mafra não era obrigado fora da sua igreja; como em Jubileus e dias em que por devoção se queriam confessar, lhe fariam os pais de famílias, quando faleciam suas ofertas pessoais de pão e vinho, que os herdeiros punham sobre suas sepulturas, aonde o capelão lhe tirava um respondo ⁽³⁸⁾, continuando estas ofertas nos Domingos, conforme as posses de defunto, o qual costume, deste género de ofertas, tem bastantes anos; está passado que era depois de acabada a estação da missa conventual em que o pároco rezava o *Pater Noster* pela alma de defunto, este costume consta de testamentos daquele tempo.

E porque os Reverendos Vigários de Mafra eram obrigados a administrar os Sacramentos aos moradores deste distrito, seus fregueses, a quem recebiam, batizavam, desobrigavam na Quaresma e faziam os assentos dos defuntos que jaziam [e], naquele tempo, se enterravam no cemitério da dita

⁽³⁵⁾ ANTT: *Memórias Paroquiais*, 1758, v. 18, maço 54, p. 349-358.

⁽³⁶⁾ Hoje Pocariça.

⁽³⁷⁾ Entenda-se: “tem a igreja”.

⁽³⁸⁾ Entenda-se: “responso”.

ermida, convencionaram com o capelão delas que lhes ministrasse os Sacramentos aos enfermos, por cujo trabalho lhe pagavam trinta alqueires de trigo, e trinta de cevada, e uma pipa de vinho, e seis tostões em dinheiro de ensinar as doutrinas, e suas meias ofertas dos defuntos que se enterravam no cemitério das ermidas, que são três canadas de vinho e meio alqueire de trigo das pessoas maiores e dos anjinhos ⁽³⁹⁾, e menos os que não comungam, canada e meia de vinho e uma quarta de trigo e, por sentença, ainda hoje se pagam a mesma congrua.

Quando os moradores alcançaram a mercê do seu capelão lhes ministrar, também, o batismo, matrimónio e os desobrigar na Quaresma, pretenderam os Reverendos Vigários de Mafra apresentar o Cura desta igreja, porém os moradores ficaram conservados na posse da apresentação do seu capelão e os Reverendos Vigários obrigados a pagar-lhe a mesma congrua, mas com a jurisdição de perguntar pelo rol dos moradores, como seus fregueses, a qual obrigação hoje está moderada pela benevolência dos Reverendos Vigários, dando-se por satisfeitos da obediência com que o procurador, com a Cruz da igreja e dois irmão do Senhor, com suas capas, e todos vão assistir nas procissões em o dia de Santo André e no dia do corpo de Deus de Mafra. Nesta forma não houve na desanexação mais alteração, que ter o capelão jurisdição, pela carta de Cura, de administrar todos os sacramentos e, em tudo o mais, ficarão as coisas na forma da sua criação e costume antigo.

Assim declaram alguns capítulos de visita ⁽⁴⁰⁾ antigos, dizendo que sempre um só sujeito serviu ambos os partidos, com ambos salários, por cada um ter pouco para sustentar a dois. Esta é a renda certa do pároco desta igreja e, o incerto, são vinte até trinta mil reais. A esta ermida e igreja de Santo Isidoro deixaram ⁽⁴¹⁾ vários defuntos seus legados, de que hoje estão de renda líquidos dos encargos: de trigo oitenta e um alqueires, de cevada oitenta e três alqueires e em dinheiro mil e duzentos e cinquenta reais. Não há nesta freguesia conventos e hospital, nem Casa da Misericórdia, há, porém, nelas quatro ermidas, todas da administração do povo.

A mais antiga é de São Sebastião dentro do lugar de Paço d'Ilhas, não padeceu ruína com o terramoto. A de Nossa Senhora da Conceição, no arrabalde do lugar de Monte Bom, esta alguma ruína padeceu. A de São João Batista, dentro no lugar de Ribamar de Baixo, que no terramoto padeceu grave ruína, de que ambas estão reparadas. A de Santo António, junto ao lugar da Picanceira, a qual com providência de Sua Excelência se acha com as paredes levantadas, por se arruinar a antiga do mesmo santo, que era de padroeiro particular ⁽⁴²⁾; a elas não acodem romagens.

Os frutos desta terra são trigo, milho, cevada e legumes, tudo em mediana quantidade, e vinho. É sujeita às justiças de Mafra. Não há memória que desta freguesia saísse homem notável em virtudes, letras ou armas, senão o Reverendo Doutor Manuel Gomes da Silva ⁽⁴³⁾, natural do lugar de Marvão, o qual por seus merecimentos é actual Deão da Sé do Funchal, de cujo Bispado foi visitador, provisor, vigário geral e governador.

Nesta freguesia não há feira nem correio, serve-se do correio de Mafra que dista da freguesia uma para duas léguas e, a freguesia, dista de Lisboa sete léguas. Não tem privilégios alguns, nem fontes ou lagoas, nem oráveis, nem torres ou castelos antigos, mas por tradições e alguns vestígios foi esta terra de Momé ⁽⁴⁴⁾ em tempos antigos, por serem então navegáveis os dois rios dela: o do Sul um quarto de légua e o do Norte uma légua, de onde vem a chamar-se o limite desta igreja em escritos antigos: Santo Isidoro em Ilhas, termo de Mafra; assim conserva o rio do Sul e nome de Ribeira de Ilhas e o lugar do Paço d'Ilhas, por estar neste lugar um palácio arruinado dos Excelentíssimos Condes da Ericeira, e o rio do Norte conserva o nome de Fanga da Fé, por ter havido alfândega na distância do mar um quarto de légua. Nesta terra deixaram os Romanos suas memórias que se acha escrita com letras Romanas em

⁽³⁹⁾ Menores, inocentes.

⁽⁴⁰⁾ Visitas paroquiais feitas periodicamente pelos bispos ou seus representantes.

⁽⁴¹⁾ Entenda-se: “deixaram”.

⁽⁴²⁾ Provavelmente dos Senhores da Quinta de Picanceira.

⁽⁴³⁾ Tio-Avô do Capitão de Ordenanças de Mafra Manuel Gomes da Silva Gorjão

⁽⁴⁴⁾ Entenda-se: Mahomé.

uma pedra de oito palmos de comprido e quatro de largo, que está no altar do Espírito Santo na forma seguinte ⁽⁴⁵⁾:

DIS MANIBVS
C. IVLI. C. F. GAL. TERENTIA
NI. ANNO. XXXII. ET
IVLIAE. SEX. F. MAXVME.
ANN. XX
AT. TERENTIAE. L. FAMMAIIAE

A Serra da Murgeira depois que entra nesta freguesia terá uma légua de comprido e meia de largo, de rio a rio, não tem traços memoráveis, antes está cá de Mafra que lhe fica fronteira da parte do Sul, são dois braços que descem do outeiro do Sonivel, que está dentro da Tapada Real; é esta Serra da Murgeira, pela parte Norte, despenhada com rochedo e, pela parte do Sul, se estende o plainel com seus vales e, na falda da serra pela parte Norte, estão os lugares da Picanceira, Penegache, Safarujó e alguns casais; e da parte do Sul os principais lugares são: Montebom, Pedra Amassada, Pocarissa, Junqueiros, Carcavelos, Figueiredos, aonde está a paróquia e Paço d'Ilhas; no alto desta serra estão os lugares de Ribamar, Lagoa e Marvão, este está ao nível e igual altura na Serra de Sintra.

Deste lugar de Marvão se avistam terras e montes de dezasseis termos, que são: Peniche com a Berlenga, Atouguia, Lourinhã, Porto de Mós, Cadaval, Vila Verde, Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Enxara do Cavaleiros, Lisboa, Belas, Colares, Ericeira e Mafra.

Esta Serra, nas suas faldas, tem muitas ervas medicinais e é frequentada de herbolarios que as levam para as boticas. A ribeira do rio do Sul é estreita, mas cultivada de terras de pão e vinho e, nas bordadas do rio, cria choupos, ulmos e freixos: tem três pomares de pêras e laranjas; há neste rio um moinho e três engenhos, passa-se por três pontes: duas de lages e huma de pau; nasce das águas que saem da Tapada Real, com pouco impulso, e fenece na foz do forte de São Pedro de Milreus, que lhe fica da parte do Sul no fim da Serra de Mafra, tem deste um lago grande mas de pouco fundo.

Nesta Serra de Mafra há uma pedreira de tom bastardo, de que foi lageado por aí a Real obra do Convento de Mafra.

O rio do Norte da ribeira da Fanga da Fé, nasce do Val da Guarda ao Nascente da Tapada Real, nas suas margens criam choupos, há nele dentro, nesta freguesia, um moinho de três engenhos, o seu curso é morto e, com cheias, alaga as varzeas e as enche de areias, por isso o que dão é algum milho e cevada e vinho na falda da serra; passa-se dentro, na freguesia, por seis pontes de pedra, duas de lages, e morre na foz do forte de Santa Susana, que lhe fica da parte do Sul.

Este forte chamado de Santa Susana a respeito de uma ermida que lhe fica de frente ⁽⁴⁶⁾, da outra parte do rio, tem quatro propriedades dignas de se notarem: a primeira é o sítio em que está metido tanto ao mar, como o Cabo da Roca, em uma volta larga que a terra mete ao mar, para com facilidade as embarcações se valerem dele; a segunda é a de estar ao cume da água; a terceira é de ter dois padraços ⁽⁴⁷⁾, um contra sua frente de uma ponta de terra e rochedo da parte Norte, o que chamam a ponta do Alfação, que lhe fica a tiro fixo, para cuja razão não podem os inimigos combater-lo pela frente; o outro é uma cadroeira ⁽⁴⁷⁾ ao poente, que lhe fica a tiro de mosquete ⁽⁴⁷⁾, em que os inimigos têm evidente perigo se pretenderem abordar as embarcações; a quarta é um lago grande, e limpo, e alto, em que podem dar fundo navios de alto bordo, e esta foi em tempos antigos a barra da Fanga da Fé, e hoje está a terra mais alta que o mar. Estas são as notícias que pude registrar nesta minha freguesia de Santo Isidoro, pelos interrogatórios que me foram dados, em fé do qual me assinei: Santo Isidoro, 5 de Abril de 1758.

O Pároco Diogo Jorge da Silva

⁽⁴⁵⁾ Segundo Estácio Veiga, nas **Antiguidades de Mafra**, esta pedra terá sido encontrada por volta da viragem do séc. XVII para XVIII numa terra pertencente a José Monteiro de Noronha Gorjão, pedra essa recolhida da igreja paroquial por Filipe Nery Gorjão, encontrando-se hoje na Quinta dos Chãos.

⁽⁴⁶⁾ Conhecida actualmente por Capela de São Lourenço.

⁽⁴⁷⁾ Peças de artilharia.

16. Esta freguesia não tem juiz ordinário, nem câmara, mas está sujeita às justiça[s] da vila de Torres Vedras, que está em duas léguas de distância.
 17. Não é couto, nem cabeça de concelho, *et sic de reliquis*.
 18. Não é memória do que diz este número.
 19. Não tem feiras, esta freguesia, em dia algum.
 20. Esta freguesia não tem correio e se serve do correio da vila de Torres Vedras, que dista duas léguas daqui; e, também se serve co[m] mais comodidade do correio da real vila de Mafra, que dista pouco mais de uma légua.
 21. Esta freguesia dista seis léguas da cidade de Lisboa, capital do patriarcado e do reino.
 22. Não tem coisas que pertençam a este número.
 23. Não há que dizer no que pertence a este número.
 24. Não tem porto de mar.
 25. Esta terra não é murada, nem praça de armas, e só tem na Quinta da Abelheira uma torre antiga, que ficou com algumas aberturas do terramoto.
 26. Esta freguesia padeceu no terramoto. Ruína nas casas, igreja e ermidas, e a maior parte está já reparada.
- Na segunda parte não há o que dizer em tudo ao que a ela pertence.
- Na terceira parte respondo o seguinte:
1. O rio desta freguesia não tem nome próprio e tem o seu princípio a onde chamam o Vale da Guarda, junto da real coutada de Mafra.
 2. Este rio não nasce logo caudaloso, mas ajuntando-se pelo tempo do curso as águas na real coutada, então sai caudaloso; e não corre todo o ano por se secar nos últimos meses do Verão.
 3. Não entram nele rios alguns.
 4. Não é navegável nem capaz de embarcações.
 5. É o tal rio, em a metade da sua distância pouco mais ou mais plano.
 6. Este rio corre de Nascente ao Poente.
 7. Não cria peixes este rio.
 8. Não há nele pescarias.
 9. Não há que dizer neste número.
 10. As margens deste se cultivam e [na] maior parte dele se acham árvores silvestres e, também, algumas de fruto.
 11. Não têm, as suas águas, virtude alguma.
 12. Conserva sempre o nome genérico de rio e, do mais, não há que dizer.
 13. Este rio morre no mar em um porto chamado de Santa Susana, na freguesia de São Domingos da Fanga da Fé.
 14. Tem três açudes com suas levadas para moinhos de água de fazer farinha, o que tudo não impede por não [ser] navegável.
 15. Tem uma ponte de arco perto do lugar do Codeçal, junto ao muro da coutada real de Mafra.
 16. Tem somente três moinhos de fazer farinhas.
 17. Não consta coisa alguma.
 18. Das águas deste rio usam os povos livremente, porém não para a cultura dos campos, por não conservar no Verão águas.
 19. Tem este rio duas lagoas a meia distância, pouco mais ou menos, e passa à vista do lugar do Sobral, do lugar da Lombadeira, do lugar do Codeçal e de alguns lugares desta freguesia.
- É o que posso dizer e o que sei sobre os interrogatórios, os quais remete juntamente com estas respostas em satisfação da ordem que me foi intimada do Excelentíssimo Senhor Arcebispo de Lacedemónia, provisor e vigário geral deste patriarcado de Lisboa, que Deus guarde e amplie a vida por longo tempo.
- Subdito mais humilde
- O Cura o Padre Luiz Gomes de Lemos